



**INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**São Luís
2017**



DIRETORIA GERAL

Prof^ª. Dra. Rita Ivana Barbosa Gomes

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Sra. Teresinha de Jesus Barbosa Gomes

DIRETORIA ACADÊMICA

Prof. Ma. Ildoana Paz Oliveira

COORDENAÇÃO DE APOIO PEDAGÓGICO A DOCENTES E DISCENTES

Prof^ª. Esp. Alessandra Gomes Barros

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Eliziane Barbosa Costa

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof^º. Mestre Ricardo Henrique da Rocha Oliveira

COORDENAÇÃO ADJUNTA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof^º Mestre Diogo de Farias Moura

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Prof^ª. Dra Anali Linhares

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO À DISTANCIA (EAD)

Prof^ª. Ma Luana Karonine Cordeiro Castro

SUMÁRIO

1	CONTEXTO EDUCACIONAL INSTITUCIONAL	5
1.1	Histórico do Instituto Florence de Ensino Superior	5
1.1.1	Missão Institucional	7
1.1.2	Visão	7
1.1.3	Finalidade	7
1.1.4	Objetivos institucionais	8
1.2	Inserção regional	9
1.2.1	Contextualização da Mantenedora e Mantida	13
1.3	Políticas institucionais no âmbito do curso	13
1.3.1	Políticas de ensino	15
1.3.1.1	<i>Políticas de ensino – graduação</i>	15
1.3.1.2	<i>Políticas de ensino – pós-graduação</i>	17
1.3.2	Políticas de pesquisa	18
1.3.3	Políticas de extensão	18
1.3.4.	Políticas de gestão	19
1.3.5	Políticas de responsabilidade social	21
1.4	Estrutura acadêmico-administrativa	24
1.4.1	Órgãos colegiados	24
1.4.1.1	<i>Conselho superior – CONSUP</i>	24
1.4.1.2	<i>Conselho de ensino, pesquisa e extensão - CONSEP</i>	26
1.4.1.3	<i>Colegiado de curso</i>	27
1.4.2	Órgãos executivos	28
1.4.2.1	<i>Diretoria Geral</i>	28
1.4.2.2	<i>Diretoria Acadêmica</i>	29
1.4.2.3	<i>Coordenadoria de curso de graduação</i>	29
1.4.2.4	<i>Coordenadoria de pós-graduação, pesquisa e extensão/CONEX</i>	31
1.4.2.5	<i>Coordenadoria de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes (CAP)</i>	36
1.4.2.6	<i>Secretaria Acadêmica</i>	38
1.4.2.7	<i>Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia</i>	38
1.4.2.8	<i>Diretoria Administrativa e Financeira</i>	39
1.4.2.9	<i>Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI</i>	39
1.5.	Sistema de comunicação, informação, controle e registro acadêmico	40
1.6.	Organização e gestão de pessoal	41
1.6.1.	Corpo docente	41
1.6.2.	Corpo técnico-administrativo	45
1.7.	Avaliação Institucional	46
1.7.1	Avaliação Institucional Externa	48
1.7.2	Avaliação Institucional Interna (auto-avaliação)	49
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	55
2.1	Histórico do Curso de Ciências Contábeis	55
2.2	Proposta Pedagógica	57

2.3	Objetivos do Curso	60
2.4	Identificação do Curso	61
2.5	Perfil do egresso	62
2.6	Estrutura Curricular	64
2.6.1	Matriz curricular do curso	67
2.6.2	Quadro Resumo da Carga Horária	70
2.6.3	Ementário e bibliografias	70
2.7	Metodologias de ensino	112
2.8	Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	115
2.9	Estágio Supervisionado	118
2.10	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	119
2.11	Atividades Complementares	121
2.12	Núcleo Docente Estruturante – NDE	121
2.13	Coordenadoria do Curso de Ciências Contábeis	123
2.15	Corpo docente do curso	124
2.16	Corpo discente	127
2.17	Nivelamento Acadêmico	132
3	INFRAESTRUTURA FÍSICA	132
3.1	Instalações gerais	132
3.2	Instalações administrativas	133
3.3	Instalações para docentes e coordenação do curso	134
3.4	Salas de aula	135
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	136
3.6	Biblioteca	137
3.6.1	Política de atualização do acervo	138
3.6.2	Acervo geral	139
3.6.3	Informatização da biblioteca e serviços	140
3.6.4	Pessoal Técnico-administrativo	141
3.7	Condições de acesso para pessoas com necessidades especiais	141
3.8	Instalações e Infraestrutura de serviços	143
3.8.1	Instalações sanitárias e vestiários	143
3.8.2	Áreas de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais	144
3.8.3	Infraestruturas de alimentação e de outros serviços	144
3.9	Resumo geral das instalações	145
	APÊNDICES	146
	Apêndice 1: Estágio Supervisionado	
	Apêndice 2: Trabalho de Conclusão de Curso.	
	Apêndice 3: Atividades Complementares.	

1 CONTEXTO EDUCACIONAL INSTITUCIONAL

1.1 Histórico do Instituto Florence de Ensino Superior

O Instituto Florence de Ensino Superior Ltda., entidade mantenedora do Instituto Florence de Ensino Superior, iniciou seu funcionamento em 2007, a partir de uma longa e comprovada trajetória dedicada à educação no Estado do Maranhão.

Antes da constituição do Instituto Florence de Ensino Superior, fundou-se o Instituto de Enfermagem Florence *Nightingale* Ltda., empresa-escola de educação profissional, que se constitui em uma via para que jovens e adultos tenham acesso a um ensino de qualidade.

O Instituto Florence *Nightingale* Ltda. iniciou sua trajetória com uma turma do curso técnico em Enfermagem, dedicando-se, especialmente, ao desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva, na área da saúde, tendo em vista os indicadores do Estado do Maranhão, que, à época apontavam para a gravidade dos quadros de atendimento da área da saúde no estado e para a necessidade de formação de quadros profissionais qualificados.

Devido a sua intervenção social ativa e de práticas educacionais inovadoras, desenvolveu parceria com o Ministério da Saúde para a execução do PROFAE, Projeto de Profissionalização dos trabalhadores da Área da Enfermagem, quando teve o seu projeto pedagógico classificado, em processo licitatório internacional, em segundo lugar dentre todas as escolas profissionalizantes do Maranhão e primeiro lugar na capital.

O programa de formação, voltado para qualificação de Auxiliares de Enfermagem, constituiu-se na maior referência de formação de recursos humanos em Saúde do mundo. Inequivocamente, esta foi uma etapa de extrema relevância para a consolidação desta Instituição, considerando que o trabalho desenvolvido em dezenas de municípios do Maranhão levou conhecimento e agregou valor aos profissionais da área da enfermagem, contribuindo, assim, para a efetivação do direito à saúde no Estado.

A reconhecida de qualidade no ensino e compromisso social, trouxe ao Instituto Florence *Nightingale* Ltda., em 2004, uma menção honrosa concedida pela ABEn – Ma, Associação Brasileira de Enfermagem, enaltecendo os serviços prestados pelo mesmo à Enfermagem e a sociedade maranhense.

A trajetória de sucesso da Instituição, fez dela uma referência, inegável, para a

educação profissionalizante no Estado do Maranhão. Tal constatação foi o impulso para que se buscasse ampliar o alcance do trabalho de excelência, já desenvolvido na área técnica, e construir a proposta pedagógica para o Instituto Florence de Ensino Superior, tendo como instituição mantenedora o Instituto Florence de Ensino Superior LTDA.

Autorizado pelo Ministério da Educação para o funcionamento de cursos de graduação, por meio da portaria de nº. 1764/06, iniciou suas atividades em 2007 com sua primeira aula inaugural dos cursos de graduação em Enfermagem e Farmácia. Desde então, vem ampliando os serviços prestados à sociedade maranhense agora, contemplando também a área de ciências humanas.

Hoje, o Instituto Florence de Ensino Superior conta com quatro cursos de graduação consolidados, e dois em processo de autorização, a saber:

- Enfermagem: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 841, de 01 de novembro de 2006 e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 269, de 19 de julho de 2011.
- Farmácia: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 842, de 01 de novembro de 2006 e reconhecimento pela Portaria Ministerial nº 541, de 24 de outubro de 2013.
- Odontologia: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 159, de 14 de janeiro de 2011 e reconhecimento pela Portaria Ministerial nº 1032 de dezembro de 2015.
- Direito: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 59, de 01 de junho de 2011 e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 412, de 26 de agosto de 2016, publicado no diário oficial da união (DOU), em 29.08.2016, seção 1, página 13.
- Nutrição: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 116, de 20 de fevereiro de 2018.
- Ciências Contábeis: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 370, de 28 de maio de 2018.
- Estética e Cosmética: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 196, de 22 de março de 2018.
- Fisioterapia: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 423, de 12 de junho de 2018.
- Biomedicina: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 423, de 12 de junho de 2018.

Em 2010 formou sua primeira turma de Graduação em Enfermagem e Farmácia. Em 2011, iniciou o curso de Graduação em Odontologia e Direito.

Em 2008, iniciou a oferta de cursos de pós-graduação tendo como foco as duas áreas compreendidas como estratégicas para o bem estar do indivíduo e do cidadão –

educação e saúde. Hoje o Instituto mantém turmas de pós-graduação lato sensu em funcionamento constante.

O cenário acima descrito e o intuito de promover uma educação de qualidade foram as premissas para que o Instituto de Enfermagem Florence Nightingale Ltda., iniciasse, em 2004, os primeiros passos para a Gerência da Qualidade Total, através da análise contínua dos seus sistemas.

A ampliação da vivência com os cursos na área da saúde tornou evidente uma constatação: a necessidade de novas formas de atuação nas políticas de saúde pública.

O desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão e o acompanhamento das práticas em estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios tornaram evidentes demandas da sociedade, notadamente, no que se refere à efetividade do direito à saúde.

Em 2011, o Instituto Florence de Ensino dava início a um novo desafio. Após procedimento de praxe, obteve a autorização para o funcionamento do Curso de Graduação em Direito, alcançando conceito 4 na avaliação do INEP para fins de autorização.

O Curso foi autorizado pela Portaria MEC nº 59, de 01 de junho de 2011, publicada no DOU Nº 105, Seção nº1, fl. 48, com a denominação de Bacharelado em Direito, com autorização de 100 vagas anuais, funcionando nos turnos diurno e noturno.

A vocação da instituição está voltada para o atendimento do aluno residente na capital do Estado, mais especificamente na microrregião em que se encontra instalada e nos municípios circunvizinhos, atuando de maneira a reforçar a política de qualificação constante e universalização do ensino superior.

1.1.1 Missão Institucional

Consiste em gerar e difundir conhecimentos para formar profissionais dotados de senso crítico, competências e habilidades, bem como de princípios ético-humanísticos, com aptidão para atuar junto às diferentes demandas da sociedade, especialmente a maranhense, a partir de um ambiente acadêmico que harmonize a qualificação técnica, a cidadania, a competitividade e a inovação.

1.1.2 Visão

Consolidar-se como instituição referenciada nacionalmente pela excelência no

ensino, pesquisa e extensão, na formação profissional diferenciada, na eficiência da gestão de seus processos internos, na solidez de suas parcerias e por sua harmoniosa integração no desenvolvimento da sociedade.

1.1.3 Finalidade

O Instituto Florence de Ensino Superior assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social.

Tem o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino, aliadas à iniciação científica e à extensão, ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento.

Busca, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida acadêmica.

Em consonância com o que disciplina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com o artigo 2º do seu Regimento Interno, o Instituto Florence de Ensino Superior tem por finalidade principal o oferecimento de ensino no nível de educação superior, com foco em especialidades que possam atender de forma concreta à demanda das organizações sociais.

Para assegurar que seu processo de formação contribua para o desenvolvimento da Capital e de todo o Estado do Maranhão, o Instituto tem como premissa que a educação não se resume ao ensino formal, propriamente dito. Entende-se como necessária a conexão com a extensão e a iniciação científica, além de uma forte atuação junto à comunidade.

Nosso modelo organizacional está balizado pela qualidade, pela organização e pela informação, expressão que permeará as nossas ações e que será mantida na nossa caminhada acadêmica.

1.1.4 Objetivos Institucionais

- Contribuir para a formação de indivíduos como cidadãos, competentes profissionalmente no desempenho de suas funções, com respeito à ética e aos valores de nossa sociedade, com senso de responsabilidade social e cômicos de seus deveres de forma diferenciada;

- Problematicar, contextualizando, os objetos de ensino, aliando a teoria à prática em movimentos de significação e ressignificação curricular, de forma que os egressos do Instituto Florence de Ensino Superior percebam-se e sejam percebidos pelo mercado como altamente qualificados para concorrerem às oportunidades de trabalho em pé de igualdade com os egressos das mais tradicionais instituições de ensino superior;
- Fomentar saberes no graduando da IES, a fim de que seja um egresso apto a atuar comunitária e socialmente, atendendo às necessidades do entorno, uma vez autônomo no diagnóstico de problemas e no encaminhamento das soluções;
- Atentar às demandas da região, sistematizando planejamentos, em exercícios de responsabilidade social e aprimoramento acadêmico;
- Participar do processo de criação e divulgação de conhecimento, a partir da atuação de sua Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, da *Revista Florence* e de outros meios de comunicação disponíveis;
- Promover, regularmente, qualificação do Corpo Técnico-Administrativo e Docente, com vistas ao aprimoramento do atendimento e intervenção junto ao discente, haja vista compreender-se que o discurso acadêmico, que se move por referencial filosófico definido, traduz unidade de discurso e comportamental dos colaboradores envolvidos no processo de formação do discente;
- Desenvolver referencial teórico cognitivo problematizador, por compreender que a maturação intelectual é diferencial para o possível êxito de qualquer profissional e comunidade.

1.2 Inserção Regional

O Maranhão está localizado no oeste da Região Nordeste e tem como limites o Oceano Atlântico (N), o Piauí (L), o Tocantins (S e SO) e o Pará (O). É o 4º Estado mais rico (PIB) do Nordeste e a 16ª maior economia (PIB) do Brasil.

O Estado possui mais de 640 km de litoral, sendo, portanto, o 2º maior do Brasil e possui 18,43 habitantes por km², destes, cerca de 70% vivem em áreas urbanas o que deixa o Maranhão em décimo sexto na lista de Estados Brasileiros por densidade demográfica.

Inúmeros são os estudos que apontam o Estado do Maranhão como um dos territórios mais pobres do Brasil, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,683, ainda comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao de Alagoas na lista dos

estados brasileiros por IDH. O Estado possui a segunda pior expectativa de vida, do Brasil, também superior apenas ao estado de Alagoas.

A economia estadual, atualmente, baseia-se na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, madeireira, extrativismo (babaçu), agricultura (soja, mandioca, arroz, milho), pecuária e serviços, além da pesca, que lhe dá a liderança na produção de pescado artesanal do Brasil, bastante utilizados na culinária regional, como o camarão, caranguejo e sururu.

Contrastando com sua riqueza natural, potencial de geração de emprego e renda para a população, a excessiva concentração de riqueza no Maranhão tem embargado o processo de desenvolvimento social do Estado. Os índices sociais do Maranhão encontram-se entre os piores do Brasil. Em termos de renda, o Maranhão possui 12,9% de sua população em situação de pobreza extrema – sobrevivendo com R\$ 70,00 por mês –, a maior taxa do Brasil, e o percentual de pobres é de 39,53%, igualmente a mais alta do Brasil. A renda média da população corresponde a 65% da renda média nacional e a renda per capita média do estado é a pior de todo o país, R\$ 360,43, de acordo com dados do Censo do IBGE (2010).

Em relação à sua capital, a Ilha de São Luís, os dados econômicos apontam que esta gera 38,95% do PIB maranhense, ocupando a 24ª posição entre as capitais brasileiras em termos de renda familiar “*per capita*”, estando na 25ª posição em termos de proporção de miseráveis na população, ou seja, percentual da população que vive com renda individual mensal abaixo de R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais)

A taxa de analfabetismo em todo o Estado é de 21,6% entre a população com 15 anos ou mais, enquanto de a média nacional para esta faixa etária é de 8,6% e no Nordeste de 16,9% de acordo com dados do IBGE (2011). Além disso, sabe-se que em uma economia globalizada e regida pelas novas tecnologias da comunicação e informação (NTIC’s), a elevação da escolaridade da população é fundamental para a geração de empregos e renda. A baixa escolaridade da força de trabalho e o reduzido número de trabalhadores com acesso à educação superior representam uma grande *desvantagem competitiva* para um país ou uma região. Países que competem diretamente com o Brasil têm uma proporção bem mais elevada de jovens cursando faculdades e universidades. Neste quesito, o acesso dos maranhenses a creches, ensino médio e educação superior é inferior a 50% da população na faixa etária correspondente, de acordo com dados do INEP.

Em São Luís percebe-se uma realidade contraditória, com um evidente crescimento econômico, infelizmente não acompanhado pelos principais indicadores sociais e

laborais. Ou seja, a expansão econômica não trouxe ainda consigo uma maior qualificação dos trabalhadores ou o incremento da renda média desta classe.

Esta situação de vulnerabilidade social se reforça pela ausência de políticas públicas que efetivamente alcancem a maioria da população do estado, lhes garantindo acesso aos direitos básicos da cidadania. Isto se reflete no crescimento exponencial da violência em todo o estado, ganhando projeção nacional nos últimos anos.

Para equacionar esses graves problemas sociais é necessário promover mais igualdade entre as camadas sociais que convivem com problemas como miséria, analfabetismo e violência em todo o estado, ou seja, promover o acesso aos grupos socioeconômicos menos favorecidos as políticas públicas que lhes garantam o efetivo exercício de sua cidadania.

Um índice, também apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e merece detida análise, é o que reflete os números da educação no Estado do Maranhão. Trata-se de o Estado da Federação com menor número de profissionais com graduação e pós-graduação. De acordo com dados do INEP (2006), o Maranhão detinha a menor taxa de escolarização bruta do país: somente 10,4% da população estava matriculada no ensino superior. Com os esforços do governo federal através da política de expansão da rede federal de ensino e de incentivos para que jovens de baixa renda tenham acesso ao ensino superior privado, como o PROUNI e o FIES, tem propiciado o crescimento das matrículas no ensino superior.

Este é um dado desafiador para o crescimento do Estado do Maranhão acompanhado do desenvolvimento social de sua população, por meio do acesso mais amplo a educação, sobretudo em nível superior.

Posto isso, o Instituto Florence de Ensino Superior sistematiza as ofertas dos Cursos de Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Direito e Nutrição, assim como, propõe-se a ofertar Administração e Ciências Contábeis, destacando que a escolha por tais áreas do saber científico justifica-se pela percepção de um Estado ainda carente quanto à promoção de um atendimento de qualidade, especialmente à camada mais carente.

Indubitavelmente, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Florence de Ensino, enquanto instituição formadora, fomentará conhecimentos pertinentes, contribuindo para o processo de efetividade da cidadania, na medida da sua intervenção teórica e prática, haja vista fundamentar-se, por meio de seus cursos, no atendimento às necessidades de sujeito holístico, a partir de sua singularidade, complexidade, integralidade e

inserção sociocultural.

Por tais razões, o processo ensino/aprendizagem, nos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto, é planejado para que o tripé ensino-pesquisa-extensão faça parte do cotidiano do aluno, trabalhando-se com habitualidade no desenvolvimento de práticas de natureza interdisciplinar e, sempre, aproximando o discente da realidade em que está inserido, como meio de criar condições para a adequada inserção no mercado de trabalho.

A Instituição parte da premissa de que estando o discente desenvolvendo o conteúdo teórico em conjunto com atividades práticas, atividades de pesquisa e de extensão que o aproxime da realidade social em que se encontra, formará um profissional consciente do caminho a seguir, pronto para se inserir no mercado de trabalho competitivo e apto a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Maranhão.

Atualmente, no momento em que o IFES solicita a autorização do funcionamento do Curso de Ciências Contábeis, constata-se que houve um significativo desenvolvimento territorial que não pressupõe, de maneira exclusiva, o crescimento econômico. Como afirma Saboia (2013, p. 2)

No contexto brasileiro, a região que compreende o Estado do Maranhão, região Nordeste do país, ocupa um local de destaque tendo em vista as importantes transformações ocorridas como resultado da implantação de grandes investimentos. Dentre eles destacamos as Termoelétricas MPX, Porto do Itaqui, Miranda do Norte, a Hidrelétrica de Estreito, a Refinaria Premium da Petrobras, a ampliação da Alumar, a instalação da Suzano Papel e Celulose, os investimentos no setor imobiliário – devido a chegada de grandes construtoras como a Cyrela e a Gafysa –, os investimentos públicos realizados com recursos do PAC e aqueles feitos com recursos de organismos nacionais (BNDES) e internacionais (BIRD, BID). Além disso, ressalta-se o aumento das exportações de commodities com destaque para aquelas advindas do leste e do sul do Maranhão. Trata-se, especialmente, da soja cujo plantio se iniciou na década de 1970 e que, atualmente, responde, em conjunto com a cana de açúcar e a pecuária, por 17% do PIB do Estado (IMESC, 2010). Esse panorama conduziu ao aumento do PIB maranhense a taxas superiores à taxa nordestina.

Apesar dos dados acima apontados, segundo o IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Econômicos e Cartográficos), de um modo geral, o Maranhão ainda apresenta baixos índices de desenvolvimento humano, atualmente, girando em torno de 0,64.

Este é um reflexo direto do crescimento econômico sem distribuição de renda, concentrando a apropriação da riqueza produzida sem, portanto, conduzir ao desenvolvimento

desejado. O IDH maranhense, considerado médio pelas Nações Unidas¹, reflete a péssima distribuição de renda e as condições precárias de educação e saúde enfrentadas pela população residente no Estado.

Diante do exposto, do quadro socioeconômico do Estado do Maranhão, é inarredável a conclusão de que a proposta pedagógica apresentada, para autorização do Curso de Ciências Contábeis do IFES, permanece atual em relação ao tipo de profissional que se pretende formar, ou seja, um profissional com sólida formação humanística, que tenha mais que um estudo sistemático das teorias da contabilidade, mas que o faça associado à pesquisa e à extensão, de maneira que esteja apto a perceber a dinâmica da realidade social e das demandas do mercado.

1.2.1 Contextualização da Mantenedora e Mantida

a) Nome da Mantenedora

Instituto Florence de Ensino Superior Ltda

b) Nome da Mantida

Instituto Florence de Ensino Superior

c) Base Legal da Mantenedora

O Instituto Florence foi credenciado, junto ao Ministério da Educação (MEC), pela Portaria nº 1764 de 01/11/2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) Nº 211 de 03.11.2006, seção 01, Fl 14, com endereço localizado à Rua Rio Branco, 216-Centro. CEP 65040-270, São Luís-Ma

d) O IFES é pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, com fins lucrativos e com inscrição no CNPJ sob nº 06.040.046/0001-10.

1.3 Políticas institucionais no âmbito do Curso

As políticas Institucionais definidas pelo PDI, no âmbito do curso, tem por base a formação de um perfil profissional fundamentado na qualidade de ensino, aliado à pesquisa e extensão, como forma de promover ações para sua formação continuada. Estabelece o cumprimento da integração curricular através de adoção de práticas interdisciplinares que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades alicerçadas no saber científico e na consciência para a responsabilidade social.

O projeto pedagógico do Instituto Florence de Ensino Superior visa a cumprir as

¹ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divide o IDH em quatro: muito alto, alto, médio e baixo.

exigências da legislação educacional brasileira e o direito do discente ao acesso à formação profissional nos padrões de um perfil universitário com qualidade.

Para tanto, a política institucional, voltada para o ensino de graduação, está fundamentada no princípio da formação acadêmica e profissional de qualidade. Trata-se do condutor para a promoção de uma prática calcada em preceitos éticos, na construção do conhecimento técnico-científico, ao aperfeiçoamento cultural e ao desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionem a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

A relação da gestão do curso com a gestão institucional, segundo suas políticas, tem por base, a integração do currículo à luz das competências, com a finalidade de proporcionar a formação básica e profissional do estudante, conforme as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão.

As competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho, que sinalizam o perfil de policompetência, são planejadas no âmbito do projeto pedagógico do curso, considerando o PPPI, sendo materializadas através do planejamento docente, das avaliações e nivelamento acadêmico, bem como por meio das semanas científicas, projetos de pesquisas e extensão desenvolvidos no curso.

Entende-se que o desafio da solução de problemas é, igualmente, básico para o desenvolvimento de autonomia intelectual, criatividade e aceitação da diversidade teórica, tão comum no trabalho interdisciplinar, configurando-se como recurso de problematização se apresenta através de estudos de caso.

O Instituto Florence de Ensino Superior, enquanto espaço formador e preocupado com as demandas da sociedade hodierna, prima pelo desenvolvimento pleno dos formandos, considerando dimensões humanas, cognitivas, éticas e filosóficas, bem como avalia o discente-formando na observação de mudança comportamental, que se reflete na materialização do pensar em forma de comunicação escrita, falada, gestual, em procedimentos, em simulações de situações reais ou em vivências efetivas.

Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico do Curso visa:

- Proporcionar ao educando uma sólida formação quanto aos conhecimentos básicos da área contábil, pautada pelos princípios da democracia, do respeito à diversidade, que é humana, política, social, ética e científica;
- Possibilitar meios de reflexão sobre o processo da construção do conhecimento na área contábil, bem como a sua utilização no mundo do trabalho, compreendido com

locus das relações do ser humano com o meio natural e social;

- Fomentar o progresso do ensino e da aprendizagem a partir das relações estabelecidas entre professor e aluno, através da troca de saberes, contribuindo, assim, para a superação do senso comum, na perspectiva da construção do conhecimento científico na área contábil;
- Garantir a associação entre as áreas de saber e a ação dos sujeitos que buscam compreendê-los, proporcionando, dessa forma, a superação da dicotomia existente entre teoria e prática, por meio de projetos de extensão e estudos de caso;
- Conceber a avaliação como um processo contínuo e não como um fim em si mesmo, cabendo ao professor a tarefa de orientar o processo de ensino e aprendizagem, numa perspectiva ética de superar a avaliação como um mero instrumento de verificação de conteúdos e como elemento de orientação do planejamento didático;
- Formar cidadãos críticos, criativos e autônomos, mediante conteúdos trabalhados numa perspectiva de instrumentalização intelectual, que promove (re) significação de conceitos articulados à realidade social;
- Propiciar a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, considerando que o domínio dos recursos fundamentais para o exercício da profissão e para a contextualização das questões colocadas pela sociedade contemporânea requer uma inter-relação entre as competências técnico-científicas, artísticas, éticas e políticas, numa perspectiva de desenvolvimento humano;
- Constituir e consolidar linhas de pesquisa voltadas para o objeto da formação na área contábil, ofertada, em conformidade com os objetivos do curso.

Ressalta-se que os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação foram elaborados e (re) elaborados pelos NDE's – Núcleos Docentes Estruturantes e Colegiados dos Cursos.

1.3.1 Políticas de Ensino

1.3.1.1. Políticas de Ensino – Graduação

- Promover a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências em contraposição às abordagens centradas na transmissão de saberes prontos e definitivos;
- Criar condições para o desenvolvimento de profissionais competentes, autônomos,

policompetentes, criativos, solidários e éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento do processo produtivo e da sociedade;

- Criar condições para o desenvolvimento de profissionais que sejam capazes de empreender, avaliando e aproveitando oportunidades do mercado;
- Construir os processos educativos, abrangentes e flexíveis, aproveitando os conhecimentos prévios na constituição de competências e habilidades utilizáveis ao longo da vida, possibilitando a construção de caminhos singulares de desenvolvimento;
- Utilizar metodologias ativas na resolução de situações-problema;
- Utilizar processos de avaliação que sejam diagnósticos, contínuos, sistemáticos, cumulativos, flexíveis, participativos e focados na análise do desenvolvimento de competências e habilidades;
- Ofertar currículos organizados por competências e habilidades, desenvolvidos por meio de projetos integradores ou articuladores ou eixos temáticos, com um perfil de saída diferenciado, que preveja atuação profissional responsável;
- Garantir a qualidade na execução de Programas e Cursos, atendendo às expectativas dos participantes e ampliando as possibilidades de ingresso e permanência no mundo do trabalho;
- Atualizar permanentemente os currículos, em constante sintonia com as exigências do mundo do trabalho e das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Desenvolver Programas e Projetos institucionais de pesquisa e extensão, incrementando parcerias com iniciativas municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
- Aperfeiçoar o processo de avaliação, criando condições para sistematizar informações, de modo a facilitar a identificação de fragilidades e potencialidades da IES, socializando resultados e fomentando políticas institucionais;
- Integrar as atividades educacionais, fundamentadas em práticas inovadoras com perfil do “aprender fazendo” e na incorporação de novas tecnologias, de modo a garantir a qualidade do desenvolvimento profissional;
- Incentivar e definir de maneira sistemática a atuação plena e democrática dos Colegiados de Curso. Tudo a partir do objetivo de analisar periodicamente os anseios docentes e discentes e os processos de ensino-aprendizagem;
- Apoiar as atividades e o plano de trabalho dos NDEs, a fim de analisar as indicações

advindas pelos Colegiados de Curso, no que tange a implementação e reformulações dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação;

- Estimular os Colegiados de Curso no sentido de revisar sistematicamente os conteúdos programáticos, a fim de garantir um ensino mais integrado, promovendo assim a interdisciplinaridade, a contextualização e a problematização dos objetos;
- Criar espaço para reflexão acadêmica sólida e de qualidade, visando o desenvolvimento de competências profissionais;
- Complementar a formação humanística e competente dos alunos por meio do uso de novas tecnologias;
- Valorizar e aprimorar os instrumentos de avaliação dos cursos (interna e externa) , a fim de instituir políticas de intervenção e gestão mais sólidas a partir dos diagnósticos advindos desses procedimentos;
- Estimular atividades que envolvam o contato constante dos docentes e alunos da Faculdade com profissionais já inseridos no mercado de trabalho, procurando conhecer melhor a realidade do profissional e integrá-la à vida acadêmica;
- Valorizar e fortalecer a formação acadêmica por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, bem como participação em Bolsas de Iniciação Científica e do Programa Ciência sem Fronteiras;
- Apoiar a viabilização, enquanto Instituição, dos diferentes estágios previstos na formação dos profissionais das áreas dos cursos de Graduação da IES;
- Identificar e buscar soluções para as necessidades específicas dos cursos e das turmas de graduação;
- Valorizar a atividade didática dos docentes promovendo cursos e oficinas sobre metodologias de ensino, planejamento e avaliação;
- Aprimorar o canal de comunicação com os egressos da Faculdade através do PAE – Programa de Acompanhamento de Egressos;
- Aprimorar o sistema de Controle Acadêmico.

1.3.1.2 Políticas de Ensino – Pós-Graduação

- Incentivar a integração dos cursos de pós-graduação do Instituto Florence de Ensino Superior por meio de disciplinas e seminários comuns;
- Apoiar os docentes, discentes e as ações da Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa

e Extensão - CONEX no aprimoramento da formação conteudista e extensionista dos seus programas;

- Incentivar a incorporação de novos docentes da Faculdade nos cursos de pós-graduação;
- Fomentar a discussão sobre a criação de novos cursos de especialização;
- Buscar parcerias para realização de cursos de pós-graduação na modalidade de Mestrado Interinstitucional – MINTER, visando à qualificação dos docentes da IES e o fortalecimento dos diversos setores da região de inserção;

1.3.2. Políticas de Pesquisa

- Divulgação de resultados de pesquisas desenvolvidas internamente ou fora da Instituição, objetivando a disseminação do conhecimento produzido na área contábil;
- Estabelecimento de parcerias interinstitucionais de fomento à pesquisa na área contábil e das ciências humanas e sociais;
- Consolidar a proposta de iniciação científica já implantada, sem perder de vista a missão institucional e os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação;
- Fomentar as ações no que tange a Iniciação Científica a partir da oferta de bolsas institucionais de iniciação científica;
- Fortalecer o periódico *Florence em Revista*, fomentando publicações de docentes e discentes do curso;
- Promover discussão permanente sobre a criação de projetos e grupos de pesquisa, bem como a ampliação das linhas de pesquisa;
- Incentivar e proporcionar a troca de conhecimentos de cunho científico entre os graduandos e pós-graduandos da IES, e entre estes e os docentes do curso;
- Estimular a realização de projetos de pesquisa interdisciplinares, envolvendo docentes e discentes dos cursos da Faculdade;
- Estimular a realização de projetos de pesquisa, envolvendo docentes e discentes do Curso de Ciências Contábeis;
- Estimular o aperfeiçoamento dos docentes através de incentivos à qualificação em curso *stricto sensu* e a publicação de estudos e pesquisas;
- Estimular parcerias científicas com o setor privado;
- Estimular a participação de toda a comunidade acadêmica nos Seminários Científicos,

procurando manter ativo um espaço de reflexão e discussão científica no Instituto Florence de Ensino Superior – IFES.

1.3.3. Políticas de Extensão

- Fortalecimento de projetos extensionistas na relação Faculdade x Comunidade, com a participação de Professores, Alunos e Técnicos Administrativos;
- Desenvolvimento de Projeto de Extensão, em consonância com as diretrizes da IES e com as áreas de interesse do Curso de Ciências Contábeis;
- Estabelecer o cumprimento do Programa Institucional de Responsabilidade Social da IES;
- Apoiar a realização de projetos de extensão que visem questões socioambientais.

1.3.4. Políticas de Gestão

- Implantar, avaliar e aperfeiçoar um sistema de gestão acadêmica, considerando a valorização das pessoas de forma a proporcionar condições a todos os colaboradores do Instituto Florence de Ensino Superior, para desenvolverem suas atividades de forma eficaz;
- Empreender uma gestão participativa e democrática pautada em princípios éticos, que possibilitem a efetiva participação da comunidade acadêmica no processo decisório da instituição e do curso, através de seus órgãos colegiados, garantida a representação paritária de todos os segmentos do curso;
- Investir na qualificação do corpo docente, através de uma política de recursos humanos, que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfação profissional;
- Prever mecanismos de captação de docentes de alta qualificação e titulação;
- Valorizar os talentos individuais dos docentes, considerando as suas prioridades de dedicação em relação às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- Realizar planejamento individual de atividades com os docentes, no que tange as atividade de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas no âmbito do Curso e em consonância com o PPC;
- Contribuir com a atualização constante, por meio de ampla discussão com a comunidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Florence de

Ensino Superior – IFES a com a revisão e atualização do PPC de Ciências Contábeis priorizando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica;

- Realizar encontro anual de discussão do planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o fortalecimento das ações;
- Fortalecer as parcerias com o setor público e privado no que tange a concessão de estágios e outras ações estratégicas para o desenvolvimento e consolidação Curso de Ciências Contábeis;
- Colaborar com o fortalecimento e constituição da representação estudantil junto a IES (Diretórios Acadêmicos);
- Propor diálogo permanente junto à Mantenedora para contratação do corpo docente e técnico- administrativo, visando sua constante atualização;
- Propor diálogo permanente junto à Mantenedora quanto à execução dos projetos de reestruturação e adaptação das instalações físicas da IES, procurando incluir nesses projetos os aspectos de acessibilidade, segurança e gestão ambiental, assim como da criação, ampliação e manutenção dos espaços destinados as atividades específicas do Curso de Ciências Contábeis;
- Propor diálogo permanente junto às Diretorias e Mantenedora na discussão e reflexão sobre os planos de carreira docente e do técnico administrativo e se adequem as exigências do mercado de trabalho na área contábil;
- Apoiar o programa de Avaliação Institucional da Faculdade (CPA), através da participação mais efetiva do Colegiado do Curso de Ciências Contábeis, propondo soluções que impactam na melhoria dos níveis de satisfação do curso e do padrão de qualidade de ensino;
- Incentivar a participação do corpo docente e técnico-administrativo nos órgãos colegiados como forma estratégica de consolidação dos princípios e políticas da comunidade acadêmica;
- Fomentar mecanismos de fortalecimento da comunicação da faculdade com a comunidade em geral e especificamente com os interessados em informações sobre o Curso de Ciências Contábeis, através do site do Instituto Florence de Ensino Superior e da Assessoria de Comunicação - ASCOM, garantindo uma maior agilidade na alteração das informações nele depositadas;
- Fortalecer e valorizar os setores técnicos, acadêmicos e administrativos, visando o funcionamento harmônico da IES;

- Fortalecer e aperfeiçoar os serviços de informática e biblioteca da Faculdade, tendo em vista a sua importância estratégica na melhoria das atividades acadêmico-administrativas;
- Participar de reuniões anuais de acompanhamento do presente PPC e do PDI da IES, junto aos órgãos diretivos e administrativos da IES;
- Estabelecer reuniões periódicas para discussão e análise acerca do PPC com a participação do NDE e Colegiado do Curso de Ciências Contábeis;
- Participar de reuniões periódicas com as Diretorias e Coordenações de curso, visando uma maior integração e agilidade na execução de suas atividades.

Esse sistema de gestão, que se rege pela missão e objetivos da instituição é continuamente avaliado em função dos resultados alcançados e aperfeiçoado para o alcance efetivo das metas propostas de desenvolvimento institucional como um todo, no âmbito administrativo e acadêmico.

1.3.5. Políticas de responsabilidade social

O Instituto Florence de Ensino Superior tem como política de responsabilidade social o atendimento à comunidade com qualidade, ética, respeito e dignidade, proporcionando-lhe os benefícios da produção intelectual e científica de seus professores e alunos.

A responsabilidade social da instituição é caracterizada, especialmente, em relação à inclusão, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais específicas.

A responsabilidade do IFES é refletida:

- Na promoção de conhecimentos e importância social das suas ações universitárias, bem como o impacto dessas atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento das comunidades do Centro, Jaracati, Camboa, Coroadinho e Anjo da Guarda;
- Na natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis, pois a IES compreende as necessidades sociais e culturais do seu entorno, prestando atendimento em observância à sua política e filosofia de ensino;

- Nas ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.

Para atingir tal desiderato, assegura-se que o valor da mensalidade, aliado ao compromisso com a qualidade do ensino ministrado, torne a instituição participativa na luta pela redução das desigualdades sociais, haja vista o acesso à educação que se qualifica como instrumento de poder.

Assim, o Programa de Financiamento e Bolsas a alunos Carentes é mais uma das estratégias utilizadas pela IES, pois pretende ser um instrumento capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico ao discente com limitações financeiras acentuadas, otimizando sua qualidade de vida. Contudo, a política de inclusão de maior relevo consubstancia-se **financiamentos Institucionais** (interno e externo), como o **PROUNI, FIES e PRAVALER, Crédito Educativo interno e Programa de Descontos Diferenciados** através dos seguintes Convênios. ASISMU, SINDSEP-MA, SINTSPREV, SINTAF, SINPROESSEMA, SINDJUS, SINDCOMERCIÁRIOS, INLAB, SINDMETAL, Polícia Militar do Maranhão – PMMA, ANESG, COREN, SINPEEES/MA, SINPOL- MA, SINTSEP, 24º BATALHÃO DE CAÇADORES, STTREMA – TRANSPORTE RODOVIÁRIO, SINDITÁXI, SINDPANIP, SINDICATO DOS TRABALHADORES COM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NATURAIS E INDUSTRIALIZADOS, DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, TORRFAÇÃO E MOAGEM, CEREAIS, RAÇÕES ANIMAIS, MASSAS E EMPRESAS FRIGORÍFICAS DE SÃO LUÍS, PAÇO DO LUMIAR, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, NO ESTADO DO MARANHÃO, SINDSCONSTRUCIVIL, SINDSPEM, APCEF/MA, CEMAR, STEFEM, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Maranhão, FAMEM.

Por fim, tem-se ainda a **isenção de taxas, estágio remunerado, bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão.**

Para o desenvolvimento das atividades de prática contábil e extensão, firmou-se convênio com a PREFEITURA DE SÃO LUIS, englobando todas as Secretarias do respectivo órgão, com os Escritórios de contabilidade: COGITUM CONTABILIDADE e NR CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA.

Quanto ao atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais ou reduzidas, assume-se que as diferenças humanas são normais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando, em vez do educando adaptar-se, de qualquer maneira, ao processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao

pleno exercício da cidadania. A educação inclusiva reconhece e responde às necessidades diversas do educando, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais usam de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

A partir desse entendimento, a IES adotará as seguintes diretrizes:

- Campanhas de sensibilização e de fomento à aceitação das diferenças;
- Criação e adaptação de espaços para garantir o acesso diferenciado desta clientela aos bens e serviços oferecidos pela IES;
- Parcerias com corporações profissionais e entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.);
- Integração faculdade-empresa para a oferta de Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios, com adequadas condições de atuação para as pessoas com necessidades especiais.

De acordo com o plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário e diferenciado para a utilização dos espaços, mobiliários e edificações, o Instituto Florence de Ensino Superior tem suas instalações adaptadas, tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas: rampas com corrimãos que permitem o acesso aos espaços de uso coletivo; rampas com corrimãos ou elevadores que permitam o acesso às salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras instalações da infraestrutura física e acadêmica; banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; telefone público instalado em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; vaga em estacionamento nas proximidades da IES e em estacionamento próprio.

A IES proporcionará, caso seja solicitada, para alunos com deficiência visual, sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador ou máquina de datilografia Braille; software de ampliação de tela do computador; scanner acoplado a computador; gravador e fotocopadora que amplie textos; aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; lupas, régua de leitura; aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva, segundo os sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais

(LIBRAS), especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso; materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

No tocante à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, a IES pretende desenvolver atividades através de projetos de extensão, como fomento à cultura popular maranhense e à sustentabilidade ambiental, além de promover e implementar todos os programas e ações determinadas pela Lei e pelo poder público, que visem erradicar ou reduzir as barreiras que de qualquer modo imponham óbice ao pleno acesso aos conhecimentos e à cidadania.

1.4 Estrutura Acadêmico-administrativa

No sentido de suportar as atividades destinadas ao cumprimento de sua missão e da execução das ações necessárias, a gestão administrativa e acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior funciona, segundo as diretrizes estabelecidas na LDB, por meio de órgãos colegiados de natureza consultiva e deliberativa, e por meio de órgãos executivos, cuja constituição e competências estão estabelecidas no Regimento Interno.

Tanto o processo de gestão do curso, em sua trajetória ascendente, quanto o da gestão institucional, definem como políticas de ação, as decisões aprovadas por diretrizes e ações de órgãos colegiado superiores, administrativos e acadêmicos, que regem o âmbito geral da IES, assim como dos órgãos colegiados auxiliares, ligados a cada curso, com representação paritária de todos os segmentos que os compõe.

O Título II do Regimento Interno da Instituição define as estruturas e atribuições dos órgãos colegiados e executivos do Instituto Florence de Ensino Superior, sobre os quais passamos a discorrer nos subtópicos abaixo:

1.4.1. Órgãos colegiados

1.4.1.1 O Conselho Superior – CONSUP

O Conselho Superior - CONSUP, órgão máximo de natureza deliberativa, normativa e recursal do Instituto Florence de Ensino Superior, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Diretor Administrativo-Financeiro;
- Até 3 (três) representantes da entidade mantenedora, por ela indicado(s);
- 1 (um) representante da comunidade, escolhido e designado pelo Diretor Geral;
- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na instituição, não esteja cursando dependência e apresente aproveitamento e frequência satisfatórios nas disciplinas cursadas; e
- Até 5 (cinco) representantes do Corpo Docente, escolhidos por seus pares.

O mandato dos representantes é de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho Superior funcionam com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho Administrativo Superior possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Exercer, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, a jurisdição superior da Faculdade;
- Aprovar Regimentos, suas alterações e emendas, submetendo-o à aprovação do Órgão Federal competente;
- Aprovar o Plano Anual de Trabalho;
- Deliberar, atendida a legislação em vigor, sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos ou habilitações de graduação, a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, pós-graduação e cursos sequenciais;
- Deliberar sobre a criação, desmembramento, incorporação ou extinção de Unidades Acadêmicas ou Administrativas, ouvida a Entidade Mantenedora;

- Deliberar sobre a política de recursos humanos da Faculdade, planos de carreira e salários, no âmbito de sua competência, submetendo-a à Entidade Mantenedora;
- Decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- Decidir sobre a concessão de títulos acadêmicos e honoríficos e sobre a instituição de símbolos, bandeiras e outros dísticos para uso da Faculdade e da sua comunidade acadêmico - administrativa;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor-Geral.

1.4.1.2. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP, órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva do Instituto Florence de Ensino Superior, em matérias de natureza acadêmica, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Coordenadores dos Cursos Superiores;
- Coordenador de Pós-Graduação e Extensão;
- Até 5 (cinco) representante do Corpo Docente, escolhidos por seus pares; e
- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na instituição, não esteja cursando dependência e apresente aproveitamento e frequência satisfatórios nas disciplinas cursadas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ocorrem com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, cujas decisões podem ser objeto de recurso para o Conselho Superior, possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Fixar as diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade;
- Apreciar e emitir parecer sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cursos

sequenciais;

- Deliberar sobre representações relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cursos sequenciais, em primeira instância e em grau de recurso;
- Aprovar o Calendário Escolar;
- Fixar normas complementares ao Regimento Interno da IES, sobre processo seletivo, diretrizes curriculares e programas, matrículas, transferências, adaptações e aproveitamento de estudos, ouvidas as manifestações dos colegiados dos cursos;
- Aprovar projetos de pesquisa e programas de extensão;
- Apreciar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Aprovar normas específicas para os estágios supervisionados, elaboração, apresentação e avaliação de monografias ou trabalho de conclusão de curso;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor Geral;
- Propor a concessão de prêmios destinados ao estímulo e à recompensa das atividades acadêmicas; e
- Autorizar acordos e convênios propostos pela Entidade Mantenedora, com entidades nacionais e estrangeiras, que envolvam o interesse da Faculdade.

Das decisões do CONSEP cabe recurso ao CONSUP.

1.4.1.3. Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, servindo para assessoramento da Diretoria e da coordenação de curso para o planejamento, acompanhamento e busca de melhorias contínuas de cada curso do Instituto Florence de Ensino Superior.

O Colegiado de Curso tem, no mínimo, a seguinte composição:

- Coordenador do Curso, que o preside;
- Professores que ministram disciplinas no curso; e
- Um representante do Corpo Discente, escolhido pelos alunos do mesmo, observados os requisitos para representação discente nos órgãos colegiados, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, 1 (uma) vez por semestre, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento de 2/3 de seus membros, funcionando suas reuniões com a presença da maioria absoluta de seus membros,

com tomada de decisões por maioria simples de votos.

As decisões e/ou proposições do Colegiado à Diretoria, coordenação de curso ou aos Conselhos Superiores serão apresentadas na forma de Parecer, baseado na ata da Reunião do mesmo e em outros documentos apresentados, devendo ser assinado pelo Presidente.

O Colegiado de Curso possui as seguintes competências e atribuições, regimentalmente fixadas:

- Pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da Faculdade e com as normas regimentais;
- Quanto à organização didático-pedagógica dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;
- Apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;
- Analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;
- Inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional interna e externa, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (ENADE) e avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistos aos procedimentos acadêmicos; e
- Analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP.

1.4.2. Órgãos executivos

São os seguintes os órgãos executivos do Instituto Florence de Ensino Superior cujas atribuições e competências encontram-se estabelecidas no Regimento Geral e ou nos Estatutos e Regimentos da Mantenedora.

1.4.2.1 Diretoria Geral

A Diretoria Geral é o órgão executivo máximo da administração geral da

Faculdade e é exercida pelo Diretor Geral. O Diretor Geral é auxiliado nas suas funções pelo Diretor Acadêmico e Administrativo-Financeiro. Em suas ausências e impedimentos eventuais e legais, o Diretor Geral é substituído pelo Diretor Acadêmico.

O Diretor Geral é designado pela Entidade Mantenedora, para mandato de 02 (dois) anos, admitidas reconduções por iguais períodos.

Os Diretores, Acadêmico e Administrativo-Financeiro serão designados pela Mantenedora, por indicação do Diretor Geral.

Compete ao Diretor Geral:

- I. Representar a Faculdade interna e externamente ou promover-lhe a representação, no âmbito de suas atribuições;
- II. Promover em conjunto com os Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, a integração no planejamento e harmonização na execução das atividades;
- III. Conferir graus, expedir diplomas e títulos honoríficos, presidir a solenidade de formatura e demais atos acadêmicos em que estiver presente;
- IV. Convocar e presidir o Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V. Promover a elaboração o Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do CONSUP;
- VI. Decidir sobre matéria de natureza urgente ou omissa, “ad referendum” do colegiado competente;
- VII. Promover a elaboração do calendário escolar encaminhando-o ao CONSEP;
- VIII. Dar posse aos Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, aos Coordenadores de Curso, aos Coordenadores de Núcleos e aos Chefes de Setores;
- IX. Autorizar, previamente, pronunciamento público e as publicações que envolvam responsabilidade da Faculdade;
- X. Encaminhar ao CONSUP e à Entidade Mantenedora o relatório anual das atividades;
- XI. Constituir comissões e grupos de trabalhos, designar assessorias permanentes e temporárias, com finalidades específicas de implementação das políticas educacionais da Instituição;
- XII. Firmar acordos, convênios, planos de cooperação técnico-científico em

cumprimento dos objetivos da Faculdade.

1.4.2.2. Diretoria Acadêmica

A direção acadêmica é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito da faculdade, tendo como titular o diretor acadêmico, nomeado e subordinado diretamente a direção geral.

Compete ao Diretor Acadêmico:

- I. Assessorar o Diretor Geral no exercício das atividades acadêmicas da Faculdade;
- II. Gerenciar as ações de programação acadêmica, execução e avaliação dos currículos plenos dos cursos, objetivando articulação das diversas áreas do conhecimento e integração da Coordenadoria de cursos de graduação às diretrizes, políticas e objetivos educacionais da Faculdade e dos cursos;
- III. Estimular a participação docente e discente na programação cultural, técnico-científicas, didático-pedagógica e desportivas;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

1.4.2.3. Coordenadoria de Cursos de Graduação

A coordenadoria de curso de graduação é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito de cada curso de graduação, observando a política interna da faculdade, tendo como titular o coordenador de curso, nomeado pela direção geral e subordinado diretamente a direção acadêmica.

O coordenador do curso deve ser profissional com formação específica da área do curso, em nível de graduação e com pós-graduação *stricto sensu*, preferencialmente em nível de doutorado, com experiência profissional e acadêmica adequadas para o exercício da função. O coordenador de curso será assessorado em suas funções pelo coordenador adjunto.

Compete ao Coordenador de Curso:

- I. Assessorar a Diretoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais da Faculdade e do Curso;
- II. Gerenciar o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso e propor sua

- revisão em face de necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso no âmbito interno da instituição e no âmbito externo, mediante a devida aprovação nos órgãos colegiados;
- III. Supervisionar a elaboração e a implantação de programas e planos de ensino buscando assegurar articulação, consistência e atualização do ementário e da programação didático-pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;
 - IV. Gerenciar a execução da programação acadêmica do curso zelando pelo cumprimento das atividades propostas e dos programas e planos de ensino e respectiva duração e carga horária das disciplinas;
 - V. Acompanhar o desempenho docente e discente mediante análise de registros acadêmicos, da frequência, do aproveitamento dos alunos e de resultados das avaliações e de outros aspectos relacionados à vida acadêmica;
 - VI. Promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos das práticas de atividades de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;
 - VII. Elaborar e gerenciar a implantação de horários e oferta de disciplinas e alocação de professores segundo as diretrizes gerais da Faculdade;
 - VIII. Coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;
 - IX. Fazer cumprir as exigências necessárias para a integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a elaboração de Histórico Escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;
 - X. Convocar e dirigir reuniões do respectivo colegiado responsável pela coordenação didática do curso;
 - XI. Adotar “ad referendum” em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providências indispensáveis ao funcionamento do curso;
 - XII. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno e as deliberações dos órgãos colegiados da IES.

1.4.2.4. Coordenadoria de pós-graduação, pesquisa e extensão/CONEX

A Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão/ CONEX superintende, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades da área de pós-graduação, Pesquisa e

Extensão da Faculdade, zelando pelo seu bom desempenho e qualidade, visando à excelência de forma integrada com a Diretoria Acadêmica.

Compete a Coordenação de pós-graduação, Pesquisa e Extensão:

- I. Coordenar a vida acadêmica e as atividades didático-pedagógicas de pós-graduação, pesquisa e Extensão;
- II. Representar essas áreas da educação superior da Faculdade perante autoridades e instituições congêneres e associativas de sua categoria no âmbito da sua competência;
- III. Assinar diplomas e/ou certificados de conclusão de cursos e outros certificados, na área de pós-graduação e Extensão juntamente com o Diretor Geral;
- IV. Zelar para que na área de sua jurisdição a Faculdade não fique privada ou desprovida de recurso de qualquer natureza, necessário ao desenvolvimento de suas atividades em nível de qualidade e excelência;
- V. Proceder à distribuição do pessoal docente nos respectivos cursos de pós-graduação e extensão;
- VI. Promover a interligação e integração da sua área com a graduação;
- VII. Propor a Diretoria Geral a concessão de títulos e prêmios honoríficos para o pessoal sob sua administração;
- VIII. Propor ao Diretor Geral a constituição de comissão a assessorias para resolver questões de interesse acadêmico de sua área, quando houver absoluta necessidade, ouvidos os órgãos envolvidos;
- IX. Zelar pela fiel observância da legislação de ensino, e das normas complementares emanadas dos órgãos da Faculdade; e
- X. Desempenhar outras funções e atividades no âmbito de sua competência, ou que, por sua natureza lhe sejam atribuídos pelo Diretor Geral.

Para o financiamento das atividades de pesquisa, através da iniciação científica, a instituição firma convênios com organismos internacionais ou agências governamentais ou não-governamentais, por meio do Núcleo de Relações Internacionais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos através do Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/FAPE. Caberá ao colegiado de cursos analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de pesquisas. O estímulo a essas atividades consiste, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição e de outras IES nacionais, ou estrangeiras;

- Conceder auxílio para projetos específicos;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando alimentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Ampliar e manter atualizada sua biblioteca;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento Interno da IES.
- Dar-se prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Os projetos de pesquisa são coordenados pelo coordenador do curso, ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercursos.

A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos temáticos que visarão:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Proporcionar treinamento eficaz de técnicas de alto padrão face ao desenvolvimento nacional;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas do núcleo;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades

governamentais.

As linhas de pesquisa são estabelecidas, observada a relação entre estas e o projeto pedagógico Institucional e do curso em pleito.

As linhas de pesquisas desenvolvidas no Instituto Florence de Ensino Superior são as seguintes:

- Educação em Saúde;
- Farmacologia e Toxicologia;
- Linha de Produtos Naturais;
- Gestão Ambiental e Saúde;
- Microbiologia;
- Controle de qualidade;
- Avaliação e Implementação de Políticas Públicas;
- Cosmetologia;
- Epidemiologia das comunidades maranhenses.

Especificamente para o Curso de Ciências Contábeis, serão desenvolvidos os seguintes eixos de pesquisa:

- Auditoria, Controladoria e Finanças;
- Perícia Contábil;
- Contabilidade Pública;
- Contabilidade de Instituições Privadas.

A Faculdade incentiva a pesquisa mediante a concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, concessão de bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance, dentro dos recursos financeiros liberados pela Mantenedora.

Os projetos de pesquisa e extensão são avaliados pela CONEX e homologados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP.

A CONEX encaminha periodicamente à Diretoria Acadêmica e Diretoria Geral as informações sobre os projetos de pesquisa e extensão.

A Faculdade desenvolve projetos de extensão para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas afins.

São consideradas atividade de extensão:

- Eventos culturais, técnicos e científicos;

- Cursos de atualização oferecidos a comunidade acadêmica e a comunidade em geral;
- Ações de prestação de serviços de assistência à Comunidade;
- Produções e publicações de interesse acadêmico e cultural;
- Projetos de extensão.

O IFES atua na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão privilegiam ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) são regulamentadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP, tendo presente o Regimento e demais normas legais vigentes.

Os programas de extensão são coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

Os núcleos temáticos atuam, também, na extensão oferecendo programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica.

Os serviços são realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Intervenção em situações-problema identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional
- Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

O IFES, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a Região em que está inserido: **“liderar o processo de desenvolvimento cultural da**

comunidade regional”.

Os programas caracterizados como de extensão não são restritos aos limites da instituição, mas também estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, são colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade é concretizado através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração fazem o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

O Instituto Florence de Ensino Superior oferece bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão aos alunos, viabilizando a articulação do processo ensino/aprendizagem, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos desenvolvidos pela Instituição.

A bolsa de monitoria é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de monitoria, nos seus respectivos cursos de graduação. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem aptidão pela carreira acadêmica, assegurando a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades do ensino.

A bolsa de iniciação científica é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de iniciação científica, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem interesse e aptidão pela carreira científica, através da participação em projetos de pesquisa.

A bolsa de extensão é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de extensão, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior.

As atividades de pesquisa e extensão do Instituto são desenvolvidas a partir do Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/FAPE.

1.4.2.5. Coordenadoria de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes (CAP)

A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/ CAP, é um órgão de assessoramento didático-pedagógico do Instituto Florence de Ensino Superior, constitui-se

como instância de apoio, acompanhamento e operacionalização de atividades acadêmicas.

Visa dar suporte a docentes e discentes da instituição, no que diz respeito às atividades inerentes à prática pedagógica e prática acadêmica, conforme definidas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação do Instituto Florence de Ensino Superior. Considerando suas atribuições, o CAP divide-se em dois Núcleos:

- I. Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP, responsável pelo atendimento das necessidades do corpo docente da IES, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e o Plano de Qualificação Docente/ PQD.

São objetivos do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP:

- Formar um quadro de docentes qualificados, criativos e com embasamento teórico compatível às necessidades dos discentes e às exigências do mundo contemporâneo;
 - Qualificar profissionais aptos para desenvolver na instituição uma docência comprometida às necessidades sociais da comunidade maranhense;
 - Elaborar e operacionalizar a formação inicial dos docentes, tendo, como princípio, a formação significativa dos professores;
 - Elaborar e operacionalizar a formação continuada dos docentes;
 - Organizar as atividades de planejamento e avaliação docente, no início de cada semestre letivo;
 - Acompanhar as atividades planejadas pelos docentes, dando-lhes suporte pedagógico sempre que necessário;
 - Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
 - Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição, com vistas à consecução dos objetivos inerentes a academia.
- II. Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/ NUPAD responsável pelo atendimento às necessidades do corpo discente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio Psicopedagógico ao Discente.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/ NUPAD:

- Apoiar e orientar o educando em sua trajetória acadêmica, instrumentalizando-o para construção/ reconstrução do conhecimento e para formação de novos saberes, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação consciente do profissional junto ao mundo do trabalho;
- Analisar e encaminhar as demandas dos alunos, no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem e/ ou financeiras;

- Implementar um programa de Nivelamento Acadêmico, que possibilite ao educando condições de equidade e prosseguimento de estudos;
- Orientar os alunos na organização dos diretórios estudantis ou acadêmicos;
- Implementar ações que visem acompanhar os egressos dos Cursos de Graduação da IES e a partir desse acompanhamento, retroalimentar as propostas pedagógicas dos cursos;
- Fomentar a iniciação científica como princípio pedagógico e educativo dos discentes.

O CAP funcionará no horário de atividades da faculdade e será constituída por um Coordenador com formação em Pedagogia, que desenvolverá, em conjunto com Diretoria Acadêmica, Coordenadorias dos Cursos e Comissão Própria de Avaliação/ CPA, atividades de apoio, avaliação, acompanhamento, orientação, elaboração e organização de todas as ações inerentes ao fazer pedagógico.

1.4.2.6. Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é órgão responsável pela matrícula e movimentação discente, pela documentação, pelos registros e controles acadêmicos. A Secretaria Acadêmica é dirigida pelo Secretário Acadêmico, designado pelo Diretor Geral.

Compete ao Secretário Acadêmico:

- Responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe e outros meios de registro e arquivo de dados;
- Orientar e acompanhar a execução do atendimento, do protocolo e dos registros acadêmicos;
- Autorizar e controlar o funcionamento de cópias de documentos aos interessados;
- Expedir, por autorização do Diretor Geral, certidões e declarações relativas à vida acadêmica dos alunos.

1.4.2.7. Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia

O Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia é órgão de apoio técnico ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, dirigido pelo Coordenador da Biblioteca.

São atividades integrantes deste Núcleo: a editoração, publicação e divulgação da

produção acadêmica e da difusão de atividades culturais, dos serviços bibliotecários e dos laboratórios, dos equipamentos tecnológicos de apoio ao ensino e do Centro de Processamento de Dados.

Compete ao Coordenador do Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia:

- Assessorar a Diretoria Geral na formulação e implantação da política institucional;
- Programar, coordenar e supervisionar as atividades que integram o Núcleo.

1.4.2.8. Diretoria Administrativa e Financeira

A Diretoria Administrativa e Financeira, órgão executivo para assuntos de natureza administrativo-financeira, é exercida pelo Diretor Administrativo-Financeiro, nomeado e subordinado a direção geral.

A Diretoria Administrativa e financeira supervisiona as atividades relacionadas a:

- I. Recursos Humanos;
- II. Recursos Orçamentários e Financeiros;
- III. Recursos Patrimoniais e Materiais;
- IV. Serviços de Administração Geral.

O Diretor Administrativo-Financeiro, em suas ausências e impedimentos legais é substituído por funcionário designado pelo Diretor Geral.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- Auxiliar o Diretor Geral na formulação e execução da política administrativa-financeira da Faculdade;
- Coordenar as ações de planejamento, execução e avaliação da Administração Geral em seus aspectos de recursos humanos, orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e serviços gerais;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

1.4.2.9. Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

Órgão de apoio técnico ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino,

pesquisa e extensão.

São atividades integrantes deste Núcleo: editoração, publicação, divulgação da produção acadêmica e da difusão de atividades culturais, dos serviços bibliotecários e dos laboratórios, dos equipamentos tecnológicos de apoio ao ensino e do Centro de Processamento de Dados.

Compete ao Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação:

- Assessorar a Diretoria Geral na formulação e implantação da política institucional;
- Programar, coordenar e supervisionar as atividades que integram o Núcleo.

1.5. Sistema de comunicação, informação, controle e registro acadêmico

O registro e controle acadêmico do Instituto Florence de Ensino Superior é realizado mediante programa instalado na Secretaria, (GFLEX - Inforgêneses - versão 15.09) que funciona em rede com a diretoria, a coordenação do curso, tesouraria e biblioteca.

O Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de Sistema de Controle Acadêmico, Administrativo e Financeiro, possibilitando à comunidade acadêmica o acesso, acompanhamento e recuperação de informações à distância, a partir da internet. Tal sistema oferece diversas funcionalidades, tais como: controle de notas e faltas; histórico escolar; comunicados diversos; horários de aula; solicitação e acompanhamento de requerimentos; extratos financeiros; 2ª. Via do boleto bancário; matrícula on-line e calendário de aulas, dentre outros.

Também são disponibilizadas aos docentes várias informações para acesso, entre elas: turmas; horários de aulas; calendário de avaliações; lançamento de notas; consulta de notas e disponibilização de arquivos para download dos alunos.

Além disso, está disponível para a comunidade acadêmica todo o conjunto de informações e serviços acerca da biblioteca, tais como: acervo, reserva de livros e materiais acadêmicos, pagamento de taxas, dentre outros.

Existem ainda algumas ferramentas de comunicação interna e externa disponível, possibilitando articulação entre as áreas organizacionais e toda comunidade acadêmica. Com o uso desses sistemas, o gestor, em todas as esferas de atuação institucional, dispõe das informações relevantes e necessárias à tomada de decisão. O Sistema de informação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento institucional possibilitando acesso rápido e fácil e interagindo toda estrutura pedagógica e administrativa.

O mesmo sistema funciona através da Internet disponibilizando aos alunos informações sobre os cursos, serviços gerais como histórico escolar, boletim de resultado final, consulta de notas, consulta de programas de disciplinas, horários das aulas, solicitação de declarações e sugestões.

O site do Instituto Florence de Ensino Superior auxilia nas pesquisas dos interessados em conhecer os cursos oferecidos e a obter informações extras, fornece ainda aos alunos a facilidade de poderem consultar suas notas e faltas e titulação do corpo docente.

Todos os setores da faculdade estão interligados através de uma rede interna de comunicação on-line, o que permite a troca e a atualização de informações de forma rápida e eficiente.

No site da faculdade, são disponibilizadas áreas destinadas aos alunos e aos professores onde o acesso a serviços e informações são feitos de forma restrita através de login e senha. No site está disponível material didático de apoio aos alunos.

1.6. Organização e gestão de pessoal

As políticas de organização, gestão e capacitação de pessoal adotadas no Curso de Ciências Contábeis, seguem as diretrizes e normas aplicadas a IES como um todo, em conformidade com o PDI e o Regimento Interno, sempre ouvido o NDE e o Colegiado de Curso em matéria de sua competência, visando aperfeiçoar os processos de seleção, capacitação e valorização do corpo docente e técnico-administrativo vinculado ao curso.

1.6.1. Corpo docente

Desde o início de suas atividades, o Instituto Florence de Ensino Superior, na seleção de professores, tem priorizado a contratação de candidatos, observando, especialmente, no caso de especialistas, mestres e doutores, o credenciamento dos respectivos cursos.

Inclui-se ainda como importante componente na fase de contratação a experiência profissional e o exercício do magistério superior, de forma a aliar, nas estratégias pedagógicas, a prática e a teoria.

Ao contratar os seus docentes, a IES leva em conta também a produção científica, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a busca constante de atualização e participação

em eventos de relevância na área de formação e atuação docente, além da atuação e experiência profissional do candidato. Ao regular exercício da docência, no âmbito da IES, são aplicados os demais requisitos constantes do Plano de Cargos, Salários e Carreira do Magistério Superior vigente no Instituto Florence de Ensino Superior, homologado pelo Ministério do Trabalho e publicado no DOU nº 155, seção 1, pg. 135 de 13/08/2010.

De acordo com o Plano de Cargos, Salários e Carreira, constituem-se como graus da carreira do magistério superior no âmbito do IFES:

- I. Professor Doutor, portador de diploma de Doutor e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.
- II. Professor Mestre, portador do diploma de Mestre e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação;
- III. Professor Especialista, portador de diploma de especialista e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.

A admissão de professor é feita mediante seleção realizada pelo Coordenador de Curso e homologada pela Mantenedora, observados os seguintes critérios: Além da idoneidade moral do candidato, são considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada.

No âmbito do cumprimento da missão e dos objetivos da IES, o desempenho da função docente é de fundamental importância. Por esse motivo, o professor é selecionado, observando os critérios elencados acima, e constantemente avaliado, no que tange ao cumprimento de suas funções, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA e por meio da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente – CAP. O resultado das avaliações docentes norteiam o planejamento das ações de capacitação, elaboradas no âmbito da direção acadêmica, Coordenadoria dos Cursos e Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente – CAP, assim como, as decisões de desligamento de docentes por falhas no cumprimento de suas atribuições.

O Plano de Carreira Docente do Instituto Florence de Ensino Superior, regulamenta a valorização de experiências docentes no magistério superior, assim como define, normatiza e disciplina as condições de admissão, demissão, promoção, progressão, desenvolvimento profissional, direitos e deveres. Quanto às experiências profissionais não

acadêmicas, são consideradas relevantes, pela Instituição, as experiências (atividades) realizadas por seus docentes fora do contexto acadêmico, como fonte de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos teórico-práticos, removendo limitações e fronteiras de saberes específicos e compartimentados.

O Instituto Florence de Ensino Superior, por meio da operacionalização de seu plano de Capacitação e Qualificação do Corpo Docente – PQD, tem evidado esforços para atrair para seus quadros professores com renomada trajetória profissional e acadêmica e com titulação *stricto sensu*, e fomentado a fixação destes docentes mediante avaliação da qualidade do ensino e da produtividade dos mesmos, através da concessão de incentivos e benefícios constantes a capacitação profissional e a produção científica, de modo que essas políticas reflitam positivamente na qualidade dos cursos.

Ressalta-se nesse processo a CAP – Coordenação de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes, que é composta por: Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP, responsável pelo atendimento às necessidades do corpo docente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e do Plano de Qualificação Docente/ PQD.

O regime de trabalho dos docentes da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

Os docentes do Magistério Superior da Instituição serão contratados como Professores de Ensino Superior, em um dos seguintes regimes de trabalho:

- Em tempo Integral: será atribuído ao docente que se obriga a prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho à Instituição, no desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão ou de administração universitária ou acadêmica.
- Em tempo parcial: docente contratado atuando com no mínimo 12 (doze) horas semanais de trabalho, reservando-se, pelo menos, 25% desta carga-horária para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

A título eventual e por tempo estritamente determinado, a Instituição pode dispor do concurso para Professor Substituto, Professor Colaborador e Professor Visitante, destinado a suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira.

O docente poderá ainda exercer atividades de pesquisa e extensão, quando aprovadas, ou administrativas, na coordenação de cursos e supervisão de estágios.

O número de horas-aula do docente poderá variar, de acordo com o planejamento curricular dos cursos, por semestre, sendo definido pela coordenadoria do curso e aprovado pelo Colegiado do Curso antes do início do semestre letivo regular. Nenhum contrato de

trabalho poderá ter duração superior a 40 horas semanais. O tempo da hora-aula determinado pela legislação pertinente, despendido pelo docente quando em atividade em sala de aula, equivalerá sempre à uma hora de trabalho contratual.

Enquanto política de apoio pedagógico ao corpo docente, o Instituto Florence de Ensino Superior, por meio da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, operacionaliza o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente – NAP, que consiste em ações e programas voltados à formação pedagógica e orientação aos docentes do curso, assim como a promover ações de capacitação docente, sobretudo através do Programa de apoio didático-pedagógico ao docente.

O Programa tem como objetivo auxiliar e orientar os professores na condução de sua prática pedagógica a partir da sugestão de metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de oferecer todo o suporte estrutural para a operacionalização das atividades planejadas pelo docente e terá os seguintes objetivos:

- Acompanhar o desempenho acadêmico do professor, verificando suas dificuldades e conferindo ao mesmo o suporte necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Propor alternativas de solução para os problemas detectados e/ou apontados pela comunidade acadêmica;
- Implantar e implementar a formação inicial e continuada do professor;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição com vistas à consecução dos objetivos inerentes à academia;
- Acompanhar junto com o professor e o NUPAD o desempenho do discente, propondo soluções imediatas;
- Interagir criativamente em face de dificuldades pedagógicas sentidas pelos cursos;
- Apoiar as coordenações em atividades e programas que visem o bom funcionamento dos currículos;
- Selecionar, em consenso com os docentes, procedimentos didático-metodológicos para melhor atender às necessidades dos alunos e a natureza das disciplinas;
- Utilizar estratégias adequadas de ação para possibilitar o envolvimento dos docentes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Orientar para a resolução de problemas e enfrentar desafios oriundos da implantação dos novos modelos curriculares nos cursos;
- Buscar informações especializadas analisá-las, tomar e justificar decisões

metodológicas;

- Avaliar a efetividade das ações curriculares desenvolvidas nos cursos;
- Participar da formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos;
- Incorporar ao trabalho docente, novas metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem;
- Fornecer suporte didático pedagógico aos docentes.

A avaliação docente é um processo interno que acontece semestralmente, e estará articulado as atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação/CPA e pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, tendo como protagonistas o grupo de alunos, os professores e a coordenação do curso. A avaliação obedece as seguintes etapas:

- Participação dos alunos respondendo ao questionário de avaliação semestral, onde cada disciplina e o seu professor é avaliado, assim como a infraestrutura física, a organização acadêmica e os serviços prestados pela faculdade;
- Auto avaliação docente, onde o próprio professor comenta a sua atuação em sala de aula, destacando os seus objetivos para o período e as suas dificuldades;
- Avaliação docente sobre as turmas, onde cada professor avalia o desempenho e destaca as características das turmas que lecionou; e
- Reunião com a coordenação do curso, onde o coordenador discute com os professores os resultados e as sugestões apontadas nas avaliações acima.

O objetivo de todo o processo do sistema permanente de avaliação docente é auxiliar o professor no seu desempenho em sala de aula. De posse de todas as avaliações e após discussão com o docente, cabe à coordenação do curso propor medidas de auxílio a atuação docente como, por exemplo, a disponibilidade de novos equipamentos de auxílio as aulas, a atualização em algum campo ou a atuação do docente em outras disciplinas compatíveis com a sua formação acadêmica.

1.6.2. Corpo técnico-administrativo

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelos funcionários enquadrados nesta categoria e que prestem serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da

Instituição, que desempenhem as seguintes funções:

- Gerencias: administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação;
- Atividades técnicas de assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;
- Atividades de apoio administrativo;
- Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional.

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelas seguintes categorias:

- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Auxiliar Administrativo;
- Técnico Administrativo de Nível Médio;
- Técnico Administrativo de Nível Superior.

O Corpo técnico-administrativo do Instituto Florence de Ensino Superior é composto de acordo com os critérios previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira do Corpo Técnico-administrativo, observando as seguintes condições:

- Remuneração compatível com seu cargo e desempenho;
- Acesso, promoção e progressão no plano de carreira;
- Incentivo ao seu aprimoramento profissional;
- Direito, em igualdade de condições a qualquer funcionário da Instituição, à política de benefícios/vantagens da instituição;
- Direito a voto e a elegibilidade, em conformidade com o Regimento Interno da Instituição;
- Condições adequadas ao exercício profissional.

O Regime disciplinar do corpo técnico-administrativo está previsto no Regimento Interno da Instituição.

O Programa de Integrado de Gestão de Capital Humano (PIC), prevê ações de capacitação e avaliação do corpo técnico-administrativo por meio do Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo/PEQ-TEC, desenvolvidas pelo setor de recursos humanos da IES. A progressão do funcionário nos níveis previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira leva em consideração a avaliação do funcionário e a participação e rendimento nas atividades de capacitação previstas no PEQ/TEC. O regime de trabalho dos funcionários da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelas

quais se regem todos os contratos trabalhistas.

1.7. Avaliação Institucional

A legislação vigente consolidou a avaliação como um dos instrumentos para sustentação da qualidade do sistema de educação superior. Os processos avaliativos internos e externos são concebidos como subsídios fundamentais para a formulação de diretrizes para as políticas públicas de educação superior e, também, para a gestão das instituições, visando a melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimento e das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, de acordo com as definições normativas de cada tipo de instituição e as opções de cada estabelecimento de ensino.

Precisamente sobre avaliação, a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 9º, inciso VI explicitou a responsabilidade da União em *"assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino"*.

Para cumprir tal determinação, o SINAES configura-se como elemento fundamental da proposta de mudanças que se impõem às instituições de educação superior contemporâneas. No Brasil, em face da significativa participação do setor privado nessa oferta educacional, a avaliação constitui-se em importante instrumento de prestação de contas para a sociedade, para cada um dos usuários e para as próprias instituições.

A avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e de extensão. Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos para a transformação da educação superior, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente. Para tanto, a avaliação institucional deve possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da IES.

Em consequência, os resultados das avaliações previstas no SINAES, além de subsidiarem as ações internas e a (re) formulação do projeto de desenvolvimento institucional, formarão a base para a implementação de políticas educacionais e de ações correspondentes

no que se refere à regulação do sistema de educação superior.

A avaliação institucional é um processo desenvolvido por membros internos e externos de uma dada comunidade acadêmica, visando promover a qualidade acadêmica das instituições em todos os seus níveis, nos termos da sua missão própria.

O objetivo central do processo avaliativo é promover a realização autônoma do projeto institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social.

1.7.1. Avaliação Institucional Externa

No que tange a avaliação institucional externa, o Instituto Florence de Ensino Superior, como as demais instituições de ensino superior, é regulada pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, um sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, composto por três processos diferenciados, a saber:

- Avaliação das instituições;
- Avaliação dos cursos de graduação; e
- Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

Como parte de um mesmo sistema de avaliação, cada um destes processos é desenvolvido em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si. Eles abordarão dimensões e indicadores específicos com o objetivo de identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e instituições, promovendo a melhoria da sua qualidade e relevância – e, por consequência, a da formação dos estudantes – e, ainda, fornecendo à sociedade informações sobre a educação superior no país. O SINAES, em decorrência de sua concepção, está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Esses princípios são:

- A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- O reconhecimento da diversidade do sistema;
- O respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- A globalidade institucional, pela utilização de um conjunto significativo de indicadores, considerados em sua relação orgânica; e

- A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

Das considerações acima decorrem algumas diretrizes da CONAES para a avaliação das instituições: comparar o projeto da IES e a sua realidade institucional, ou seja, melhorar a qualidade acadêmica significa, no contexto de cada instituição, diminuir a distância entre ambos; construir uma proposta de auto-avaliação voltada para a globalidade da instituição, buscando dimensionar a relação entre o projeto institucional e sua prática, para reformulá-lo no planejamento e nas ações futuras da instituição; e elaborar uma metodologia que organize as atividades dos diferentes atores envolvidos no processo avaliativo, buscando a construção de um sistema integrado. Deste modo, ampliando as formas de compreensão sobre a instituição, visa aperfeiçoar os diferentes processos que levam à realização de seu projeto institucional, expresso ou tácito.

Desde o ano de 2007, o Instituto Florence de Ensino Superior tem participado de todas as etapas do processo de avaliação externa, conforme a exigência da legislação vigente, que consiste nos processos avaliativos que precedem os atos autorizativos da faculdade e dos cursos.

Deste modo, tem obtido conceito positivo em todas as avaliações externas para efeito de regulação realizadas até o presente momento, seja em relação a autorização e reconhecimento de seus cursos, seja em relação ao credenciamento e credenciamento da IES.

Além disso, os resultados das avaliações externas têm servido de parâmetro para a busca do aperfeiçoamento constante das políticas da instituição, conforme as dimensões e indicadores do SINAES, pois os relatórios das comissões de avaliação externas são rigorosamente analisados e utilizados como subsídios para a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, para a definição de políticas institucionais no âmbito do PDI, além de incorporar possíveis críticas e/ou sugestões.

Com relação a avaliação dos estudantes, o Instituto Florence de Ensino Superior já participou de três edições do ENADE, em 2010, 2013 e 2015, contemplando os cursos de Enfermagem, Farmácia e Direito, tendo alcançado resultados satisfatórios, obtendo conceito geral 3 (IGC 3).

1.7.2. Avaliação Institucional Interna (Auto avaliação)

A avaliação interna ou auto avaliação é um instrumento de extrema importância

na gestão e planejamento das políticas institucionais no âmbito da IES. A mesma é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que no desempenho de suas atribuições, será responsável pela “*condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP*”.

A CPA do Instituto Florence de Ensino Superior é designada por Portaria da Diretoria Geral, sendo constituída por dois representantes do corpo docente, dois representantes do corpo discente, regularmente matriculados, dois representantes do corpo técnico-administrativo e dois representantes da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a IES. O mandato dos membros da CPA é de um ano, permitida duas reconduções. Não é permitida a renovação de mais de dois terços dos membros num intervalo inferior a um ano. Atualmente, a CPA possui a seguinte composição:

Quadro 1 – Composição da CPA

NOME	SEGMENTO
Eliziene Barbosa Costa lisbr06@gmail.com	Presidente Representante Técnico Administrativo
Tatiana Elenice Cordeiro Soares – Tatianaelenice@hotmail.com	Representante Docente
Cynthia Griselda Castro Viegas Cynthia.griselda@terra.com.br	Representante Docente
Sandra Silva Pinto	Representante Técnico Administrativo
Alexsandro Penha Oliveira Alef_alex@hotmail.com	Representante do Corpo Discente
Rita de Cássia Costa Bezerra	Representante do Corpo Discente
Edelton Nunes Filho	Representante da Sociedade Civil
Maria Rita Araújo Loureiro da Cruz	Representante da Sociedade Civil

Fonte: Direção Acadêmica/IFES (2016)

As definições quanto ao modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento da CPA fica a critério dos Órgãos Colegiados Superiores da IES.

A CPA do Instituto Florence de Ensino Superior reúne-se uma vez por mês, produzindo do resultado da reunião uma ATA, que a cada encontro é lida para que seja aprovada e assinada por todos os membros da sua composição.

Desde 2008, a CPA é responsável por conceber, executar, analisar e publicar os resultados das avaliações internas, que são realizadas anualmente e envolvem todos os

segmentos da comunidade acadêmica, assim como propor ao corpo diretivo da IES encaminhamentos decorrentes do processo avaliativo.

A organização do processo de auto avaliação prevê a ocorrência de três diferentes etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação da avaliação. O percurso metodológico inicia-se com a sensibilização da Comunidade Acadêmica, realizada pelos representantes docentes e discentes da CPA, em parceria com a Direção Acadêmica e Coordenações dos Cursos de Graduação da IES. Essa sensibilização é realizada por meio de seminários, da divulgação da Avaliação Institucional em sala de aula, cartazes em murais do Instituto e página do site institucional.

O sistema de coleta de dados ocorreu, inicialmente, de forma manual, pelo método de amostragem aleatória, através de questionários impressos, com questões fechadas, elaboradas pelos membros da CPA. Posteriormente, em 2012, os formulários, para cada segmento, foram disponibilizados em ambientes virtuais da IES, site e pelo sistema acadêmico interativo (GFLEX), oferecendo à CPA dados tabulados.

Outrora, os questionários foram disponibilizados aos segmentos de Docente e Técnico-administrativo, estipulando-se prazos para entrega dos mesmos. Para o segmento discente, foi determinado o dia da Auto Avaliação, em que todos os alunos receberam, avaliaram e de pronto entregaram aos representantes da Comissão seus questionários respondidos.

A partir de 2012, o Instituto Florence de Ensino Superior tem feito a chamada a toda comunidade acadêmica, até mesmo utilizando redes sociais, definindo, em ambiente virtual, a data de início e término da Avaliação Institucional.

A elaboração dos formulários de avaliação sempre aconteceu em reuniões da CPA, tomando-se como base o PDI da instituição, os Projetos Político Pedagógicos dos Cursos e o documento da CONAES, contendo as orientações sobre a avaliação institucional. Os questionários, além de perguntas “fechadas”, apresentam espaços para sugestões ou críticas. Os instrumentos de avaliação são, sempre que necessário, reelaborados para atender às dimensões dos SINAES:

- **Dimensão 01** - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
- **Dimensão 02** – Políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão
- **Dimensão 03** – Responsabilidade social da instituição
- **Dimensão 04** – Comunicação com a sociedade

- **Dimensão 05** - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo
- **Dimensão 06** - Organização e gestão da instituição
- **Dimensão 07** - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
- **Dimensão 08** - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia de auto avaliação institucional.
- **Dimensão 09** - Políticas de atendimento ao estudante.
- **Dimensão 10** - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Os resultados da Avaliação Institucional são tabulados em planilha eletrônica e representados pela moda e sua frequência relativa, originando relatórios de diversos grupos/segmentos: DISCENTES DA GRADUAÇÃO, DISCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO, EGRESSOS, DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS. Do resultado da avaliação institucional da IES, gera-se, anualmente, relatório, que é apresentado ao MEC e à comunidade acadêmica.

As recomendações são direcionadas à gestão institucional, a fim de que as providências sejam tomadas, deliberando sobre um planejamento com prazo de execução.

O último processo de auto avaliação conduzido pela CPA foi realizado no período de setembro de 2014 a janeiro de 2015. A metodologia utilizada para coleta dos dados consistiu em aplicação dos questionários de auto avaliação, com questões fechadas de múltiplas escolhas e abertas (com sugestões de melhorias), através do acesso ao site institucional, no link da CPA – questionários de auto avaliação institucional, dos quais participaram 995 alunos sendo 194 do curso de Enfermagem, 332 do curso de Farmácia, 341 do curso de Odontologia e 128 do curso de Direito; 30 funcionários Técnicos Administrativos, 110 alunos egressos, sendo 65 do curso de graduação em Enfermagem e 45 do curso de Farmácia, e 48 docentes no período compreendido entre 10 de setembro de 2014 a 30 de janeiro de 2015.

O questionário dos discentes foi separado por cursos, sendo que para a elaboração do relatório final de avaliação institucional tirou-se uma média dos quatro cursos para obter-se um melhor parâmetro de análises dos dados. Os dados foram tabulados em planilha Excel onde foram executadas as análises descritivas. As variáveis que expressam satisfação foram categorizadas em escala ordinal e codificadas como segue: **AE**: atende com excelência, **AP**:

atende parcialmente, **NA**: não atende **NS**: não sabe ou tem dúvida e **NSA**: não se aplica. Incluiu-se ainda dentro deste caminho metodológico, o Seminário Central, onde se dá a socialização dos resultados a toda a comunidade, constituindo-se em um espaço de discussões, análises e interpretações sob diversos olhares.

O processo de auto avaliação cumpriu todas as etapas propostas, culminando com a confecção do relatório final. Durante o exercício 2016-2017 não houve modificações nos instrumentos de avaliação, o que nos permite fazer um comparativo quanto à avaliação anterior, sedimentando-nos a um olhar mais crítico a cerca do trabalho desenvolvido pela IES.

Em síntese, o relatório produzido pela CPA com base nos resultados da última avaliação interna, podem ser sintetizados da seguinte forma:

Quadro 2 – Resultados da avaliação interna da CPA

ASPECTO AVALIADO	RESULTADO
Políticas de Ensino	51% dos discentes reconhecem que o currículo atende as necessidades de sua formação; 51,1% dos discentes afirmam que os conteúdos e programas das disciplinas atendem suas expectativas; 43% avaliam positivamente a interatividade entre teoria e prática.
Políticas de Pesquisa e Extensão	37,1% dos discentes avaliam positivamente o trabalho desenvolvido pela CONEX; 41,5% dos discentes avaliam que a instituição oferece condições para o desenvolvimento de pesquisa; 37,6% dos discentes já apresentaram trabalhos de Iniciação Científica.
Políticas de pós-graduação	72% dos egressos avaliam positivamente o programa de pós-graduação da IES; 87% afirmam que os docentes desenvolvem suas atividades com excelência; 89% afirmam que os docentes estimulam os alunos a participarem de eventos científicos.
Corpo docente	76% dos discentes aprovam a didática do professor; 86% afirmam possuir bom relacionamento professor-aluno.
Organização e gestão institucional	49,5% dos discentes sentem-se satisfeitos com a IES; 41,6% avaliam positivamente a instituição perante a sociedade; 40% conhecem a função dos órgãos colegiados.
Políticas de pós-graduação	72% dos egressos avaliam positivamente o programa de pós-graduação da IES; 87% afirmam que os docentes desenvolvem suas atividades com excelência;

	89% afirmam que os docentes estimulam os alunos a participarem de eventos científicos.
Corpo docente	76% dos discentes aprovam a didática do professor; 86% afirmam possuir bom relacionamento professor-aluno.
Organização e gestão institucional	49,5% dos discentes sentem-se satisfeitos com a IES; 41,6% avaliam positivamente a instituição perante a sociedade; 40% conhecem a função dos órgãos colegiados.
Infraestrutura	73% aprovam as instalações físicas da IES; 68% aprovam o acervo bibliográfico.

Fonte: Direção Acadêmica/IFES (2016)

A Comissão Própria de Avaliação, tendo como princípio que a avaliação é um instrumento eficiente para o replanejamento de ações, tendo caráter formativo e que visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo, tem como metas para o período de 2011-2015:

- Reavaliar a cada dois anos os projetos pedagógicos dos cursos e em caráter excepcional quando o Colegiado do Curso julgar pertinente;
- Consolidar o processo de avaliação institucional através da CPA;
- Contribuir para que a IES mantenha-se acima dos níveis mínimos e em patamares mais elevados que as congêneres estabelecidas no mesmo município;
- Consolidar os serviços de ouvidoria para atender às demandas da comunidade acadêmica.
- Compete, dentre outras atividades, à Comissão Própria de Avaliação – CPA:
- Constituir subcomissões de avaliação;
- Elaborar e analisar pareceres, encaminhando às instâncias competentes;
- Desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional.
- A CPA tem, também, como função:
- Fazer cumprir a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- A política para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- A responsabilidade social da Instituição;
- A infraestrutura física, em especial, a do ensino, pesquisa e biblioteca;
- As políticas de pessoal, carreira, aperfeiçoamento e condições de trabalho;

- A comunicação com a sociedade;
- A organização e gestão da Instituição;
- O planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;
- As políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira.
- Propor alterações no próprio Regimento Interno, deliberar sobre questões a ela pertinentes, formalizar a destituição e/ou a substituição de seus membros;
- Desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas na área da sua competência.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

2.1 Histórico do Curso

Muitos estudiosos da área contábil são unânimes em afirmar que a história e o desenvolvimento da Contabilidade estão intrinsecamente relacionados à evolução do próprio homem². Neste sentido, Melis (APUD PELEIA; BACCI, 2004, p. 40) afirma que “a Contabilidade, e sua principal e mais característica manifestação – a conta – é tão antiga quanto é a civilização construída pelos homens. A história da Contabilidade é, em certo ponto, uma consequência da história da civilização”.

Assim como, é consenso de que o “grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações”. (IUDÍCIBUS APUD BACCI, 2004, p. 40)

Do ponto de vista da organização do ser humano na sociedade, das empresas e da organização estatal a contabilidade é imprescindível. A atuação do contador ou do técnico em

² Provas do desenvolvimento da Contabilidade associado á evolução da sociedade são as primeiras preocupações com o ensino comercial, o surgimento e a atuação dos pensadores contábeis, os esforços e a necessidade de padronização (cuja consequência natural é formulação de regras e a padronização das demonstrações contábeis), a criação dos órgãos de classe e os eventos realizados por estes organismos. Estes movimentos ocorreram também no Brasil, de forma embrionária nos séculos XVI, XVII e XVIII1 , e com maior intensidade a partir do século XIX2 , principalmente pela vinda da Família Real e como consequência de diversos acontecimentos históricos ocorridos no País, em seus estágios políticos de Reino Unido, Império e República. (PELEIA; BACCI, 2004, p.41)

contabilidade, assim como outras profissões, evoluiu influenciado pelas rápidas e inúmeras mudanças no âmbito econômico, político, social e tecnológico.

E é nesta perspectiva das mudanças advindas da própria evolução societal que no Brasil o primeiro curso superior surge no Governo de Getúlio Vargas, com a denominação de Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, por meio do Decreto-lei nº. 7988/1945. Surge no período pós-guerra em que o país aposta na industrialização e no projeto nacional-estatista, no intuito de manter o desenvolvimento das forças produtivas em sua extensão técnica e administrativa. (VIANNA; VILLELA, 2005, p. 41).

E acompanhando esta oportunidade de novos cursos, o Estado de São Paulo foi pioneiro ao criar a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), instalada como dependência da Universidade de São Paulo, através do Decreto-lei 15601/46. A criação da FCEA, posteriormente denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), oportuniza as bases do primeiro núcleo de pesquisa Contábil no Brasil.

Em se tratando do Estado do Maranhão, o primeiro curso é criado em 1974, no governo de Nunes Freire, através da Resolução 287/74 e reconhecido através do Decreto 83.307/1979, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O curso surge no período em que de grande crescimento das cidades maranhenses devido aos projetos industriais do Programa Grande Carajás (PGC). Este projeto resultou na implantação de duas grandes indústrias a Vale e a Alumar, assim como, na implantação do Porto do Itaqui, da implantação da Eletronorte, gerando grandes oportunidades de trabalho e de mão-de-obra mais qualificada.

Desde modo, o curso foi se consolidando em todo Brasil e, em 2014, segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), existiam 309.074 contadores registrados nos CRC's e ativos³, em todo o Brasil.

No que concerne ao atendimento para a **Educação Superior no Maranhão**, o Estado concentra, em suas 33 instituições de ensino superior, 1,9% das matrículas em cursos presenciais. (INEP)

Em 2014, na rede privada houve um aumento de 14% nas matrículas, atingindo a marca de 73,3 mil contra 64,2 mil do ano anterior. Na rede pública o índice teve um crescimento de 8,3%, totalizando 49 mil matrículas em 2014 contra 45,2 mil no ano anterior. Enquanto que as matrículas em cursos a distância (EAD) no estado registraram, em 2014, um aumento de 19% na rede privada, atingindo a marca de 15,8 mil matrículas, contra 13,3 mil

³ Ainda segundo o CFC (2014) existem registrados 189.218 técnicos em contabilidade, totalizando 498.292 profissionais que atuam na área da contabilidade.

do ano anterior. Na rede pública, o aumento chegou a 1,6%, totalizando 7,3 mil matrículas, contra 7,2 mil em 2013.

O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais na rede privada, em 2014, aumentou 22% (24 mil alunos em 2013 para 29,4 mil em 2014). Na pública houve um acréscimo de 12% (9,2 mil alunos em 2013 para 10,3 mil em 2014). Nos cursos a distância (EAD) o crescimento chegou a 51%. Na rede privada houve aumento de 41% (5.353 alunos em 2013 para 7.558 em 2014). Na rede pública houve um acréscimo de 222% (312 alunos em 2013 para 1.004 em 2014).

No que diz respeito a demanda e oferta para o **Curso de Ciências Contábeis no Brasil**, no ano de 2014, dados da mesma fonte, apontam que no país existem 1.256 cursos, 953 IES ofertantes, 137.409 ingressantes e 353.597 alunos matriculados. Destes quantitativos 75,78% das matrículas são em cursos presenciais.

E quanto ao **curso no Maranhão**, em 2014, registrou-se, na modalidade presencial na rede privada, 9.616 matrículas, assim como, 3.021, na modalidade de ensino a distância (EAD), totalizando 12.637 alunos matriculados, distribuídas em 25 instituições (23 privadas e 02 públicas). Sendo apontado como, na modalidade presencial, o quarto mais procurado pelos estudantes nas IES no estado, ficando apenas atrás dos cursos de Direito, Administração e Enfermagem. Especificamente em São Luís dados do SEMESP apontam que, em 2014, foi registrada a oferta do Curso de Ciências Contábeis em 08 IES, sendo 01 pública e 07 privadas, totalizando uma matrícula de aproximadamente 4.017 alunos.

E segundo o CFC, quanto aos profissionais atuantes, de acordo com o CFC, existem no Maranhão 6.240 profissionais registrados em contabilidade, sendo 3.947 contadores e 2.293 técnicos em contabilidade.

Desde modo, o IFES, cômico de sua responsabilidade social e educacional e visando atender esta demanda reprimida de 14,57% para o referido curso, assim como, contribuir para o aumento de contadores de nível superior no Estado, pretende ofertar a comunidade maranhense um Curso de Ciências Contábeis, enfatizando as diversas áreas do conhecimento contábil.

O IFES tem como pressuposto a formação multidisciplinar, formando os seus egressos nas diferentes áreas do conhecimento científico e, principalmente, na área contábil. O conjunto de disciplinas constantes na Matriz Curricular do curso, buscam proporcionar uma visão sistêmica e universal ao profissional da contabilidade, dotando-o de competências e habilidades para atuar em diversos setores das instituições públicas e privadas.

2.2 Proposta Pedagógica

Muito se tem debatido sobre a crise econômica mundial e brasileira, as reformas político-econômicas e administrativas adotadas pelos países para se adaptarem a este novo momento de acumulação do capital.

E de que no século XXI é de suma importância ter profissionais aptos para atuarem no mundo produtivo com competência técnica e polivalência, e, desde modo, várias são as denominações dadas para o novo momento de acumulação do capital, mas é ponto de concordância de vários estudiosos que este novo momento é marcado pela vulnerabilidade sistêmica dos países capitalistas.

Como afirma Costa (2016, p. 21),

Parte-se do pressuposto de que por volta da segunda metade do século XX, os países capitalistas iniciam reformas no âmbito político-econômico para adaptar seus governos à nova forma de acumulação do capital, que tem como principal característica a predominância do capital financeiro e o regime de produção flexível [...] Independentemente de suas múltiplas denominações – capitalismo financeiro, capital fictício, neoliberalismo – este se constitui uma doutrina e um receituário pragmático de política econômica que [...] visava combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes, torna-se uma política que reestrutura os países de economias periféricas para a passagem do regime monopolista de acumulação para o regime de acumulação financeira.

Neste sentido, afirma Silva Júnior, Ferreira e Kato (2013, p.1), “o Brasil, ao implementar estas reformas, altera os fundamentos de sua economia e passa a fazer parte, de forma definitiva e sem volta, da economia mundial. Contudo, talvez, o mais relevante seja o movimento de mudança nas instituições republicanas brasileiras”.

As instituições republicanas, aqui compreendidas como àquelas cujas funções primordiais são administrar em prol do interesse e bem comum da sociedade, necessitam de profissionais com visão de totalidade, que sejam perspicazes e eficazes.

E é neste contexto complexo, que se insere o profissional de Ciências Contábeis, quer na esfera pública ou privada, que assuma a tarefa multidisciplinar de atuar na área financeira, econômica e patrimonial de uma ou várias pessoas jurídicas (empresas), assim como, na contabilidade de instituições públicas com a expertise necessárias e exigidas na contemporaneidade.

Neste sentido, compreende-se que o contador pode trabalhar em diversos ramos,

como por exemplo, assessor (prestação de serviços), professor do segmento contábil, colaborador de pessoas jurídicas (atuando na escrituração contábil, no departamento fiscal ou pessoal), auditor (independente, interno ou externo), analista de contabilidade, perito contábil (agente fiscal de tributos), sócio ou proprietário de escritório contábil (realizando consultoria), etc.

Formar este profissional polivalente é primordial, sem, contudo, perder de vista a formação específica preconizada na legislação brasileira, ou seja, um profissional que tenha a aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado. Revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do contador.

Neste sentido, alguns autores têm se preocupado em analisar as falhas que permeiam a elaboração de propostas pedagógicas para o Curso de Ciências Contábeis. Uma das principais lacunas encontradas nestas propostas diz respeito a “pouca ênfase em análises sistemáticas e críticas da realidade e a falta de uma práxis emancipatória na construção do conhecimento” (SILVA, et al, 2013, p. 6)

Neste sentido, esta proposta pretende sobrepor esta visão fragmentada do conhecimento, defendendo uma proposta que esteja alicerçada no pensamento de Pedro Demo (1986, p. 25), que defende que a formação profissional deve estar articulada a duas dimensões de formação – a qualidade formal e a qualidade política. A primeira diz respeito aos instrumentos e métodos sobre uma carreira profissional ou acadêmica que devem alicerçar a formação; e a segunda trata da finalidade e do conteúdo dessas atividades, em outras palavras, refere-se ao contexto das ações e seus fins, considerando-se a substância e não a forma.

Articular essas duas dimensões é, sobretudo, formar profissionais da área que se reconheçam como atores sociais responsáveis pelos problemas que assolam a sociedade, não somente com aplicação de técnicas e instrumentos, mas requer leitura da realidade e reflexão sobre a mesma.

É preciso numa proposta inovadora compreender a educação como elemento que articula o conhecimento empírico de mundo e o conhecimento científico cultural da humanidade, e pensar a proposta pedagógica para o Curso de Ciências Contábeis, é acima de tudo, assumir um compromisso social pautado na transformação dos problemas que serão

enfrentados pelos futuros profissionais.

Neste sentido, como afirma Grey (2004, APUD, SILVA, 2013) a formação do profissional deve primar pelo desenvolvimento de consciências antropológica, ecológica, espiritual, ética, cívica e social, que são essenciais para a vida em sociedade.

E é nesta direção que a proposta pedagógica para o Curso de Ciências Contábeis seguirá. Além de estar em consonância com o que preconiza a missão, objetivos e valores do Instituto Florence de Ensino Superior, está pautada na formação integral e humanizadora através da implementação de um currículo interdisciplinar, contextualizador e problematizador, que prime pela ética, pelo respeito a diversidade/pluralidade, garantindo o acesso, permanência e sucesso dos educandos.

Para além dos modismos que permeiam estes princípios, pensar uma formação integral e humanizadora, através de um currículo interdisciplinar, contextualizador e problematizador, é acima de tudo, promover uma nova forma de trabalhar os conteúdos, buscando a articulação, efetiva, entre o sujeito e o objeto do conhecimento, num ambiente escolar dinâmico e real.

E esta dinamicidade será efetivada através no tratamento pedagógico dos diversos componentes curriculares, na busca pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, assim como, em momentos pedagógicos específicos que ocorrerão ao final de cada semestre letivo, que nesta proposta denominamos de Seminários Interdisciplinares.

Entende-se que uma proposta interdisciplinar poderá favorecer o equilíbrio entre a formação básica e a formação profissional, preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

Também considera-se pressuposto básico desta proposta, a avaliação contínua dos processos curriculares, pedagógicos e administrativos, com vistas garantir o sucesso dos objetivos propostos pela instituição.

Uma proposta nestes moldes estará sempre em construção e garantirá, sem dúvida, a formação profissional em sua integralidade, aqui compreendida como pensar com consciência, raciocinar com senso persuasivo e fundamentado e, acima de tudo, tomar decisão com lucidez e ética.

2.3 Objetivos do curso

Em conformidade com a proposta pedagógica institucional e com Resolução

10/2004 (BRASIL, 2004), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis, o IFES pretende formar bacharéis com competência intelectual, científica e técnica.

Deste modo, tem como objetivo geral formar profissionais com competências científicas e práticas para atuarem nas empresas privadas e entidades públicas, com habilidade e postura gerencial e contábil, contribuindo para o processo de tomada de decisões com maior grau de acerto e consequente criação de valor para a entidade e sociedade.

Assim como, define-se como objetivos específicos:

- Perceber, compreender e propor alternativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável de instituições privadas e públicas, tendo como pressupostos as competências contábeis;
- Refletir criticamente acerca do contexto sociopolítico e econômico em que atua, compreendendo a importância da articulação da sua profissão com os arranjos produtivos locais para o desenvolvimento e crescimento do país;
- Compreender as diversas dimensões do processo produtivo, assim como, formas de gerenciamento destas dimensões nos vários segmentos do campo de atuação do contador;
- Analisar e compreender problemas da área contábil, na esfera pública e privada;
- Prever tendências, preparando-se para compreender as transformações que desafiam o seu cotidiano profissional;
- Valorizar as relações interpessoais visando a eficácia dos sistemas organizacionais no âmbito público e privado;
- Promover a realização de estudos sobre os fatos contábeis da administração de entidades privadas e/ou públicas;
- Promover estudos relativos ao registro e análise dos fatos contábeis ocorridos, setorialmente, em cada organização;
- Analisar e auxiliar na decisão sobre os investimentos a serem realizados pelas empresas, em recursos financeiros e produtivos deles decorrentes;
- Realizar estudos e registros necessários ao atendimento dinâmico das diversas áreas da legislação fiscal e tributária, que afetam e provocam modificações no patrimônio das entidades;
- Elaborar, acompanhar a execução e/ou analisar o orçamento e o balanço de qualquer entidade.

2.4 Identificação do Curso

- ✓ **Denominação** -Curso de Ciências Contábeis
- ✓ **Endereço de funcionamento do Curso** -Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís – MA
- ✓ **Número de Vagas Pleiteadas:** 100 vagas anuais, em dois ingressos, sendo 50 por semestre.
- ✓ **Turno de Funcionamento** – Matutino e Noturno
- ✓ **Regime de Matrícula** - Seriado semestral
- ✓ **Carga horária total do Curso** - 3.350 horas-aula.
- ✓ **Tempo de Integralização** - Mínimo: 8 (oito) semestres. Máximo: 14 (Quatorze) semestres.
- ✓ **Forma de Ingresso**- Processo seletivo (vestibular), transferência interna e externa, vagas para graduado e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- ✓ **Modalidade de oferta** - Presencial.
- ✓ **Regime de frequência e aprovação.** - É considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, e média sete em cada disciplina.

2.5 Perfil do Egresso

Nos séculos passados os patrimônios se baseavam, em sua grande maioria, em empresas familiares, nas quais a gestão era realizada por pessoas da própria família, não havendo necessidade de prestar contas a terceiros e os registros eram mantidos de seguindo critérios pessoais.

No final do século XX e neste século marcado pelo a financeirização da economia, que tem como principal objetivo a hegemonização do capitalismo e adequar os países a nova forma de acumulação do capital as formas de administrar as empresas e o setor público sofreu grandes alterações, sendo imprescindível profissionais de diversas áreas, principalmente do contador.

Nessa ótica, os além do processo de globalização, o mercado apresentou outras transformações, como as mudanças na tecnologia, as mudanças na economia e o aumento nas preocupações sociais e ambientais. As instituições sociais, tanto aquelas de natureza pública

quanto as de natureza privada, buscam acompanhar as transformações do ambiente externo como requisito de continuidade de suas atividades e de manutenção do seu patrimônio. Nesse sentido, a Contabilidade vem se desenvolvendo na direção dessas mudanças.

Partindo destes pressupostos, o perfil do profissional que o Curso de Ciências Contábeis do IFES, é formar bacharéis críticos e preparados tecnicamente para atuar, em organização⁴ públicas ou privadas, com responsabilidade social e ética, no âmbito internacional, nacional, regional e local.

Deste modo, como preconiza a Resolução nº 10/2004 (BRASIL, 2004) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis, são competências e habilidades esperadas no perfil do futuro contador:

- Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos e à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando, também, informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

⁴ Entende-se aqui organização como sendo “a forma de toda a associação humana para a realização de um fim comum” (CHIAVENATO, 2000, p. 88)

- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Desde modo, o aluno formado no Curso de Ciências Contábeis do IFES deverá ser um profissional com atitudes multidisciplinares (gerencial, política, social e de liderança), com capacidades técnicas para agir como um estrategista, executivo, consultor ou empreendedor, assim como, atuar na formação de novos contadores. Deverá ser um profissional com uma visão nas diversas áreas da contabilidade, pautando-se no senso de responsabilidade e comportamento ético.

2.6 Estrutura Curricular

O currículo do Curso de Ciências Contábeis do IFES foi concebido e será implementado no sentido de concretizar os princípios filosóficos e metodológicos que norteiam a proposta pedagógica do curso, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Particularmente o preconiza a Resolução 10/2004, especificamente no artigo 5º, as propostas curriculares deverão contemplar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística; II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado; III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade. (BRASIL, 2004, p. 3)

No intuito de propiciar a integralização deste currículo, a proposta curricular do Curso de Ciências Contábeis, do IFES, também contará com Seminários Interdisciplinares Semestrais (SIS), que tem como principal objetivo garantir a efetivação do caráter interdisciplinar dos conteúdos curriculares e iniciará no 1º semestre do curso.

Os SIS's abrangerão temas e atividades desenvolvidas por todos os docentes nas disciplinas do semestre e será coordenada por um professor do curso, a ser escolhido durante aquele semestre. Os docentes deverão reunir-se junto à Coordenação do Curso para definir os temas semestrais dos SIS.

Haverá uma organização formal dos SIS's e tornar-se-à um evento científico sendo que a cada semestre será abordado um tema e sua culminância será apresentado a toda comunidade acadêmica da instituição.

Terá caráter prático, ou seja, não ocorrerá em momentos separados de aula, visto que os professores deverão, no desenvolvimento pedagógico da disciplina sob sua responsabilidade, contemplar a discussão do SIS do semestre, assim como, organizar a turma para a culminância no evento científico.

Entretanto, caberá, ao coordenador responsável pelo SIS do semestre agendar reuniões com os demais professores do semestre, visando a organização da discussão em sala de aula que culminará com o evento final.

A estrutura curricular contempla os eixos definidos pela Resolução 10/2004 (BRASIL, 2004) e ainda as Atividades Complementares, Estágio Supervisionado, Seminários Interdisciplinares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Convém ressaltar algo de extrema importância para o estabelecimento da teoria-prática, preconizada no PPC do Curso, trata-se de que na Matriz Curricular do curso, todas as disciplinas de Formação Profissional **DEVERÃO** ser ministradas atendendo o percentual de 10% de cada disciplina será em atividades práticas definidas pelo professor e devidamente registrada no Plano de Curso da Disciplina. Estas atividades práticas poderão ser realizadas mediante: projetos de pesquisa e extensão; estudos simulados; estudo de caso; SIS, dentre outras atividades.

O regime acadêmico adotado no Curso de Ciências Contábeis é seriado e semestral, seguindo a estrutura organizacional do IFES e o período mínimo de integralização do curso é de 04 (quatro) anos, compreendendo a carga-horária total prevista neste projeto pedagógico.

Em toda grade curricular, o inter-relacionamento vertical/horizontal se faz

presente, com dimensionamento adequado das cargas horárias, levando sempre em conta a elaboração de ementas e programas coerentes com a proposta de atualização do conhecimento.

Observados os objetivos do curso, bem como as competências e habilidades do egresso, os componentes curriculares devem proporcionar a formação de contadores capazes de organizar e otimizar o setor contábil de empresas e instituições públicas, com base em sólidos conhecimentos técnico-científicos das ciências contábeis e das normas contábeis.

A composição curricular permite atender a uma formação generalista do bacharel em Ciências Contábeis, permitindo, todavia, que o estudante imprima em sua formação outros conhecimentos complementares através de disciplinas optativas.

Essa flexibilidade curricular também se manifesta através da disciplina Atividades Complementares, na qual incentiva-se a participação dos alunos em atividades de ensino e pesquisa, projetos de extensão, monitorias, palestras, congressos, dentre outras atividades, agregando conhecimentos diversificados em sua formação.

A divisão das disciplinas, na Matriz Curricular, por campos interligados de formação está assim organizada:

Tabela 1 – Disciplinas de Formação Básica

DISCIPLINA	CH
Administração Financeira	60
Cálculo de Várias Variáveis	40
Direito do Trabalho e Legislação Social	60
Direito Empresarial	60
Direito Tributário	60
Estatística I	60
Estatística II	60
Fundamentos de Filosofia e Ética	40
Instituições de Direito Público e Privado	60
Leitura e Produção Textual	60
Matemática	60
Matemática Financeira	60
Métodos e Pesquisa em Contabilidade	40
Psicologia Organizacional	60
Sociologia Organizacional	40
Ciência Política	40
Fundamentos da Administração	60
Economia	60
TOTAL	980

Tabela 2 – Disciplinas de Formação Profissional

DISCIPLINA	CH
Análise de Custos	60
Análises das Demonstrações Financeiras e Contábeis	60
Auditoria	60
Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor	60
Contabilidade das Instituições Públicas	60
Contabilidade de Custos	60
Contabilidade Gerencial	60
Contabilidade I	60
Contabilidade II	80
Contabilidade III	80
Contabilidade Internacional	60
Contabilidade IV	80
Contabilidade Social e Ambiental	60
Contabilidade Tributária I	60
Contabilidade Tributária II	60
Controladoria	60
Mercado de Capitais	60
Métodos Qualitativos em Contabilidade e Finanças	60
Perícia Contábil	60
Sistema de Informações Contábeis	60
Teoria Normativa da Contabilidade	60
Prática Contábil em Laboratório I	50
Prática Contábil em Laboratório II	40
Eletiva I	40
Eletiva II	40
TOTAL	1.430

Tabela 3 – Disciplinas de Formação Teórico-Prática

DISCIPLINA	CH
Atividades Complementares	150
Estágio Supervisionado I	330
Estágio Supervisionado II	340
Seminário Interdisciplinar I	10
Seminário Interdisciplinar II	10
Seminário Interdisciplinar III	10
Seminário Interdisciplinar IV	10
TCC I	40
TCC II	40
TOTAL	940

2.6.1 Matriz Curricular do Curso

1º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Contabilidade I	60	-
Teoria Normativa da Contabilidade	60	-
Instituições de Direito Público e Privado	60	-
Matemática	60	-
Métodos de Pesquisa em contabilidade	40	-
Fundamentos da Administração	60	-
Seminário Interdisciplinar I	-	10
TOTAL	340	10

2º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Calculo de Várias Variáveis	40	-
Contabilidade II	80	-
Direito Empresarial	60	-
Leitura e Produção Textual	60	-
Ciência Política	40	-
Economia	60	-
Seminário Interdisciplinar II	-	10
TOTAL	340	10

3º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Contabilidade III	80	-
Estatística I	60	-
Fundamentos de Filosofia e Ética	40	-
Direito Tributário	60	-
Psicologia Organizacional	60	-
Matemática Financeira	60	-
Seminário Interdisciplinar III	-	10
TOTAL	360	10

4º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Administração Financeira	60	-
Contabilidade IV	80	-
Direito do Trabalho e Legislação Social	60	-

Contabilidade Tributaria I	60	-
Estatística II	60	-
Sociologia Organizacional	40	-
Seminário Interdisciplinar IV	-	10
TOTAL	360	10

5º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Análise das Demonstrações Contábeis	60	-
Contabilidade de Custos	60	-
Contabilidade Social e Ambiental	60	-
Contabilidade Tributária II	60	-
Métodos Quantitativos Aplicados em Contabilidade e Finanças	60	-
Sistema Informação Contábil	60	-
TOTAL	360	

6º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Contabilidade das Instituições Públicas	60	-
Prática Contábil em Laboratório I		50
Eletiva I	40	-
Mercado de Capitais	60	-
Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor	60	-
Seminário de Pesquisa / TCC I	40	
TOTAL	260	50

7º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Análise de Custos	60	-
Auditoria	60	-
Eletiva II	40	-
Prática Contábil em Laboratório II		40
Estágio Supervisionado I	-	330
TOTAL	160	370

8º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
	Teórica	Prática
Contabilidade Gerencial	60	-
Controladoria	60	-

Perícia Contábil	60	-
TCC II	40	-
Estágio Supervisionado II	-	340
TOTAL	220	340

DISCIPLINAS ELETIVAS

DISCIPLINA	CH
Administração de Pessoas I	40
Administração de Pessoas II	40
Comércio e Investimentos Internacionais	40
Consultoria Organizacional	40
Contabilidade Agropecuária	40
Direito do Consumidor	40
Estrutura e Processos Organizacionais	40
Gestão de Qualidade	40
Gestão Empreendedora	40
Governança corporativa	40
Indicadores e avaliação de políticas públicas	40
Inglês	40
Libras	40
Marketing Digital	40
Marketing Internacional	40
Métodos Analíticos e Logica Argumentativa	40
Planejamento Estratégico	40
Projetos	40

2.6.2 Quadro resumo da carga-horária do curso

DISCIPLINAS/CICLOS DE FORMAÇÃO	CH
Disciplinas do Ciclo de Formação Básica	980
Disciplinas do Ciclo de Formação Profissional	1.430
Disciplinas de Formação Teórico-Prática: TCC – 80 horas Atividades Complementares – 150 horas Estágio Supervisionado –670 horas Seminários Interdisciplinares - 40 horas	940
TOTAL	3.350

2.6.3 Ementário e Bibliografias

1º Semestre

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Fundamentos do pensamento administrativo: a administração como fruto da modernidade; as escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos; a Escola Clássica e a Administração Científica e suas decorrências; da Escola das Relações Humanas ao comportamento organizacional, Estruturalismo e Burocracia; Teoria dos Sistemas; Teoria da Contingência Estrutural; perspectivas teóricas contemporâneas: a Ecologia Populacional, a Dependência de Recursos, os Custos de Transação, a Abordagem Institucional, a Perspectiva do Poder, a Teoria Crítica e a Perspectiva Pós-Moderna; Teorias Administrativas e o contexto brasileiro.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CHIAVENATO, I. Introdução a teoria geral da administração . São Paulo: McGraw-Hill, 2006	
	CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos . Rio de Janeiro: Ed.Campus, 1999.	
	CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática . São Paulo: Atlas, 2005.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	DECENZO, David A. Fundamentos de administração . São Paulo: Prentice Hall, 2004.	
	MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da administração . São Paulo; Ed. Atlas, 2005.	
	MAXIMINIANO, Antonio C. A. Introdução à Administração : Atlas, 2007.	
	MEIRELES, Manuel. Teorias da Administração . São Paulo: Ed.Futura, 2003.	
	MOTTA, Fernando C. prestes. Teoria Geral da Administração . São Paulo: Pioneira, 2002.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE I

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Contabilidade como um sistema de informações. Objetivos da contabilidade. Ativo, passivo e patrimônio líquido. Receita, despesa e resultado. Plano de Contas. Estática e dinâmica patrimonial. Procedimentos contábeis. Fatos contábeis. Balancete de verificação. Encerramento do exercício. Demonstração de resultado do exercício. Balanço patrimonial. Apresentação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras obrigatórias. Evidenciação.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	HENDRIKSEN, Eldon S. Teoria da Contabilidade . Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2001	
	MARION, José Carlos. Contabilidade Básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009	
	SZUSTER, Natan; et. all. Contabilidade Geral: introdução à Contabilidade Societária . 4 ed São Paulo: Atlas, 2013.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso de	

	Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC. São Paulo: Atlas, 2014	
	HERRMANN, Frederico. Contabilidade Superior. São Paulo: Editora Atlas, 2008	
	MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 15ª ed São Paulo: Atlas, 2009	
	RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013	
	SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos. Manual de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: Atlas, 2013	

DISCIPLINA: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Sociedade e direito. Aspectos elementares sobre o direito. Fontes do Direito. Teoria geral da norma. Norma jurídica. Estado e Constituição. Ramos do Direito Público. Teoria Geral do Direito Privado. Relação Jurídica: Pessoa e Objeto. Pessoas Físicas. Pessoas Jurídicas. Bens. Fato Jurídico. Ramo do Direito Privado

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.	
	REALE Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2015	
	BRANCATTO, Ricardo Teixeira. Instituições de Direito Público e Privado. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Fundamentos do direito comercial: empresário, sociedade empresarial, títulos de crédito. São Paulo: Atlas, 2004.	
	BOTREL, Sérgio. Direito societário constitucional. São Paulo: Atlas. 2009	
	FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis; PROENÇA, José Marcelo Martins. Direito societário. São Paulo: Saraiva. 2009.	
	FEREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009	
	BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 2002.	

DISCIPLINA: MATEMÁTICA
CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Números. Conjuntos. Funções. Matrizes, Série e Fórmula de Taylor; Funções de Várias Variáveis. Sistemas Lineares e Determinantes Derivadas. Limites. Integrais. Aplicações.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA	HOFFMAN, L. D. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações, LTC editora, 2002	

BÁSICA	KOLMAN, B. Introdução à Álgebra Linear com Aplicações . Rio de Janeiro: LTC editora, 1999.	
	MEDEIROS da Silva, E. Matemática: Para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis - Volume 1 . Editora Atlas, 1999.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	GONÇALVES JÚNIOR, Oscar. Matemática por assunto . Ed. Scipione. 1ª ed. 1992	
	GUIDORIZZI, H. Matemática Aplicada à Economia e administração , LTC editora, 2002.	
	LEITHOLD, L. Matemática aplicada à economia e administração . Editora Harbra, 1988.	
	MORETTIN, P.A., HAZZAN, S., BUSSAB, W. O. Funções de uma e várias variáveis . Editora Saraiva, 2003.	
	PUCCINI, A. L. Introdução à Programação Linear . Rio de Janeiro: Livro Técnico Editora, 1972	

DISCIPLINA: TEORIA NORMATIVA DA CONTABILIDADE

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Evolução histórica da contabilidade. Tradição normativa e positiva da contabilidade. Estrutura Conceitual da Contabilidade. Princípios Contábeis. Normas de contabilidade. Ativo, passivo e patrimônio líquido. Receitas, despesas, ganhos e perdas. Divulgação de Informações Financeiras (Evidenciação).

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DA COSTA, José Mário Ribeiro. A estrutura da teoria contábil . São Paulo: Dois pontos editora, 2007	
	HERMANN, Jr, Frederico. Contabilidade superior . São Paulo: Editora Atlas, 2002.	
	VIANA, Gibilis da Rocha. Teoria geral da contabilidade . Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 2000	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALMEIDA, M.C. Contabilidade intermediária: de acordo com as novas exigências do MEC para o curso de ciências contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005	
	ANGÉLICO, João. Contabilidade básica . São Paulo: Editora Atlas, 2002	
	FRANCO, Hilário. Contabilidade geral . São Paulo: Editora Atlas, 2008.	
	NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras . 14. ed. São Paulo: Frase, 2005.	

	WALTER, Milton Augusto. Introdução à contabilidade . São Paulo: Saraiva, 2000.	
--	---	--

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM CONTABILIDADE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Ciência: senso comum e ciência, tipos de conhecimento, método científico, ciência e espírito científico. Introdução ao planejamento da pesquisa científica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa. Introdução ao estudo da elaboração de monografias e textos científicos. Ensino, pesquisa e extensão em Ciências Contábeis; Textos acadêmicos em Ciências Contábeis: diretrizes para leitura, análise e interpretação.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012.	
	SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Cortez, 2002.	
	SILVA, A.R. da. Metodologia da Pesquisa em contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses . São Paulo: Atlas, 2008.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	APPOLINARIO, F. Metodologia da ciência . São Paulo: Thomson, 2006.	
	GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 2009.	
	IDE, Pascal. A Arte de pensar . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	
	SALOMON, Délcio Vieira . Como fazer uma monografia . São Paulo: Martins Fontes, 2004.	
	MARCONI, Marina de Andrade . Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . São Paulo: Atlas, 2001.	

2º Semestre

DISCIPLINA: CONTABILIDADE II

CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA: Balanço Patrimonial: Critérios de avaliação patrimonial; Ativo circulante; Ativo realizado a longo prazo; Investimento; Imobilizado, intangível e diferido; depreciação; amortização; exaustão; Passivo Circulante; Exigível a Longo Prazo; Provisões. Resultado de exercícios futuros. Patrimônio líquido: capital social; reservas de capital; a justes de avaliação patrimonial; reservas de lucros; ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Transações que modificam as contas do patrimônio líquido. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

	Títulos	Exemplares
--	----------------	-------------------

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Contabilidade introdutória . 10.ed. São Paulo: Atlas, 2006.	
	RIBEIRO, O. M. Contabilidade Básica . 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	
	RIBEIRO, O. M. Contabilidade intermediária . 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010	
	IUDÍCIBUS, S. Contabilidade introdutória : livro de exercícios. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.	
	SILVA, C. A. T. Contabilidade básica : livro de exercício. São Paulo: Atlas, 2009.	
	SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G. Contabilidade básica . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
	SZUSTER, N.; CARDOSO, R. L.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R. Contabilidade geral : introdução a contabilidade societária. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

DIREITO EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Direito Comercial: conceito, fontes, princípios. Atos de Empresa. Empresário: qualidade, prerrogativas e obrigações. Colaboradores e Agentes Auxiliares. Registro do Comércio. Escrituração Contábil. Estabelecimento Empresarial. Propriedade Industrial. Sociedades Mercantis: tipologia, sociedades de pessoas e de capitais. Sociedades Simples. Microempresário e Empresário de Pequeno Porte. Espécies de Sociedades. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Extinção das sociedades. Título de Crédito.

	Títulos	Exemplares
BÁSICA	NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial de empresa: e teoria geral da empresa e direito societário v.1. São Paulo: Saraiva, 2010.	
	CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial. 4.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.	
	REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. vol. 1 São Paulo: Saraiva, 2007.	
	COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	

	Títulos	Exemplares
COMPLEM.	FAZZIO JR, Waldo. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Atlas, 2007.	
	COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2010	
	ARAÚJO, Eugênio Rosa de. Direito econômico. 4. ed.	

	Niterói/RJ: Impetus.	
	MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro. Altas.	
	PACKER, Amílcar Douglas. Direito comercial. 2. ed. Curitiba: Juruá, v. 1 e v. 2.	

DISCIPLINA: ECONOMIA

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Os principais conceitos econômicos e suas aplicações. O estudo dos problemas econômicos básicos. Aspectos da microeconomia. Escopo e método da análise microeconômica. Sistema monetário: contas do sistema monetário, meios de pagamento, liquidez; balanço de pagamentos: contas externas, reservas internacionais, conta corrente, conta capital, regimes cambiais, sistema monetário internacional; contas nacionais: sistema de contas nacionais, contabilidade nominal e real, financiamento do déficit público, contas nacionais do Brasil, índices de preços e de quantidades; agregados macroeconômicos:

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	PINDYCK, R.; RUNBINFELD, D. L. Microeconomia , 6ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.	
	VARIAN, Hal R. Microeconomia: Princípios Básicos . Tradução da 7ª edição norte-americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.	
	HALL, Robert e LIEBERMAN, Marc. Macroeconomia: princípios e aplicações . Editora Thomson, 2003.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	MILES, David e SCOTT, Andrew. Macroeconomia: Compreendendo a riqueza das nações . Editora Saraiva, 2005.	
	MANSFIELD, E.; YOHE, G. Microeconomia: teoria e aplicações . São Paulo: Saraiva, 2006.	
	MANKIW, G. Princípios de Macroeconomia . Tradução da 3ª edição norte-americana. Editora Thomson, 2005.	
	VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . São Paulo: Atlas, 2006.	
	KRUGMAN, Paul. e WELLS, Robins. Introdução à Economia . Editora Campus, 2007.	

DISCIPLINA: CÁLCULO DE VÁRIAS VARIÁVEIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Série e Fórmula de Taylor; Funções de Várias Variáveis; Integração de função de duas ou mais variáveis.

	Títulos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Leon, Steven J.. Álgebra linear com aplicações: . Rio de Janeiro: LTC, 2017.
	BOULOS, P.; ABUD, Z. I. Cálculo diferencial e integral .

	2.ed. São Paulo: Makron Books, 2002.2v
	ÁVILA, Geraldo. Introdução ao cálculo: . São Paulo: LTC, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos
	Munem, Mustafa A.. Cálculo: . Rio de Janeiro: LTC,2015.
	THOMAS, GEORGE B.. Cálculo: . São Paulo: Pearson, 2012.
	GUIDORIZZI, Luiz Hamilton. Um Curso de Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
	Fundamentos de matemática elementar: limites, derivadas, noções de integral. São Paulo: Atual, 2013.
Santos, Fabiano José dos. Geometria analítica: . Porto Alegre: Bookaman,2010.	

DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Teoria da comunicação oral, escrita e não verbal. Linguagem e língua. Variedade linguística. Preconceito Linguístico. Estratégias de leitura visando à compreensão e análise crítica. Mecanismos de coesão textual. Fatores de coerência textual. Progressão e continuidade textual. Tipologias de textos. As relações entre os textos. Produção textual de diferentes gêneros discursivos. Adequação à norma padrão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Títulos	Exemplares
	FIORIN, J.; SAVIOLI, F. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Editora Ática, 1997.	
	ARGYRIS, P e outros. Comunicação eficaz na empresa: como melhorar o fluxo de informações para tomar decisões corretas. Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Campus, 1999	
	MANDRIK, D.; FARACO, C. A. Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários. 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38ª ed. 2015.	
	CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 2010.	
	KASPARI, Adalberto José. Redação Oficial: normas e modelos. 10a Edição. Porto Alegre: PRODIL, 1996	
	KOCH, Ingedore Villaça. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002.	
	KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.	

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Análise das relações existentes entre o processo de constituição do Estado moderno e a dinâmica do capitalismo em escala mundial: territorialidade, soberania e

expansão capitalista; Estado, nação, nacionalismo e a constituição da cidadania; sistema mundial de Estados, os ciclos de hegemonia. As relações centro-periferia; o Estado-nação no contexto da globalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Títulos
	BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
	BONAVIDES, PAULO. Teoria geral do estado: . São Paulo: Malheiros.2015.
	DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos
	MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: UNESP.2014.
	CADERMARTONI, SERGIO. Estado de direito e legitimidade: uma abordagem garantista. Campinas: STUDIUM.
	Nader, P.. Introdução ao estudo do direito: . São Paulo: Forense, 2017.
	Bittar, E.. Teoria do estado: filosofia política e teoria da democracia. São Paulo: ATLAS.

3º Semestre

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Juros Simples. Juros Compostos. Taxas de Juros. Série Uniforme. Equivalência e Desconto de Fluxos de Caixa. Correção Monetária. Utilização de Calculadoras Financeiras. Empréstimos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Títulos	Exemplares
	CESAR, Benjamin. Matemática financeira: teoria e 700 questões. São Paulo: Elsevier. 2005.	
	MATHIAS, Washington Franco. Matemática financeira: com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos. São Paulo: Atlas, 2004.	
	PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva. 2004.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2012.	
	CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática financeira aplicada: métodos algébricos, HP-12C, Microsoft Excel. São Paulo: Pioneira. 2005.	
	FRANCISCO, Walter de. Matemática financeira. São Paulo: Atlas. 1991	
SILVA, André Luiz Carvalhal da. Matemática		

	financeira aplicada. São Paulo: Atlas. 2008.	
	VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. São Paulo: Atlas. 2000.	

DISCIPLINA: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Principais conceitos de Psicologia Geral. Conhecimento das principais abordagens psicológicas que se aplicam à compreensão do comportamento humano nas organizações. O comportamento dos indivíduos e grupos dentro das organizações. Conhecimento das teorias e práticas referentes à Psicologia de Grupos, para fins de gestão de pessoas em grupo. Compreensão dos aspectos referentes à saúde mental e trabalho. Planejamento e realização de programas de intervenção para o desenvolvimento de pessoas e da organização e com foco na qualidade de vida no trabalho.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª. ed. ampliada, 12ª. reimpressão. São Paulo: Cortez/Oboré, 2009.	
	GOULART, Íris Barbosa; SAMPAIO, Jáder dos Reis. Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.	
	NERY, Maria da Penha. Grupos e intervenção em conflitos. São Paulo: Ágora, 2010.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BENEVIDES-Pereira, Ana Maria T. Síndrome de burnout: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.	
	DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.	
	FRANÇA, Ana Cristina Limongi; RODRIGUES, Avelino. Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 2005.	
	FREITAS, Maria Ester; BARRETO, Margarida; HELOANI, José Roberto. Assédio moral no trabalho. São Paulo: Cengage Learning, 2008.	
	REIS, Ana Maria Viegas; TONET, Helena; BECKER Júnior, Luiz Carlos; COSTA, Maria Eugênia Belczak. Desenvolvimento de equipes. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.	

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA E ÉTICA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Do senso comum à consciência filosófica do mundo. Correntes filosóficas. Análise de temáticas a partir de correntes filosóficas. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Panorama das relações humanas na sociedade. Ética, moral e sociedade. Ética e filosofia. Função da ética. Ética como prescrição de condutas. Ética nas organizações. Código de ética. Conduta profissional. Ciência e ideologia.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	LUCKESI, C. et al. Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 2008.	
	ASHLEY, P. Ética e responsabilidade social nos negócios, Rio de Janeiro: Saraiva, 2006.	
	MARCONDES, Danilo. Iniciação histórica da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ARENDT, Hannah. O que é a política?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.	
	BIGNOTTO, Newton. Ética. Ed. Companhia das Letras. 1992.	
	CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2012.	
	ROHAUT, Madedeine Arondel. Exercícios filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.	
	ZAHAR, Jorge. Dicionário de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.	

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA I

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Introdução à Estatística. Amostragem. Representação tabular e gráfica. Principais medidas estatísticas de tendência central, variabilidade e concentração. Regressão e correlação linear simples. Séries temporais.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	JOHN, E. F. e GARY, A. S. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000	
	LEVINE, D. M. et al. Estatística: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2008.	
	MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. Noções de probabilidade e estatística. São Paulo: EDUSP, 2010.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	MANN, Prem S. Introdução à Estatística. LTC. 5a edição 2006.	
	MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. Estatística básica. São Paulo: Saraiva, 2009.	
	MUROLO, A. C., SILVA, E. M., SILVA, E. M. e GONÇALVEZ, V. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. Volume 2, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997	
	MOORE, David S. A Estatística Básica e sua Prática. LTC. 3a edição 2005.	
	TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos	

	Editora S. A., 1999	
--	---------------------	--

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: O Estado e sua atividade financeira. Fontes do Direito Tributário. Direito Tributário Constitucional: - Princípios constitucionais tributários; - Limitações constitucionais ao poder de tributar; - Imunidades; - Atribuição de competência. Tributo: conceitos e espécies. Relação jurídica tributária: obrigação tributária. Crédito tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Títulos	Exemplares
	AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013	
	HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
	MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. Malheiros, 2015.	
	CASTRO, Aldemario Araújo. Primeiras linhas de direito tributário. Fórum.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	
	TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário Rio de Janeiro: Renovar, 2010.	
	CASSONE, Vitorio. Direito tributário. Atlas.	
	BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Atualizado por Misabel Abreu Machado.	
	Sabbag, Eduardo. Prática tributário. 3 ed., 2015.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE III

CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA: Operações com mercadorias. Operações financeiras. Folha de pagamento e provisões trabalhistas. A Demonstração de Fluxos de Caixa. A Demonstração de Valor Adicionado. Apuração do Resultado do Exercício.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Títulos	Exemplares
	ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade intermediária . São Paulo: Atlas, 2000.	
	IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000	
	NEVES, Silvério das; VICECONTI Paulo E. V. Contabilidade básica e estrutura das demonstrações financeiras . 11. ed. São Paulo: Frase, 2003.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil . Ed. Saraiva	
	MARION, José Carlos. Contabilidade	

	Empresarial. São Paulo: Ed. Atlas, 2000	
	IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. São Paulo: Ed. Atlas, 2007	
	OLIVEIRA, Edson. Contabilidade Informatizada. São Paulo: Ed. Atlas, 2005	
	PADOVEZE, Clóvis Luis. Manual de Contabilidade Básica. 6º edição. São Paulo: Atlas, 2008.	

4º Semestre

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Evolução da Administração Financeira. Principais demonstrativos financeiros. Avaliação dos fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento da empresa. Decisões de investimento de curto prazo. Decisões de investimento de longo prazo. Análise de lucratividade e risco. Estrutura financeira e alavancagem.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BRIGHAM, E., GAPENSKI, L. e EHRHARDT, M. Administração Financeira: Teoria e Prática, São Paulo, Ed. Atlas, 1ª edição, 2001	
	GITMAN, Lawrence, J. Princípios de Administração Financeira. 7º Ed. São Paulo. Harbra, 1997	
	ROSS, S.A.; Westfield, R.W.; JORDAN, B.D. Princípios de administração financeira. 2º Ed. São Paulo. Atlas, 2000	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto T. Administração de capital de giro. 2º Ed. São Paulo. Atlas, 2009.	
	BODIE, Z.; MERTON, R.C. Finanças. Porto Alegre, Bookman Companhia Editora, 2ª edição, 2002	
	FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 2º Ed. São Paulo, Atlas, 2000	
	SANVICENTE, Antônio Zoratto. Administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.	
	SANTI FILHO, A.; OLINQUEVITCH, J. L. Análise de balanços para controle gerencial. 4º Ed. São Paulo, Atlas, 2004	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE IV

CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA: Investimentos permanentes: Método de Custo e método da Equivalência patrimonial. Consolidação das demonstrações contábeis. Contabilidade das fusões, incorporações e cisões. Contabilidade em Moeda Constante. Introdução à contabilização de operações com derivativos.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Mudanças Contábeis na Lei Societária. São Paulo: Atlas, 2008.	
	FIPECAFI. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.	
	NEVES, Silvério; VICECONTI, Paulo Eduardo. Contabilidade avançada. 15ª ed., São Paulo: Frase, 2007	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	MONTOTO, Eugenio. Contabilidade geral esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2011.	
	PADOVEZI, Clovis Luis. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. Texto e exercícios. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
	PEREZ JUNIOR. José Hernandez; OLIVEIRA, Luiz Martins. Contabilidade avançada. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
	SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade societária. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.	
	SZUSTER, Fernanda Rechtman. Contabilidade Geral: introdução a contabilidade Societária. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.	

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Senso comum e percepção sociológica. Fundamentos e conceitos da Sociologia. Sociologia das Organizações, Sociologia das Empresas e do Mundo do Trabalho. Instituições e Relações de Poder; Cultura e Cultura Organizacional. Sociologia Aplicada às Organizações e Empresas; Principais transformações no mundo empresarial frente à Globalização. Temas da atualidade.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DOMINGUES, José Mauricio. Sociologia e Modernidade: Para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.	
	FLEURY, Maria T. L. & FISCHER, Rosa M. (org.) Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1990.	
	POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	HOBBSAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991) . São Paulo: Companhia das Letras, 2010	
	DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.	
	LOJKINE, Jean. A revolução informacional . São Paulo: Cortez, 1995	
	RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 2.ed. São Paulo: Multiletra, 2012.	
	WEBER, Max. Ciência e Política: Duas vocações . São Paulo, Cultrix 1972.	

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Introdução ao Direito do Trabalho. Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho. Empregado. Empregador. Admissão do Empregado. A Duração do Trabalho. Salário e Remuneração. FGTS. Término de Contrato de Trabalho. Seguro Desemprego. Normas de proteção do Trabalho da Mulher e do Menor. O Direito Previdenciário na Constituição de 1988. Direito Previdenciário - Benefícios. Direito Previdenciário - Custeio.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Ltr, 2011.	
	MARTINS, Sérgio Pinto. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2011.	
	MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário . 7. ed. Rio de Janeiro: LTr, 2015.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALMEIDA, Amador Paes de. CLT Comentada . São Paulo: Saraiva, 2011.	
	MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2011.	
	AMADO, Frederico. Curso de direito e processo previdenciário . 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.	
	KERTZMAN, Ivan. Manual prático de direito previdenciário . 12. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.	
	ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social . São Paulo: Atlas, 2009.	

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA II
CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Introdução à teoria da probabilidade. Principais modelos discretos e contínuos. Inferência estatística: intervalos de confiança e testes de hipóteses. Análise da variância.

	Títulos	Exemplares
	JOHN, E. F; GARY, A. S. Estatística aplicada:	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000	
	MUROLO, A. C., SILVA, E. M., SILVA, E. M.; Gonçalves, V. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. Vol. 2, 2. ed. São Paulo: Atlas 1997.	
	VIEIRA, Sônia & Hoffmann. Elementos de estatística. São Paulo: Editora Atlas, 2001	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BUSSAB, W. O., MORETIN, P. A. Estatística Básica. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987	
	COSTA NETO, P. L. de O. Estatística Básica. São Paulo: Edgard Blücher, 1987	
	MAGALHÃES, M. M., LIMA, A. C. P. Noções de Probabilidade e Estatística. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.	
	MILONE, G., ANGELINI, F. Estatística Geral. São Paulo: Atlas, 1993	
	TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. 1999	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA I

CARGA HORÁRIA: 45 HORAS

EMENTA: Legislação Tributária, Conceito e Principais Componentes. Competência Tributária. Impostos e Contribuições Incidentes sobre o Patrimônio, a Circulação e o Consumo; Apuração e Contabilização. Regimes Especiais de Apuração e Tributação das Pequenas e Microempresas. Contabilização.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	FABRETTI, Cláudio Camargo. Contabilidade tributária. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
	HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fabio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. Imposto de renda das empresas. 35. ed. São Paulo: IR Publicações, 2010.	
	OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R; PEREZ JÚNIOR, J. H.; GOMES, M. B. Manual de contabilidade tributária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Auditoria de impostos e contribuições. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
	BORGES, Humberto Bonavides. Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
	BORGES, Humberto Bonavides. Auditoria de tributos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.	

	HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.	
	OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade tributária . São Paulo: Saraiva, 2005.	

5º Semestre

DISCIPLINA: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Estrutura e ajustes das demonstrações contábeis. Processo de análise. Análise econômica e financeira tradicional. Alavancagem financeira. Análise de quocientes avançados. Análise baseada em valor. Relatórios de análise.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
	JUNIOR, José Hernandes Perez. Elaboração das demonstrações contábeis . São Paulo: Atlas, 1999.	
	MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ASSAF, N. A. Finanças Corporativas e valor . São Paulo: Atlas, 2003	
	MORANTE, A. S. Análise das demonstrações financeiras . São Paulo: Atlas, 2007.	
	REIS, Arnaldo. Demonstrações contábeis: estrutura e análise . São Paulo: Saraiva, 2003.	
	SILVA, José Pereira de. Análise financeira das empresas . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
	WALTER, Milton Augusto. Introdução à análise de balanços . São Paulo: Saraiva, 1982.	

DISCIPLINA: MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: O Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL). Análise de variância do modelo de regressão. Modelos com variáveis independentes qualitativas (Variáveis Dummy). Modelos com variáveis dependentes qualitativas (MPL e LOGIT). Problemas econométricos do modelo linear geral: Multicolinearidade; Heterocedasticidade; Autocorrelação e Erros de Especificação do Modelo. Variações do MCRL.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ANDRADE, Eduardo Leopoldino. Introdução à pesquisa Operacional . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1990	

	CHARNET R; FREIRE CL; CHARNET EMR; BONVINO H. Análise de Regressão Linear com Aplicações . Campinas: Unicamp, 2a. ed., 2008.	
	GIOLO SR Análise de Regressão Linear . Notas Didáticas, 2011.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	GUJARATI; D. N. Econometria Básica : 4ª Edição. Rio de Janeiro. Elsevier- Campus, 2006	
	KASMIER, Leonard J. Estatística Aplicada à Economia e Administração . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982	
	LEVINE, D. M., et al. Estatística : Teoria e aplicações, Ed. LTC, Rio de Janeiro, 5ª. Edição, 2008.	
	SECURATO, José Roberto. Decisões Financeiras em Condições de Risco . São Paulo: Atlas, 1993	
	SILVA, Ermes M. et. al. Pesquisa operacional para os cursos de economia, administração e ciências contábeis . São Paulo: Atlas, 1998.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE INTERNACIONAL

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: A internacionalização dos negócios. Causas das diferenças internacionais dos sistemas contábeis. Harmonização no Brasil e no mundo. Organismos promotores da harmonização contábil internacional. Normas internacionais de contabilidade. Comparação dos sistemas contábeis e das normas de diversos países. Conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ERNST & YOUNG; FIPECAFI. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade . São Paulo: Atlas, 2010.	
	KIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade internacional . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010	
	NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade internacional . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FRANCO, Hilário. Contabilidade na era da globalização . São Paulo: Atlas, 1999.	
	IASC INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD COMMITTEE. Normas Internacionais de Contabilidade São Paulo: Ibracon, 2002.	
	LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Contabilidade Internacional para Graduação . São Paulo: Atlas, 2010.	
	MULLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Márcio. Contabilidade Avançada e	

	Internacional. São Paulo: Atlas, 2009.	
	SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. Manual de conversão das demonstrações financeiras. São Paulo: Atlas, 2005.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE DE CUSTOS

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Conceitos fundamentais de custos e da contabilidade de custos. Classificações de custos. Comportamento de custos. Modelos de sistemas de custos. Custeio de materiais diretos. Custeio por encomenda e custeio por processo. Perdas na produção e administração da qualidade. Custeio por absorção: Alocação de materiais diretos. Mão-de-obra direta e custos indiretos de produção. Escrituração contábil de operações relacionadas com custos de produção e de serviços.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	HORNGREN, Charles Thomas. Contabilidade de custos. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
	LEONE, George S. G. Curso de contabilidade de custos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
	MAHER, Michael. Contabilidade de Custos. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	DUTRA, René Gomes. Custos: Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2009.	
	JIAMBALVO, James. Contabilidade Gerencial. 3ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009	
	MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2010.	
	SANTOS, Joel J. Contabilidade e Análise de Custos. Modelo Contábil. Métodos de Depreciação. ABC - Custeio Baseado em Atividades. Análise Atualizada de Encargos Sociais sobre Salários. São Paulo: Atlas, 2009.	
	WERNKE, Rodney. Gestão de Custos: Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2004.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA II

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Impostos e Contribuições incidentes sobre a Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas. Formas de apuração do lucro tributável. Alíquotas. Deduções do imposto. Incentivos fiscais. Contabilização.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	FABRETTI , Lúaudio Camargo. Contabilidade Tributária. Ed. Atlas, 2012	
	REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas. 2010.	
	ROMEU, Alceu de C. et al. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2011	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CHAVES, Francisco Coutinho; MUNIZ, Érica Gadelha. Contabilidade tributária na prática. São Paulo: Atlas, 2010	
	FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
	HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fabio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. Imposto de Renda das Empresas, Interpretação e Prática. São Paulo: Editora IR Publicações, 2013	
	PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. 6 ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.	
	NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. Contabilidade avançada. São Paulo: Frase, 2012	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Responsabilidade social das empresas: história e perspectivas teóricas. Contabilidade e balanço social: origem, perspectivas de análise. Modelos institucionais de balanço social: IBASE, ETHOS, Leis, outros. Plano de Contas Ambiental. Modelos contábeis: Demonstração do Valor Adicionado. Demonstração do Valor Adicionado Interno. Demonstração dos Excedentes. Contabilidade e meio ambiente: perspectivas e conceitos básicos. Regulação contábil: perspectivas teóricas e modelos de regulação.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALBUQUERQUE, J. L. Gestão Ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.	
	FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.	
	PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, A. M. Organizações Inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações. São Paulo: Atlas, 2007.	
	COSTA, C. A. G. Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.	
	DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 2006.	
	DIAS, R. Gestão ambiental. São Paulo: Atlas,	

	2008.	
	MOURA, L. A. A. Economia ambiental: gestão de custos e investimentos. 2 ed., Rev. Atualizada. São Paulo, 2003.	

DISCIPLINA: SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Conceitos fundamentais de sistemas de informações e de sistemas de informações contábeis. Tecnologia dos sistemas de informações contábeis. Documentação de sistemas de informações contábeis. Informações como suporte para a tomada de decisão gerencial. Controle interno: Conceito e princípios. Principais ciclos de processamento de transações. Controles para sistemas de informações contábeis informatizados. Análise e desenvolvimento de sistemas de informações contábeis. Banco de dados e modelagem de dados para sistemas de informações contábeis. Processamento de transações e aplicativos de contabilidade. Sistemas de processamento de informações e conhecimento em contabilidade. O impacto do comércio eletrônico e da Internet nos sistemas de informações contábeis.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ANTHONY, Robert. N. GOVINDARAJAN, Vijay. Sistemas de controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2002.	
	GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo e RICCIO, Edson Luiz. Sistemas de Informações: ênfase em Controladoria e Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.	
	MOSCOVE, Stephen A; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. Sistemas de Informações Contábeis. São Paulo, Atlas, 2002.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BRIN, James A. Sistema de informação e as decisões gerenciais na era da internet. 9ª ed. Saraiva. São Paulo. 2001.	
	KENNET, C. Laudon; JANE, P. Laudon. Sistemas de informações gerenciais. São Paulo, Prentice Hall, 2007.	
	MAGALHÃES, Antonio de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina. Sistemas contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.	
	OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas de Informações Gerenciais. São Paulo: Atlas, 2010.	
	PADOVEZE, Clóvis Luiz. Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise. São Paulo: Atlas, 2010.	

6º Período:

DISCIPLINA: MERCADO DE CAPITAIS

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Montagem de Carteiras de Ativos: A matemática e estatística da montagem de carteiras; A diversificação de Markowitz; A Capital Market Line (CML). Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (CAPM): Possibilidades e restrições do modelo CAPM: avaliação de ativos; Relacionamento da Securitie s Market Line (SML) com a Capital Market Line (CML); Medidas de avaliação de fundos. Mercado de Opções: Modelo Black & Scholes de avaliação de opções; Volatilidades histórica, implícita e condicionada; Gerenciamento de riscos com uso de opções: as “letras gregas”; Estratégias de investimentos com opções. Mercados futuros e a termo: Precificações nos mercados; Estratégias de investimento em mercados futuros.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CASTRO, Hélio O. Portacarrero de. Introdução ao mercado de capitais . Rio de Janeiro: IBMEC, 1999	
	CASAGRANDE NETO, Humberto. Abertura do capital de empresas no Brasil . São Paulo: Atlas, 1998	
	TAVARES, Miguel Dirceu Fonseca; PEREIRA, Eduardo Novo Costa. Introdução ao mercado de ações . Rio de Janeiro: CNBV, 2007	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006	
	KANITZ, Sthephen Charles. Como prever falência . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2001.	
	MELLAGI F. Armando. Mercado financeiro de capitais . São Paulo: Atlas, 1993	
	RUDGE, Luiz Fernando. Mercado de capitais . Belo Horizonte: CNBV, 1996	
	ROSSETI, José Paschoal; LOPES, João do Carmo. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 1992.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Contabilidade pública: campo de aplicação Federal, Estadual e Municipal. Planos de contas e sistemas de escrituração. Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Exercício financeiro. Receita e despesa. Prestação de Contas. Lei de Responsabilidade Fiscal. Aplicações de índices e quocientes.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade Pública: teoria à prática . São Paulo: Saraiva, 2004.	
	BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões . 2. ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2008	
	KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática . 10. ed. São Paulo : Atlas, 2008.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007	
	FORTES, João. Contabilidade pública . Brasília: Franco & fortes, 2005	
	LIMA, Diana Vaz de. CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem) . 3. ed. São Paulo : Atlas, 2007.	
	PISCITELLI, Roberto Bocaccio. TIMBÓ, Maria Zulene Farias. ROSA, Maria Benenice. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública . 9. ed. São Paulo : Atlas, 2006.	
	SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE APLICADA AO TERCEIRO SETOR

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Fundamentos da contabilidade para o Terceiro Setor . Práticas de mensuração, evidenciação, auditoria e accountability. O papel das organizações do terceiro setor e das entidades pública frente à necessidade de prestar contas aos stakeholders. Origem, história e evolução das organizações do terceiro setor. Aspectos legais, formas, arranjos e tipos e organizações do terceiro setor. Gestão das organizações do terceiro setor e o papel da informação suprida pela contabilidade. Estrutura, fundamentos e normas – nacionais e internacionais – das práticas de contabilidade para o terceiros setor. Fundamentos de custos para o terceiro setor. Evidenciação, auditoria e accountability para o terceiro setor. O dever e a prática de prestação de contas pelas organizações do terceiro setor e entes públicos.

	Títulos	Exemplares
BIBILOGRAFIA BÁSICA	COHEN, E. FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.	
	CRUZ, C.M.; ESTRAVIZ, M.. Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos . 2 ed. São Paulo: Global, 2003.	
	OLAK, P.; NASCIMENTO, D.T. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor) . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ARAÚJO, O.C. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor . São Paulo: Atlas, 2005	
	DRUCKER, Peter F. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas . São Paulo: Pioneira, 1994.	
	MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. Entidades Benéficas de Assistência Social: Contabilidade, Obrigações Acessórias e Principais	

	– Curitiba: Juruá 2008.	
	MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social . São Paulo: Cortez, 2002.	
	SZAZI, E. Terceiro Setor: regulação no Brasil . 3.ed. São Paulo: Petrópolis, 2003.	

DISCIPLINA: PRÁTICA CONTÁBIL EM LABORATÓRIO I
CARGA HORÁRIA: 50 HORAS

EMENTA: Arquivos Digitais ECD (Escrituração Contábil Digital) e ECF (Escrituração Contábil Fiscal). Tributação pelo Simples Nacional e obrigações acessórias: escrituração dos Livros Fiscais através de Software. Programa PGDAS-D DEFIS. Disposições Gerais: Empresas Tributadas pelo Lucro Real. Empresas Tributadas pelo Lucro Real: Escrituração dos Livros Fiscais através de Software. Emissão das Guias dos Tributos. Disposições Gerais: Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido. Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido: Escrituração dos Livros Fiscais através de Software. Emissão das Guias dos Tributos. SPED ICMS. EFD-Contribuições. NF-e. DCTF; E Social; SPED Contábil; NF-e. NFS-e. CT-e

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013	
	SILVA, Lourivaldo Lopes da. Contabilidade geral e tributária . 8. ed. São Paulo: IOB, 2013. 689 p. ISBN 9788537917336.	
	SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos. Manual de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas . São Paulo: Atlas, 2013.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC . São Paulo: Atlas, 2014	
	AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013	
	OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R; PEREZ JÚNIOR, J. H.; GOMES, M. B. Manual de contabilidade tributária . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009	
	ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Auditoria de impostos e contribuições . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
	SZAZI, E. Terceiro Setor: regulação no Brasil . 3.ed. São Paulo: Petrópolis, 2003.	

DISCIPLINA: TCC I
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Discutir as especificidades das propostas de pesquisa dos alunos, bem como os delineamentos teóricos e metodológicos em elaboração pelos discentes. A disciplina terá como

propósito a construção de um projeto de pesquisa, que dará origem ao TCC. Caberá ao orientador avaliá-lo.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012.	
	SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.	
	ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: Capes UAB, 2009.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	APPOLINARIO, F. Metodologia da ciência. São Paulo: Thomson, 2006.	
	GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2009.	
	IDE, Pascal. A Arte de pensar. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	
	SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.	
	MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2001.	

7º Período:

DISCIPLINA: ANÁLISE DE CUSTOS

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: A empresa como um sistema de atividades. Margem de contribuição, ponto de equilíbrio e análise custo-volume-lucro. Custeio variável. Cadeia de valor. Custeio baseado em atividades. Análise diferencial de custos e receitas. Métodos de custeio focados no suporte gerencial. Comparações entre diferentes métodos de custeio. Custos relevantes para suporte a decisões de produção. Análise de variações de custos. Formação de preços de produtos e serviços.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BACKER, M., Jacobsen, L.E. Contabilidade de custos: um enfoque de administração de empresas. São Paulo: McGraw-Hill, 1979, vol. 1 e 2	
	COGAN, Samuel. Custos e preços: formação e análise. São Paulo: Pioneira, 1999.	
	HANSEN, Don. R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de custos: contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.	

BIBLIOGRAFIA	Títulos	Exemplares
---------------------	----------------	-------------------

COMPLEMENTAR	BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões. 2. ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2008.	
	HORNGREN, Charles T. et al. Contabilidade de custos. 9 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.	
	IUDICIBUS, Sérgio de. Análise de custos. São Paulo: Atlas, 1987.	
	LEONE, George S. G. Custos: planejamento, implantação e controle. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
	WERNKE, Rodney. Gestão de Custos: Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2004.	

DISCIPLINA: AUDITORIA

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Conceito de auditoria. Origem e evolução da auditoria. Tipos de auditoria. Normas de auditoria. Planejamento da auditoria: Conhecimento do negócio; relevância; risco de auditoria e estratégias preliminares de auditoria; Amostragem; programas de auditoria. Estudo e avaliação do controle interno: Procedimentos de auditoria. Papéis de trabalho. Trabalho de campo. Pareceres e relatórios de auditoria. Introdução à auditoria de sistemas computadorizados de informações contábeis. Relatório de Auditoria.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
	GRAMLING, L.E; RITTENBERG, L.R; JOHNSTONE, K.M. Auditoria. São Paulo: Cengage Learning, 2012.	
	LONGO, C. G. Manual de auditoria e revisão das demonstrações financeiras: novas normas brasileiras e internacionais de auditoria. São Paulo: Atlas, 2011.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ATTIÊ, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
	BOYNTON, W.C; JOHNSON, R.N; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.	
	FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. São Paulo: Atlas, 2001.	
	PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Auditoria de demonstração contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
	LOPES DE SÁ, A. Curso de auditoria. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.	

DISCIPLINA: PRÁTICA CONTÁBIL EM LABORATÓRIO II

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Prazos, documentos, procedimentos, informações, exercícios práticos de registro

de empregados. Processamento da Folha de Pagamento através de Software. Férias, Rescisões, Décimo Terceiro Salário através de Software. Geração das guias de FGTS, INSS, IRRF e Contribuições Sindicais, Desoneração da Folha de Pagamento. Procedimentos de Elaboração e Entrega do E-Social. RAIS, DIRF, CAGED. Comunicado de Acidente de Trabalho.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	OLIVEIRA, Aristeu de. Cálculos trabalhistas: contribuição sindical, décimo terceiro salário, férias, folha de pagamento, rescisão do contrato de trabalho, saques do FGTS relativos ao aposentado em atividade laboral, vale-transporte. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 574 p. ISBN 9788522499984	
	ALMEIDA, Amador Paes de. CLT Comentada. São Paulo: Saraiva, 2011.	
	DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Ltr, 2011.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	OLIVEIRA, Aristeu de. eSOCIAL: Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas Local: Grupo GEN São Paulo 09/2014	
	ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social. São Paulo: Atlas, 2009.	
	KERTZMAN, Ivan. Manual prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015	
	AMADO, Frederico. Curso de direito e processo previdenciário. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.	
	SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos. Manual de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: Atlas, 2013	

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

CARGA HORÁRIA: 330 HORAS

EMENTA: Inserção do aluno na contabilidade pública.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões. 2. ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2008	
	BONAVIDES, Paulo. Direito Constitucional. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.	

	BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário . Rio de Janeiro: Renovar, 2010.	
--	---	--

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade Pública : teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.	
	CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007	
	FORTES, João. Contabilidade pública . Brasília: Franco & fortes, 2005	
	KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública : teoria e prática. 10. ed. São Paulo : Atlas, 2008.	
	PISCITELLI, Roberto Bocaccio. TIMBÓ, Maria Zulene Farias. ROSA, Maria Berenice. Contabilidade Pública : uma abordagem da administração financeira pública. 9. ed. São Paulo : Atlas, 2006.	

8º Período:

DISCIPLINA: CONTROLADORIA

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Conceitos Básicos de Controladoria. Variáveis Internas e Externas que levam a Eficácia da Empresa. Natureza das Funções de Controladoria. Pragmatismo. Competitividade e Globalização. Processo Decisorial em Ambiente de Mudanças. Multinacionais no Brasil. Técnicas e Critérios de Conversão das Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira. O Controle e a Auditoria. Teoria de Controles Gerenciais.

	Títulos	Exemplares
BIBILOGRAFIA BÁSICA	ATKINSON, Anthony A., BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark. Contabilidade gerencial . Tradução de André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. São Paulo: Atlas, 2008.	
	CATELLI, Armando (org). Controladoria : uma abordagem da gestão econômica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.	
	MORANTE, Antonio Salvador e JORGE, Fauzi Timaco. Controladoria : Análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
	FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. Controladoria : teoria e prática. 2ª	

	ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
	GARRISON, R. H; NOREEN, E. W. Contabilidade gerencial. 11^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.	
	NASCIMENTO, Auster Moreira e REGINATO, Luciane. Controladoria: Um enfoque na eficácia organizacional. São Paulo; Atlas, 2009.	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Diferenças entre contabilidade financeira e contabilidade gerencial. Elaboração de relatórios com informações de custos para suporte gerencial. Necessidades de informações contábeis para fins gerenciais. Sistema de contabilidade gerencial e de controle. Contabilidade por responsabilidade e preços de transferência. Contabilidade por atividades para avaliação de desempenho. Balanced Scorecard. Informações contábeis para decisões de orçamento de capital. Modelos de avaliação de empresas. Contabilidade gerencial no contexto internacional. A área de Controladoria na empresa.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	FESS, Philip E.; REEVE, James M.; WARREN, Carl S. Contabilidade gerencial. São Paulo: Pioneira. 2003.	
	FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. São Paulo: Atlas. 1997.	
	MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas. 2005.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de contabilidade: resumo da teoria atendendo às novas demandas. São Paulo: Atlas, 2003.	
	IÚDICIBUS, Sergio de. Contabilidade comercial: atualizado conforme o novo código civil. São Paulo: Atlas. 2004.	
	MARION, José Carlos. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas. 2005.	
	RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil. São Paulo: EPU. 2005	
	WARREN, Carl S; FESS, Philip E; Reeve, James M. Contabilidade gerencial. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.	

DISCIPLINA: PERÍCIA CONTÁBIL

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

EMENTA: Introdução ao Estudo da Prova Contábil. A Perícia Contábil. O Perito Judicial Contábil. Técnicas do Trabalho Pericial. O Perito como Auxiliar da Justiça. O Perito-Contador e o Assistente Técnico. A Inserção da Perícia na Legislação Pertinente. Prazos e Documentação para Suporte das Perícias. Honorários. Laudo Pericial.

	Títulos	Exemplares
	ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícias	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	contábeis . São Paulo: Atlas, 2006.	
	MAGALHÃES, Antônio de Deus F. et al. Perícia contábil . São Paulo: Atlas, 200.	
	OLIVEIRA, Aristeo. Cálculos trabalhistas . São Paulo: Atlas, 2010.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ANDERSEN, Artur & FIPECAFI. Normas contábeis no Brasil . 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.	
	IUDÍCIBUS, Sérgio & outros, Manual de contabilidade das sociedades por ações . São Paulo: Atlas. 2007	
	OLIVEIRA, Aristeo . Manual de prática trabalhista . São Paulo: Atlas, 1998.	
	ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Perícia contábil . São Paulo: Atlas, 2008	
	SÁ, Antônio Lopes de. Perícia contábil . São Paulo: Atlas, 1997	

DISCIPLINA: TCC II

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Discutir as dificuldades encontradas e as soluções desenvolvidas no transcorrer da pesquisa, notadamente questões de natureza teórica, metodológica e empírica. A conclusão da disciplina demandará a defesa pública de um trabalho acadêmico, elaborado sob as premissas do método científico. Caberá a uma banca pública avaliá-lo.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012.	
	SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Cortez, 2002.	
	ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: Capes UAB, 2009.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	APPOLINARIO, F. Metodologia da ciência . São Paulo: Thomson, 2006.	
	GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 2009.	
	IDE, Pascal. A Arte de pensar . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	
	SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia . São Paulo: Martins Fontes, 2004.	
	MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . São Paulo: Atlas, 2001.	

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

CARGA HORÁRIA: 340 HORAS

EMENTA: Inserção do aluno na contabilidade privada.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	FAVERO, Hamilton Luiz, et al. Contabilidade : teoria e prática. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1997	
	GOUVEIA, Nelson. Contabilidade básica . São Paulo : Harbra, 2000.	
	IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade . São Paulo : Atlas, 1999	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas . Atlas. São Paulo, 2003.	
	NEVES, Silvério das. & VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade básica . 6.ed. São Paulo : Frase, 1998.	
	RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral fácil . São Paulo: Saraiva, 2002.	
	SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 1999.	
	WARREN, Carl S; FESS, Philip E; Reeve, James M. Contabilidade gerencial . São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.	

DISCIPLINAS ELETIVAS

DISCIPLINA: COMÉRCIO E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Teoria do Comércio Internacional: o modelo Ricardiano de vantagens comparativas; fatores específicos e distribuição de renda; o modelo de Heckscher-Ohlin; economias de escala e comércio internacional; competição monopolística e comércio intra-industrial. Movimento Internacional de Fatores: mobilidade de trabalho; capital de empréstimo e vantagens comparativas intertemporais; investimento direto estrangeiro e a teoria das empresas multinacionais. Política Comercial: instrumentos de política comercial; a economia política da política comercial; negociações internacionais e acordos regionais; política comercial, industrial e desenvolvimento.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. Comércio exterior . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008	
	KEEDI, Samir. ABC do Comércio Exterior . 3ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.	
	MAIA, Jaime de Mariz. Economia internacional e comércio exterior . 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	BORGES, Joni Tadeu. Financeiro ao comércio exterior . Curitiba: IBPEX, 2009	
	FARO, Ricardo; FARO, Fátima. Curso de comércio exterior: visão e experiência . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
	GONÇALVES, R., BAUMANN, R., PRADO, L. C. e CANUTO, O. A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira . Rio de Janeiro, Campus, 2008.	
	KRUGMAN, P. e OBSFELD, M. Economia Internacional . Teoria e Política. São Paulo, Makron Books, 2010.	
	SEGRE, German. Manual prático de comércio exterior. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	

DISCIPLINA: MARKETING DIGITAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: O consumidor eletrônico. A internet como estratégia de marketing. O uso do marketing eletrônico como estratégia empresarial. As múltiplas funções do ambiente virtual. As ferramentas do marketing eletrônico no planejamento de marketing. Planejamento de uma campanha de marketing digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Títulos	Exemplares
	ADOLPHO, C. Os 8 Ps do Marketing Digital . São Paulo: Novatec, 2011.	
	GABRIEL, M. Marketing na Era Digital . São Paulo: Novatec, 2010.	
TORRES, C. A Bíblia do Marketing Digital . São Paulo: Novatec, 2009		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	ANDERSON, C. A Cauda Longa . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006	
	CARR, N. A grande mudança: Reconnectando o mundo, de Thomas Edison ao Google . São Paulo: Landscape, 2008	
	GABRIEL, M. SEM e SEO: Dominando o Marketing de Busca . São Paulo: Novatec, 2009	
	KALAKOTA, R.; ROBINSON, M. e-Business: estratégias para alcançar o sucesso no mundo digital . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.	
KALAKOTA, R.; ROBINSON, M. m-Business . Tecnologia móvel e estratégia de negócios. Porto Alegre: Bookman, 2002.		

DISCIPLINA: LIBRAS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Estrutura linguística da Língua Brasileira de Sinais. A utilização do alfabeto manual como parte intrínseca da Libras. Uso dos numerais em Libras. Expressão facial e a gramática da

Libra. Recursos didáticos para o ensino de Libras. Mediação pedagógica no ensino de Libras.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.	
	FERREIRA, L. Legislação e a Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Ferreira e Bergoncci Consultoria e Publicações, 2003	
	QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.	
	FELTRIN, Antônio E. Inclusão Social na Escola: Quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.	
	MANTOAN, M. T. Égler. A integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.	
	SACKS, Oliver. Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.	
	SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.	

DISCIPLINA: MARKETING INTERNACIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: O ambiente internacional (aspectos econômicos, financeiros, políticos, normativos e culturais). Características dos mercados na economia globalizada. O composto de marketing nos mercados internacionais. Estratégia de acesso ao mercado internacional. Seleção de mercados, entrada e formas de operação. Estratégias de produtos e de comunicação no mercado global. Estratégias de preços e competitividade internacional.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CATEORA, Philip; GRAHAM, John L. Marketing Internacional. 10.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.	
	KEEGAN, Warren. Marketing Global. 7.ed. São Paulo: Pearson, 2004	
	KOTABE, Masaaki; Helsen, Kristiaan. Administração de Marketing Global. São Paulo: Atlas, 2000.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CORTINAS LOPEZ, José Manuel. Comércio exterior competitivo. São Paulo: Aduaneiras,	

	2002.	
	HOOLAY, Graham J.; SAUNDERS, John A. Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo . São Paulo: Prentice Hall, 2001.	
	KEEGAN, Warren. GREEN, M. Princípios de Marketing Global . São Paulo: Saraiva, 2005.	
	KUAZAQUI, Edmir. Marketing Internacional: desenvolvendo conhecimentos e competências em cenários globais . São Paulo: Makron Books, 2006.	
	PALACIOS, Tomás Manuel Bañegil; SOUZA, José Manuel Meireles de. Estratégias de Marketing Internacional . São Paulo: Atlas, 2004.	

DISCIPLINA: MÉTODOS ANALÍTICOS E LÓGICA ARGUMENTATIVA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Caracterização dos métodos analíticos e a mudança de paradigma conceitual na lógica e na epistemologia modernas; da complementaridade entre o método dialético e o método analítico; as diferentes formas de argumentação lógica e sua aplicabilidade: indução, dedução, abdução etc.; o realismo científico e os limites da generalização; lógica da argumentação e “A nova retórica”; juízos de valor, justificação e argumentação; o processo decisório e sua estruturação: racionalidade, razoabilidade e criatividade.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BENTHAM, J.: Uma Introdução aos princípios da Moral e da Legislação . SP: Abril Cultural, 1979. (Col. Os Pensadores).	
	COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Qualidade e competência nas decisões . São Paulo: Editora Bluchner, 2007.	
	PERELMAN. C. Tratado da argumentação . São Paulo: Martins Fontes, 1996.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ARISTÓTELES. Lógica . São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, coleção Os Pensadores.	
	ARRUDA, Maria Cecília C. WHITAKER, Maria do Carmo. RAMOS, José Maria R. Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica . São Paulo: Atlas, 2005.	
	BAZERMAN, Max, Processo decisório . São Paulo: Editora Campus, 2004.	
	DESCARTES, R. Discurso do Método . São Paulo: abril cultural, 1973, (Coleção Os Pensadores).	
	THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Métodos estruturalistas: pesquisas em ciências de gestão . São Paulo: Atlas, 2008.	

DISCIPLINA: INDICADORES E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Métodos qualitativos de avaliação: coleta de dados, análise de resultados. Controle experimental, controle estatístico. Desenho experimental. Desenhos quase-experimentais. Desenhos não-experimentais. Aplicação de modelos multivariados de avaliação de políticas públicas.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ARAÚJO, Herbert Vieira de. Análise comparativa do gasto social brasileiro por índices de retornos tributários. Brasília: ESAF, 2006	
	FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, N. 21. Junho de 2000.	
	NERI, M. et al., Retratos da Deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BARREIRA, M.C.R.N. e CARVALHO. M.C.B.(orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001	
	JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Átomo e Alínea, 2003.	
	RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.	
	ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal de que se trata? Rio de Janeiro, FGV, 2003.	
	SECHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Trilha, 2003	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE AGROPECUÁRIA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Princípios Fundamentais de Contabilidade (revisão). Atividade rural. Fluxo contábil na atividade agropecuária. Plano de Contas. Escrituração de operações típicas e elaboração das Demonstrações Contábeis. O ativo permanente na atividade agropecuária. Custos na agropecuária. Projetos agropecuários e gastos de melhorias. Aspectos tributários inerentes à atividade Agropecuária.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisória. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1993.	
	MARION, José Carlos. Contabilidade rural. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.	
	MARION, José Carlos. Contabilidade da pecuária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1990.	

BIBLIOGRAFIA	Títulos	Exemplares
---------------------	----------------	-------------------

COMPLEMENTAR	DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. São Paulo: Atlas.2010	
	MARION, José Carlos. Contabilidade e controladoria em agribusiness. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1996.	
	NEPOMUCENO, Fernando. Contabilidade rural e seus custos de produção. 1.ed. São Paulo: IOB Thomson, 2004.	
	SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos. Administração de custos na agropecuária. São Paulo: Atlas, 2003.	
	VALLE, Francisco. Manual de contabilidade agrária. São Paulo: Atlas, 2000.	

DISCIPLINA: GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Examinar as questões estratégicas que envolvem o controle interno e externo das empresas, voltado para reduzir os riscos dos investidores, assegurar o retorno de acionistas e garantir uma boa relação com os stakeholders. Teorias institucional, de custos de transação e modelos contemporâneos de governança.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	LODI, João Bosco. Governança Corporativa. Terezinha Dutra. 2000	
	ROSSETI, José Paschoal e ANDRADE, Adriana de. GOVERNANÇA CORPORATIVA: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. São Paulo: Atlas. 2004.	
	STEINBERG, Herbert. A Dimensão Humana da Governança Corporativa. S São Paulo: Gente. 2003.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ANDRADE, A, ROSSETI, J.P. Governança Corporativa, ed. Atlas, 2004	
	BESANKO, D; DRANOVE, D., SHANLEY, M., SCHAEFER, S. A Economia da Estratégia. Bookman, 3 ed. 2006	
	IBGC. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 3ª edição. Campus, Rio de Janeiro, 1996.	
	MACHADO FILHO, C.A. P. Responsabilidade Social e Governança: O Debate e as implicações. Ed. Thomson, 2006.	
	RODRIGUES, José Antonio. Governança Corporativa Estratégia para Geração de Valor. Qualitymark. .2004.	

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS I

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Natureza da gestão de pessoas: conceitos e evolução histórica. Comportamento organizacional: desafios para os gestores. Relações trabalhistas. Higiene e segurança no trabalho. Gestão por competências. Gestão do clima organizacional. Gestão participativa: conceitos, vantagens e limitações.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Saraiva, 2009.	
	ROBBINS, S. Fundamentos do Comportamento Organizacional. 8 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.	
	VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BOM SUCESSO, E. Relações Interpessoais e Qualidade de Vida no Trabalho. Rio de Janeiro: QualityMark, 2002.	
	CARBONE, Pedro Paulo; BRANDÃO H.P.; DINIZ LEITE, J.B.; VILHENA R.M.P. Gestão por competências e gestão do conhecimento. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.	
	DUTRA, Joel. Souza. (org) Gestão por Competências. 3.ed. São Paulo: Editora Gente, 2001.	
	FLEURY, A; FLEURY, M.T. Estratégias empresariais e formação de competências. Rio de Janeiro: Atlas, 2001.	
	HITT, Michael A.; MILLER, C. Chet; COLELLA, Adrienne. Comportamento organizacional. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.	

DISCIPLINA: ESTRUTURA E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Visão Organizacional. A Visão Organizacional sob a Ótica de Processos. A melhoria dos processos organizacionais visando o melhor desempenho. Normalização de Processos. Sistema de Gestão da Qualidade.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CRUZ, TADEU. Sistemas, métodos e processos: administrando organizações por meio dos processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2009 .	
	PAVANI Jr., ORLANDO & SCUCUGLIA, RAFAEL. Mapeamento e Gestão por Processos. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2011.	

	VALLE, ROGÉRIO & OLIVEIRA, SAULO B. Análise e Modelagem de Processos de Negócio. São Paulo: Atlas, 2010.	
--	---	--

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	DAVENPORT, THOMAS H. Reengenharia de processos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.	
	DIAS, SÉRGIO V. S. Manual de Controles Internos: Exemplos de Processos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2010	
	GONÇALVES, JOSÉ E. LIMA. As empresas são grandes coleções de processos. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, Jan./Mar. 2000	
	OLIVEIRA, D. P. REBOUÇAS. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2009.	
	CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2010.	

DISCIPLINA: INGLÊS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Introdução às estratégias de leitura em língua estrangeira, tais como: reconhecimento de gêneros textuais, reconhecimento de cognatos, utilização de conhecimento prévio, obtenção de informações gerais (skimming) e específicas (scanning), informação não verbal, inferência contextual, palavras chave, grupos nominais, referência pronominal, marcadores discursivos, afixos, sufixos, grau de adjetivos e advérbios, formas verbais, apostos, uso do dicionário e gênero acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Títulos	Exemplares
	IGREJA, José Roberto A. Fale tudo em inglês. São Paulo: Disal, 2007.	
	MARQUES, Amadeu. Inglês. Série Brasil. Volume único. São Paulo: Ática, 2004.	
SHUMACKER, C.; DA COSTA, Francisco A. Inglês para Administração: Guia Prático com Vocabulário e Expressões para: Comércio Exterior, Administração de Empresas e Marketing. São Paulo: Campus Editora, 2009.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	JACOBS, Michael Anthony. Como melhorar ainda mais seu inglês. Rio de Janeiro: Ed.Campus, 2003.	
	MARQUES, Amadeu e DRAPER, David. Dicionário Inglês Português – Português Inglês. São Paulo: Ática, 2009.	
MICHAELIS. Michaelis: dicionário escolar inglês. São Paulo: Melhoramentos, 2009. TURIS,		

	Anderson F. de A. M. Inglês instrumental: gramática descomplicada. V.1. São Paulo: Livro Rápido, 2008.	
	YOUNG, Robert C. e IGREJA, José Roberto A. English for job interviews. São Paulo: Disal, 2007.	
	VOLKMANN, Patrícia Ritter. Inglês: conversação para profissionais de hotelaria e restaurantes. Rio de Janeiro: Artes e Ofícios, 2008.	

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS II

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Desafios e tendências da gestão de pessoas na ambiência organizacional contemporânea. Gestão por competências. Principais processos da gestão de pessoas: recrutamento e seleção, educação corporativa, gestão do desempenho, gestão de cargos e salários. Gestão do clima organizacional. Gestão participativa: conceitos e metodologias. O papel dos gerentes na gestão de pessoas.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ARAÚJO, Luis Cesar. Gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2006.	
	FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. Gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012..	
	NASCIMENTO, Luiz Paulo e CARVALHO, Antônio Vieira. Gestão Estratégica de Pessoas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BANOV, Márcia Regina. Recrutamento, Seleção e Competências. São Paulo: Atlas, 2011.	
	LUCENA, Maria Diva Salette. Planejamento de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 2010.	
	ORLICKAS, E. Consultoria Interna de Recursos Humanos, 4 ed. São Paulo: Futura, 2001.	
	PACHECO, Luzia, SCOFANO, Anna Cherubina, BECKER, Mara e SOUZA, Valéria. Capacitação e desenvolvimento de pessoas. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2009.	
	SOUZA, Vera Lúcia de; MATTOS, Irene Badaró; SARDINHA, Regina Lúcia Lemos Leite; ALVEZ, Rodolfo Carlos Souza. Gestão de desempenho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.	

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: O plano estratégico da empresa. Planejamento e controle de resultados e o processo de administração. Princípios fundamentais do planejamento e controle de resultados. Planejamento e controle de vendas. Planejamento e controle de custos de mão-de-obra direta.

Planejamento e controle de despesas. Planejamento e controle de disponibilidades. Análise de ambiente de negócio. Análise de concorrência. Estratégias competitivas. Técnicas de análise de posição competitiva. Implementação de estratégias.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
	CAVALCANTE, Francisco Antônio. Planejamento estratégico participativo . São Paulo: SenacSP, 2009.	
	PEREIRA, Mauricio Fernandes. Planejamento estratégico . São Paulo: Atlas, 2010	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ANSOLF, H. Igor; MCDONNELL, Edward J. Implantando a administração estratégica . São Paulo: Atlas, 2003.	
	BORN, Roger. Construindo o plano estratégico: cases reais e dicas práticas . Porto Alegre: ESPM/Sulina, 2007.	
	MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico . 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.	
	NIVEN, Paul. R. Revelações para o planejamento estratégico: O Caminho para o Sucesso nos Negócios . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.	
	VIZEU, Fábio; GONÇALVES, Sandro Aparecido. Pensamento estratégico: origens, princípios e perspectivas . São Paulo: Atlas, 2003.	

DISCIPLINA: GESTÃO DE QUALIDADE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Modelos de gestão da qualidade. Planejamento, controle e avaliação dos processos da qualidade. Integração dos planos da qualidade às estratégias de negócio. MASP: metodologia de solução de problemas de qualidade. Programa 5 S. Seis sigmas. Conceitos básicos de TQC. Normas internacionais. Certificação. Implantação de programas de qualidade. Inspeção, avaliação e controle da qualidade. Aplicação da Estatística ao controle de qualidade. Controle estatístico de processos. Diagrama de Pareto. Qualidade total na organização. Indicadores e avaliação da qualidade organizacional. FMEA, análise de valor e benchmarking.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CARPINETTI, Luiz Cezar Ribeiro; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; GEROLANO, Mateus Cecílio. Gestão da Qualidade ISO 2001/2008:	

	princípios e requisitos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
	COSTA, Antônio Fernando Branco; EPPRECHT, Eugênio Kahn; CARPINETTI, Luiz Cezar Ribeiro. Controle Estatístico de Qualidade . 2ª ed. São Paulo : Atlas, 2011.	
	LOBO, Renato Nogueira. Gestão da Qualidade . 1ª ed. São Paulo : Érica, 2010.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BATALHA, Mário Otávio (Org.). Introdução à engenharia de produção . Rio de Janeiro : Elsevier, 2008	
	CORREA, Henrique L. Gestão de Serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação . São Paulo:Atlas, 2011.	
	COSTA, Eliezer Arantes da. Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos . 2ª ed. São Paulo : Saraiva, 2007.	
	FRAZIER, Greg; GAITHER, Norman. Administração da Produção e Operações . 8ª ed. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2004.	
	SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da Produção . 2ª ed. São Paulo : Atlas, 2002.	

DISCIPLINA: PROJETOS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Introdução ao estudo de projetos. O projeto como forma de organização de ação administrativa. O posicionamento do projeto na estrutura administrativa da empresa. Venda do projeto. Seleção e avaliação de projetos. Planejamento e controle de projetos com o uso de programas de computadores específicos. Gerência de equipes de projetos. Planejamento dos recursos do projeto. Administração da qualidade. Gestão da comunicação. Análise de risco. Gestão das aquisições e contratos. Acompanhamento de projetos. Avaliação dos resultados do projeto. Capacitação e carreira em Gerenciamento de Projetos. Programas de certificação em Gerenciamento de Projetos.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CLEMENTE, A. (org.) Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 2000.	
	DIENSMORE, P.C. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.	
	KERZNER, H. Gestão de projetos . São Paulo: Bookman, 2000.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Títulos	Exemplares
	MAXIMINIANO, A. C. A. Administração de	

	projetos. São Paulo: Atlas, 2001.	
	SANTOS, J.A; CARVALHO, H.G. Referencial brasileiro de competências em gerenciamento de projetos. Curitiba: ABPG, 2005.	
	VALERIANO, D. Gerência em projetos. Rio de Janeiro: Makron,1998	
	VALERIANO, D. Gerenciamento estratégico e administração por projetos. Rio de Janeiro: Makron, 2001.	
	VERZUH, E. MBA compacto: gestão de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.	

DISCIPLINA: GESTÃO EMPREENDEDORA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Empreendedorismo em diferentes perspectivas: financeira, mercadológica, corporativa e social. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com atividades empreendedoras. Empreendedorismo e sustentabilidade. Estruturação de planos de negócios.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	HINGSTON, P. Como Abrir e Administrar seu Próprio Negócio. São Paulo: Publifolha. 2001.	
	LEITE, E. O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas. 3. ed. Recife: Bagaço. 2002	
	NASAJON, C.;SALIM, C. S.; MARIANO, S.; SALIM, H. K. Administração empreendedora: teoria e prática usando estudos de casos. Rio de Janeiro: Campus. 2004..	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	DEGEN, R. O Empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. 8. ed. São Paulo: McGraw- Hill. 1989.	
	DORNELAS, José C. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus,2001.	
	DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luisa. 14º Edição. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.	
	MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração: edição compacta. São Paulo: Atlas, 2006.	
	SALIM, C.S., HOCHMAN, N., RAMAL, A.C. e RAMAL, S.A. Construindo Planos de Negócios. Rio de Janeiro: Campus. 2001	

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Direito das Relações de Consumo. O Conceito Econômico de Consumo e sua Evolução. Legislação Brasileira Específica. Os Direitos das Relações de Consumo e sua Proteção. Consumidor. Fornecedor. Produto. Serviço. Política das Relações de Consumo. Princípio da Vulnerabilidade. Harmonização de Interesses. A Defesa Administrativa e Judicial das Relações de Consumo.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	NEVES, Daniel Amorim Assumpção; TARTUCE, Flávio. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. Volume único, 4 ed., método, 2015.	
	NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.	
	Marques, Cláudia Lima. Manual de direito do consumidor. RT. 2014.	

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Almeida, João Batista. Manual de Direito do Consumidor. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.	
	MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001	
	LENZA, Pedro. Direito do consumidor esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015.	
	BRAGA NETTO, Luiz Felipe Peixoto. Manual de direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. Salvador: Edições Juspodivm, 2014.	
	FILOMENO, Jose Geraldo Brito. Curso fundamental de direito do consumidor. 3. ed. 2014.	

DISCIPLINA: CONSULTORIA ORGANIZACIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Consultoria: características e tipologia. Evolução das Atividades. Técnicas de Consultoria. Ferramentas e Administração de Serviços de Consultoria. Teorias de suporte em Consultoria. Funcionamento e Estrutura. Workshop e Cases.

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos a empresa. 5 ed. São Paulo: Atlas 2004.	
	DAVIS, Keith. NEWSTROM, John W. Comportamento Humano no trabalho: Uma abordagem psicológica. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002	

	OLIVEIRA, Djalma de P. Rebouças. Manual de consultoria empresarial . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.	
--	---	--

	Títulos	Exemplares
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CROCCO, Luciano; GUTTMAN, Erik. Consultoria empresarial . Rio de Janeiro: Saraiva, 2005.	
	MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.	
	ROBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional . 9 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.	
	RODRIGUES, Sergio Bernardo. Consultoria empresarial: uma abordagem educacional e profissional . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2006.	
	WOOD JR. Thomas. Mudança organizacional . 3ª .ed. São Paulo: Atlas, 2002..	

2.7. Metodologias de Ensino

O Instituto Florence de Ensino Superior, em consonância com os documentos normativos institucionais e visando atender às expectativas da comunidade, em relação à promoção de formação superior com excelência, desenvolve, em seus Cursos de Graduação e Pós-graduação, o referencial teórico cognitivista, que tem como preocupação o processo de compreensão, transformação, armazenamento e utilização das informações, envolvida no plano da cognição, assim como, tem como referencial metodológico a interdisciplinaridade.

O IFES compreende que a metodologia interdisciplinar deve ser desenvolvida através da problematização, contextualização e flexibilização, tendo a definição de um objeto entre as unidades de uma dada disciplina, entre as disciplinas de um dado curso, entre os cursos superiores ofertados pela IES, bem como em suas atividades de pesquisa e extensão.

A interdisciplinaridade utiliza em suas vivências curriculares as linguagens de afirmação, negação e complementação, o que aprofunda e articula objetos de saber, em favor da elaboração de um conhecimento cada vez mais sofisticado. Desde modo, a trama interdisciplinar é estabelecida através de processos mentais que são configurados em meio aos desafios pedagógicos.

No que diz respeito especificamente ao processo de ensino, no âmbito da sala de

aula, no Curso de Ciências Contábeis, a exemplo do que já vem sendo desenvolvido nos outros cursos, fomentará entre o seu corpo docente, através da CAP, a importância da metodologia problematizadora e interdisciplinar, aqui compreendidas como a forma de contextualização dos conteúdos apreendidos em sala de aula, assim como, uma maneira de despertar no discente a capacidade de refletir sua realidade e nela intervir.

Dentre muitos exemplos, pode-se citar:

- a) Estudo de caso - A ideia é levar para sala de aula narrativas de situações reais, que receberão todas as fundamentações dos princípios teóricos. Os estudos de caso contextualizam e flexibilizam o conhecimento em suas narrativas, problematizando o objeto em meio aos questionamentos. O desenvolvimento do trabalho com o estudo de caso dar-se através da resolução de situações-problema. A solução do problema é realizada a partir de desafio, o que é básico para o desenvolvimento de competências e habilidades. A resolução do problema dar-se através da elaboração de artigo científico, ao responder problematizações que são estruturadas ao longo do estudo, sejam elas fictícias ou decorrentes do cotidiano, da preparação e apresentação de seminário, da atividade prática em laboratório, do simulado interdisciplinar, da avaliação bimestral, bem como de outras dinâmicas favorecedoras de aprendizagem, bem como em meio a elaboração do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. Entende-se, assim, que o estudo do caso possibilita não apenas a maturação intelectual do sujeito que aprende, mas a sua preparação para o mundo do trabalho, humanizando os pares pela via do pluralismo de identidades e de pontos de vista, tendo uma notória manifestação dos pilares da educação presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo MEC.
- b) Estudos Simulados - Compreendidos com uma metodologia eficaz que garante ao discente comprovar a assimilação dos conteúdos trabalhados, assim como, permite ao docente verificar a aprendizagem dos seus alunos.
- c) Seminários Interdisciplinares - Entendidos como momentos da interseção entre as disciplinas, para o desenvolvimento de uma determinada ação pedagógica. Poderá acontecer em sala de aula, com a participação de dois ou mais professores que culminariam suas disciplinas com uma atividade avaliativa. Como já é proposto nos Seminários Interdisciplinares obrigatórios propostos na Matriz Curricular.
- d) Laboratório Simulado – momentos de simulação de práticas contábeis em que o aluno poderá propor alternativa contábil para problemas vivenciados nas instituições. Caberá

ao professor estimular estes momentos através de situações-problema reais, mas que serão solucionados no âmbito de sala de aula.

Para dar conta desta proposta teórico-metodológica o IFES tem ciente a preocupação constante de oportunizar aos seus docentes e discentes a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, através de projetos que visem atender a comunidade no entorno da instituição. Desta forma, oportunizará ações efetivas, financiamento e condições administrativo-pedagógicas que possam impulsionar este desafio, como já vem desenvolvendo nos outros cursos da instituição.

Desde modo, é preconizado no PDI institucional, dentre muitas ações, as seguintes metas para a pesquisa e a extensão,

Contratar docentes com titulação em nível de doutorado e mestrado, com regime de tempo integral e com perfil para o desenvolvimento de pesquisa, em proporção equânime a todos os cursos de graduação e pós-graduação do Instituto; - Fortalecer o Fundo de Amparo à Pesquisa do Instituto Florence de Ensino Superior – FAPE, ampliando sua atuação em termos de políticas, modalidades e recursos, contemplando a graduação e a pós-graduação. Promover discussão permanente sobre a criação de projetos e grupos de pesquisa, bem como sobre a ampliação das linhas de pesquisa; - Realizar projetos de pesquisa interdisciplinar, envolvendo docentes e discentes dos diferentes cursos da Faculdade, da graduação e pós-graduação; Promover, periodicamente, eventos de divulgação científica, integrando a produção científica da graduação e da pós-graduação, estendendo a participação ao público externo; - Estimular a participação de toda a comunidade acadêmica nos Seminários Científicos e Semanas Acadêmicas, como espaço ativo de reflexão e discussão científica no Instituto Florence de Ensino Superior [...] - Desenvolver Programas e Projetos institucionais de extensão, incrementando parcerias com iniciativas do setor público e privado, em nível municipal, estadual, nacional e internacional; - Definir eixos prioritários para o desenvolvimento de projetos de extensão; - Estimular a criação de Ligas Acadêmicas, como ação permanente de extensão no âmbito dos cursos de graduação do Instituto. (MARANHÃO, 2016, p. 24)

Para o Curso de Ciências Contábeis no que diz respeito ao fomento da pesquisa e extensão, a priori, serão desenvolvidas pesquisas tendo como parâmetro quatro eixos de conhecimento para que os docentes possam desenvolver seus projetos de pesquisa e ou extensão. Estes eixos de pesquisa serão apresentados aos docentes para que eles possam indicar linhas de pesquisa que melhor se adequem a sua área de conhecimento ou, se necessário e de comum acordo entre os docentes, incluir outros eixos.

Os eixos de pesquisa são basicamente:

- Auditoria, Controladoria e Finanças;

- Perícia Contábil;
- Contabilidade Pública;
- Contabilidade de Instituições Privadas.

Todas as pesquisas e trabalhos científicos poderão ser divulgados na Revista Florence, periódico organizado pelo IFES.

2.8. Avaliação do processo de ensino aprendizagem

A avaliação do processo de ensino aprendizagem é uma atividade complexa, que abrange a mediação de diversas dimensões que influenciam o processo educacional e, portanto, exige uma concepção de avaliação mais abrangente, que não se limita a aferição de notas ou conceitos, obtidos por meio de testes padronizados aplicados ao final de um período letivo, que visam quantificar o “rendimento” do estudante.

Entendemos que a avaliação da aprendizagem também incide sobre a qualidade do ensino, sobre as metodologias empregadas pelos docentes, sobre a infra-estrutura e recursos de aprendizagem disponíveis, além de outros fatores que influenciam o processo didático.

Para tanto, a concepção de avaliação adotada pelo IFES, compreende a mesma como um processo formativo, dialógico e reflexivo, que aponte para as potencialidades do processo pedagógico e para as efetivas necessidades de aprendizagem do estudante, como um verdadeiro instrumento de gestão da qualidade do ensino.

Portanto, as avaliações contemplam diversas etapas e instrumentos, utilizados pelos professores ao longo do período letivo, a fim de verificar a aquisição dos conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas, tendo um caráter diagnóstico, através da qual serão detectados as fragilidades e potencialidades do estudante naquele determinado componente e somativa, a fim de verificar o rendimento do estudante. O resultado das avaliações é acompanhado pela coordenação do curso e pela Coordenação de Apoio Pedagógico (CAP), como indicadores da qualidade do ensino e como ferramentas de planejamento pedagógico.

Conforme o Regimento Interno do IFES, a avaliação de desempenho escolar integra o processo de ensino e aprendizagem, como um todo articulado, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento do aluno nas atividades curriculares e de ensino de cada disciplina. É considerado aprovado na disciplina o aluno que obtenha frequência, no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas e alcance conceito igual ou superior a 7,0 (sete) na média das atividades avaliativas realizadas ao longo

do período letivo.

A CAP, acompanha e orienta o professor na elaboração das atividades avaliativas, fornecendo algumas diretrizes que devem ser observadas na elaboração dos instrumentos avaliativos pelos docentes.

Respeitando o limite mínimo de frequência, a verificação da aprendizagem abrange em cada disciplina:

- Desenvolvimento de capacidades cognitivas e habilidades;
- Assimilação progressiva do conhecimento;
- Trabalho individual e/ou em grupos em atividades curriculares de estudo e de aplicação de conhecimento.

Ao conjunto desses aspectos verificados no semestre letivo ou período especial correspondem às seguintes avaliações:

- Avaliação Intermediária – 02 por disciplinas
- Avaliação Bimestral – 02 por disciplina;
- Avaliação Substitutiva – 02 por disciplina;
- Avaliação Final – 01 por disciplina.

O aluno está obrigado, regimentalmente, a submeter-se a duas avaliações por semestre letivo, sendo que as avaliações bimestrais deverão ser analisadas pela CAP.

O aluno que deixar de comparecer às provas regimentais, nas datas fixadas ou que obtiver média inferior a sete (7,0), poderá submeter-se a uma avaliação substitutiva que será realizada ao final do período letivo, antes da realização dos exames finais. O conteúdo programático versará sobre o bimestre a ser substituído. Caso o resultado da prova substitutiva seja inferior à nota obtida anteriormente nas Avaliações Bimestrais, permanecerá inalterada a situação anterior.

O aluno que, após as duas avaliações bimestrais e a correspondente prova substitutiva, alcançar média inferior a sete (7,0) e igual ou superior a quatro (4,0), deverá submeter-se à Avaliação Final, que versará sobre todo o conteúdo programático da disciplina, ministrado durante o semestre letivo.

O aluno que, após a média aritmética das avaliações bimestrais e substitutiva obtiver, como resultado, média inferior a quatro (4,0), ficará impedido de submeter-se à Avaliação Final e, automaticamente, estará reprovado na disciplina. Para que o aluno seja considerado aprovado na disciplina, deverá, na Avaliação Final, obter uma NOTA igual ou superior a cinco (5,0) e MÉDIA igual ou superior a seis (6,0).

O aluno reprovado poderá ser promovido ao período seguinte com dependência em até três disciplinas. O aluno com quatro ou mais dependências, deverá cursá-las primeiro e, posteriormente, obtendo aprovação, prosseguir os estudos no período seguinte.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade sobre o controle de frequência dos alunos, devendo o Coordenador do Curso supervisionar essa atividade, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero (0,0) ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração de trabalhos de verificação parcial, provas ou qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuição de notas, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas no Regimento Interno da instituição.

As notas correspondentes à Avaliação Final, em disciplinas cursadas sem aproveitamento, serão substituídas no histórico escolar do aluno, quando cursadas novamente com aproveitamento. É garantido ao aluno o direito a pedido de reconsideração e revisão das notas atribuídas pelo professor da disciplina ao seu desempenho acadêmico, no prazo de até cinco dias úteis após a divulgação do resultado.

O IFES tem buscado, através da CAP, o desenvolvimento de estratégias que visem estimular o rendimento dos alunos com mais dificuldades, detectadas por meio do processo de avaliação da aprendizagem, buscando, conjuntamente com os professores e a coordenação do curso, adotar estratégias que elevem a qualidade dos índices de aprendizagem registrados no curso.

2.9 Estágio Supervisionado (apêndice 1)

Compreende-se que o estágio curricular objetiva propiciar aos alunos práticas efetivas da teoria disseminada em sala de aula, possibilitando ao mesmo atuar como futuro gestor de determinada área do curso, vivenciando as dimensões do fenômeno administrativo e organizacional, como forma de adquirir uma visão sistêmica de seu ambiente e, em especial, do universo ao qual está inserido.

Para o IFES, este momento é essencial visto que se considera a complementação educacional e o exercício profissional do estudante, executando-se mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de programas e de planos de trabalho, em órgãos públicos ou privados que mantenham atividades vinculadas à natureza do curso frequentado pelo discente.

No IFES, os estágios curriculares supervisionados, serão realizados, sob a supervisão de profissionais habilitados/docentes do curso, em Instituições conveniadas, sendo requisito obrigatório para a conclusão do curso de graduação.

No caso específico do Curso de Ciências Contábeis do IFES, terá a duração de 670 horas e ocorrerá a partir do 7º semestre do curso, assim organizado:

Quadro 3 – Estruturação do Estágio Supervisionado

PERÍODO	CH	DISCIPLINA	ÁREA	LOCAL
7º	330	Estágio Supervisionado I	Contabilidade Pública	Em instituições públicas conveniadas com o IFES.
8º	340	Estágio Supervisionado II	Contabilidade Privada	Em instituições privadas conveniadas com o IFES, ou na própria instituição.

Nos Estágios Supervisionados I e II, visando melhor acompanhamento e direcionamento das atividades os alunos serão divididos em grupos. E após cronograma serão direcionados para instituições específicas previamente selecionadas e setores específicos da administração de acordo com a estrutura organizacional de cada instituição/campo de estágio.

Compete à supervisão acompanhar todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário, garantindo-lhes plenas condições de aprendizagem por meio do exercício da prática profissional em ambiente real e em situações simuladas, assim como o cumprimento integral do seu plano de atividades. Ao término de cada etapa do estágio supervisionado, o estagiário deverá produzir relatório reflexivo das atividades desenvolvidas em campo, demonstrando articulação das atividades práticas com os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso, demonstrando o desenvolvimento das competências técnico-profissionais em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso, o qual deverá ser encaminhado para a avaliação do supervisor docente, assim como todo o instrumental de acompanhamento e avaliação do supervisor técnico.

A avaliação do estágio levará em conta o desempenho do estagiário em campo, atestado por meio de avaliação do supervisor técnico, e do desenvolvimento das competências técnico-profissionais, atestadas pelo supervisor docente por meio da análise do relatório de estágio e das fichas de acompanhamento e avaliação, assim como da observação do estagiário in loco, incidindo, principalmente, sobre os seguintes aspectos: Conhecimento técnico-

científico, qualidade e produtividade, interesse, tomada de decisão, pontualidade, assiduidade, apresentação pessoal e responsabilidade.

Para ser considerado aprovado, o estagiário deve obter nota final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades de estágio, conforme a carga horária prevista em cada etapa. Em caso de não aprovação, o aluno deverá repetir integralmente a etapa do estágio correspondente, sendo submetido a nova avaliação.

O NDE deverá elaborar normas específicas para o estágio supervisionado em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e a legislação vigente, assim como o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento deste componente curricular ao longo do curso. Caberá ao Colegiado do Curso aprovar as normas complementares de estágio curricular do Curso de Ciências Contábeis e pelo Conselho de ensino, pesquisa e Extensão (CONSEPE), em conformidade com o PDI e o Regimento Interno da Instituição.

2.11 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (apêndice 2)

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente pelo estudante, de modo a demonstrar a capacidade de pesquisa, sistematização de dados e informações, sínteses de ideias e argumentações em torno de uma temática definida no âmbito da área de atuação profissional, sobre orientação docente, e requisito indispensável para integralização do curso e obtenção de grau.

O TCC será concebido como forma de artigo científico, cuja elaboração será individual, e deverá revelar a capacidade de abordar e sistematizar um tema relacionado com conhecimentos adquiridos e produzidos no Curso.

O processo de orientação do TCC será realizado por um docente pertencente ao quadro efetivo do curso, a ser definido por escolha do aluno ou indicação do colegiado do curso, observando-se a confluência entre a temática escolhida pelo aluno e a área de atuação do docente. Cada docente orientará, no máximo, 05 (cinco) alunos por semestre.

O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em duas etapas. Inicialmente, a escolha do objeto de pesquisa e a elaboração do projeto de pesquisa, que será desenvolvido durante o 7º semestre do curso, sobre orientação docente. Na segunda etapa se dá o processo de elaboração do TCC, a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa, ao longo do 8º período, culminando com a defesa do trabalho mediante banca examinadora composta pelo orientador do trabalho e mais 2 (dois) docentes do curso.

Para aprovação, o trabalho de conclusão de curso deverá apresentar os seguintes critérios:

- Devida fundamentação e aprofundamento do tema;
- Sequência lógica e sistematizada o conteúdo;
- Apresentação gráfica conforme as normas da ABNT;
- Utilização correta da norma culta da língua portuguesa;
- Clareza e objetividade;
- Utilização correta de categorias teóricas, métodos de análise e termos técnicos;
- Capacidade de expressão oral;
- Domínio do conteúdo do trabalho;
- Clareza e objetividade;
- Capacidade de reflexão, análise e síntese do tema abordado;

Quanto a exposição do trabalho será considerada ainda a adequação dos recursos utilizados, observância do tempo máximo para exposição e resposta às arguições da banca.

Será considerado aprovado, o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete), conforme registrado em ata de defesa, a qual será lançada em seu histórico escolar. Não haverá recuperação de nota atribuída ao TCC, sendo reprovado o aluno que não alcançar a nota mínima para aprovação. O aluno terá direito a reapresentação do TCC no semestre seguinte, não excedendo 3 (três) apresentações.

Normas complementares para elaboração e defesa do TCC serão objeto de regulamentação própria, elaborada pelo NDE e aprovada pelo colegiado do curso e pelo Conselho de ensino, pesquisa e Extensão (CONSEPE).

2.12 Atividades complementares (apêndice 3)

O currículo do Curso de Ciências Contábeis contempla Atividades Complementares sob a forma de atividades acadêmico-científico-culturais diversas daquelas que compõem o currículo pleno do curso, como estágios supervisionados e trabalho de conclusão de curso, totalizando 150 (cento e cinquenta) horas a serem cumpridas ao longo do curso e devidamente comprovadas pelo estudante para fins de integralização curricular e obtenção do grau, possibilitando a devida flexibilidade ao currículo.

As atividades complementares atribuem um caráter individualizado ao itinerário formativo do estudante, conforme suas afinidades e preferências, que por meio de atividades

formativas diversas, relacionadas ao exercício profissional e a área do conhecimento do curso, obtidas mesmo fora da instituição, em horários convenientes ao estudante, como forma de aperfeiçoamento pessoal e profissional na área em que estuda ou em outras áreas afins.

As atividades podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, cursos livres (como, por exemplo, informática e idiomas), além de disciplinas oferecidas por outras unidades de ensino e não previstas no currículo pleno do curso.

Além disso, a variedade das modalidades previstas no rol de Atividades Complementares, acompanhadas das cargas-horárias máximas exigidas para as diferentes atividades, serão objeto de regulamentação própria, elaborada pelo NDE e aprovada pelo colegiado do curso e pelo Conselho de ensino, pesquisa e Extensão (CONSEPE).

2.13 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Contábeis possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização e avaliação do projeto pedagógico do Curso, conforme previsto na Resolução do CONAES Nº 01/2010.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar periodicamente o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, às exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as diretrizes didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenadoria do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

O Núcleo Docente Estruturante é composto integralmente por professores

pertencentes ao quadro efetivo do curso, com vasta experiência profissional e acadêmica, além do coordenador do Curso, que o preside. Todos os membros do NDE possuem regime de trabalho de tempo parcial ou integral ao Curso, com carga-horária destinada às atividades do Núcleo. A composição do Núcleo Docente Estruturante encontra-se descrita no quadro abaixo.

Quadro 4 – NDE

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
RICARDO HENRIQUE DA ROCHA OLIVEIRA	MESTRE	INTEGRAL
ANA MARIA MARQUES	MESTRE	INTEGRAL
DELCIO RODRIGUES E SILVA NETO	ESPECIALISTA	PARCIAL
DIOGO DE FARIAS MOURA	MESTRE	INTEGRAL
MIGUEL RIBEIRO PEREIRA	MESTRE	PARCIAL
JOÃO CONRADO DE A. CARVALHO	DOUTOR	PARCIAL
WALTER SOUTO DE SOUSA	MESTRE	PARCIAL

Fonte: Diretoria Acadêmica/IFES (2016)

De acordo com seu Regimento Interno, o NDE reúne-se ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente por convocação do presidente ou de 2/3 de seus membros para deliberar assuntos de sua competência. As deliberações do NDE são registradas em atas e exaradas em forma de parecer.

Os membros do NDE são indicados pelo Colegiado do curso, dentre os docentes com efetiva liderança no curso, com destacada atuação na docência, na pesquisa e produção acadêmica. Os membros do NDE são nomeados por ato da Direção Geral e devem ocupar a função por, pelo menos, 3 anos ininterruptos, de modo a garantir a plena continuidade das atividades do Núcleo.

As eventuais alterações na composição do NDE são realizadas no início de cada semestre letivo, com observância aos critérios da legislação vigente e com base no perfil do corpo docente alocado ao curso, assegurando estratégias que garantam a participação dos membros do corpo docente do curso, sem, contudo, comprometer a continuidade e a qualidade no processo de acompanhamento do curso.

O Coordenador do Curso tem o papel de proporcionar adequada articulação do NDE com o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, a oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe

ainda a Coordenação do curso oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

2.14 Coordenadoria do Curso de Ciências Contábeis

A coordenadoria de curso de graduação é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito do curso, observando a política interna da faculdade, tendo como membros um coordenador titular e um adjunto, nomeados pela direção geral e subordinado diretamente a direção acadêmica.

O coordenador do curso é um profissional com formação específica da área do curso, em nível de graduação e com pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, com experiência profissional e acadêmica adequadas para o exercício da função. O coordenador titular de curso será assessorado em suas funções pelo coordenador adjunto.

A coordenação do curso é vinculada ao quadro docente do Curso de Ciências Contábeis do Instituto Florence de Ensino Superior, exercendo a função de coordenação e como docente. O regime de contratação é de tempo integral (40 horas semanais), destas 10 horas dedicadas a atividades de ensino, planejamento e avaliação e 30 horas dedicadas às atividades de coordenação do curso.

2.15 Corpo docente

O corpo docente do Curso de Ciências Contábeis do IFES é composto por 17 professores: 4 especialistas (23,52%), 9 mestres (52,94%) e 4 doutores (23,52%). O Instituto prima pela manutenção do seu quadro docente, observando um quantitativo adequado de professores com pós-graduação stricto sensu (13 professores), aptos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Entretanto, levando em consideração a realidade do Estado do Maranhão no que se refere a oportunidade de oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu em todas as áreas e em especial na área da Administração, a manutenção desse padrão tem sido um dos grandes desafios do curso, em que pese o esforço da mantenedora de buscar condições atrativas de trabalho e carreira para docentes com este perfil acadêmico.

No entanto, a perspectiva de crescimento do Estado, ventilada pela instalação de novos empreendimentos no setor produtivo, tem apontado para uma melhoria neste quadro, visto que estão se ampliando os programas e a oferta de vagas em programas já existentes, e

ainda atraindo a vinda de professores pós-graduados de outras regiões do país.

O corpo docente do Curso em Ciências Contábeis é composto de profissionais da região, com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados, como se apresenta a seguir:

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutores	4	23,52%
Mestres	9	52,94%
Especialista	4	23,52%

O regime de contratação dos docentes, sempre sob a égide da legislação trabalhista, obedecerá aos critérios definidos pela instituição, que privilegia a contratação pelos regimes de Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP), de modo a assumirem responsabilidades por atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, com carga-horária adequada para o desenvolvimento destas atividades.

Na distribuição da jornada horária dos professores estão incluídas, além das tarefas de ministração de aulas; preparação, aplicação e correção de provas; testes ou exames; tempo para orientação discente; participação em projetos de pesquisa e extensão, em atividades culturais, em gestão acadêmica; orientação de trabalho de conclusão de curso, supervisão de estágios e participação em programas de capacitação docente.

Atualmente, o regime de trabalho do corpo docente do curso é de 05 (29,41%) professores em regime de Tempo Integral, 12 (70,58%) professores em regime de Tempo Parcial.

2.16 Corpo discente

O corpo discente do Curso de Ciências Contábeis do IFES é composto por estudantes egressos do ensino médio, em sua maioria oriundos de escolas da capital do Estado, que tem acesso ao curso por meio de vestibulares e outras formas de ingresso (ENEM), assim como, alunos oriundos das vagas disponibilizadas para graduadas e transferências externa e interna. Os estudantes do Curso de Ciências Contábeis, desde seu ingresso ao curso, têm acesso a uma gama de ações e programas com vistas a desenvolver seu potencial acadêmico e humanístico, em consonância com os princípios filosóficos e educativos do IFES.

Algumas ações de apoio, visando o acompanhamento e a permanência do discente no IFES são executadas por meio do Programa de Apoio e Acompanhamento ao Discente, que articula em suas ações o apoio pedagógico e psicopedagógico ao discente, coordenado pela CAP, através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente (NUPAD). Para tanto, caberá a Diretoria Financeira está responsável pelo Plano de Apoio e Financiamento de Estudos para Alunos Carentes, que atende à necessidade discente de se manter financeiramente na IES.

Os Programas se propõem a oportunizar aos alunos da instituição incentivos e benefícios que possibilitem o prosseguimento de estudos, assim como proporcionar um efetivo apoio psicossocial aos mesmos, a fim de lidarem melhor com seus recursos e limites.

Os alunos egressos, contam ainda com o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), que monitora o ex-aluno em sua realidade objetiva, considerando o mundo do trabalho, bem como fomentando seu ingresso em cursos de pós-graduação na Instituição.

Como estratégias de apoio ao corpo discente, destacam-se:

Assim, o Programa de Financiamento e Bolsas a alunos Carentes é mais uma das estratégias utilizadas pela IES, pois pretende ser um instrumento capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico ao discente com limitações financeiras acentuadas, otimizando sua qualidade de vida. Contudo, a política de inclusão de maior relevo consubstancia-se financiamentos Institucionais (interno e externo), como o PROUNI, FIES e PRAVALER, Crédito Educativo interno e Programa de Descontos Diferenciados (Convênios).

Por fim, tem-se ainda a isenção de taxas, estágio remunerado, bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão.

- Financiamentos Institucionais Externos e Internos, visando subsidiar os estudos dos alunos mais carentes. A IES utilizará como recurso as fontes de financiamento oferecidas pelo poder público e também recursos próprios, alocados pela instituição, considerando previamente a sua disponibilidade financeira. No que diz respeito ao financiamento externo, são utilizados recursos do PROUNI, por meio da oferta de bolsas de estudo de 25% a 100%, dentro das regras definidas pelo MEC, FIES e PRAVALER e Programa de Descontos diferenciados por meio de convênios institucionais.

O IFES, propiciará os seguintes benefícios, sempre condicionado aos regulamentos internos e à viabilidade financeira e orçamentária da instituição:

- Crédito Educativo interno e externo - financiamento que atinge um percentual de até

35% do valor da mensalidade;

- Programa de Bolsas de Estudos (Bolsa Empresarial) – informa aos empresários os benefícios facultados pela Lei nº 9.249, de 26.12.95 (Art. 13 § 20,11), permitindo o abatimento das doações efetuadas às instituições de utilidade pública no Imposto de Renda;
- Bolsa de Trabalho – habilita-se o estudante regularmente matriculado na IES que seja comprovadamente carente de recursos financeiros e não possua vínculos empregatícios e esteja cadastrado no Programa Bolsa de Trabalho. Os bolsistas recebem mensalmente uma bolsa de até 50% do valor da mensalidade, abatida diretamente na mesma.

Além destes, são mobilizados outros incentivos visando o estímulo a permanência do aluno na IES e ao seu desenvolvimento acadêmico:

- Isenção de Taxas – o setor diretamente envolvido com a seleção e o ingresso de discentes oferecerá aos funcionários (filhos de funcionários/ dependentes comprovados) e demais candidatos que apresentarem insuficiência de recursos financeiros, isenção de taxa de inscrição no Concurso Vestibular.
- Bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão – Objetiva articulação do processo ensino/ aprendizagem, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos desenvolvidos pela Instituição. A bolsa de monitoria tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem aptidão pela docência. A bolsa de iniciação científica tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem interesse e aptidão pela carreira científica, através da participação em projetos de pesquisa. A **bolsa de extensão** contempla a participação dos alunos em atividades de extensão do Instituto. Estas modalidades de bolsas serão operacionalizadas pela Coordenação de Pesquisa e Extensão (CONEX), tendo como suporte financeiro o Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/ FAPE.

Como foi citado anteriormente, com o intuito de orientar os discentes no que diz respeito à vida escolar, como notas, desempenho, trabalhos, provas e frequência; além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente no que diz respeito a problemas de aprendizagem, o IFES possui uma Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente (CAP) e a essa coordenação articula-se o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente (NUPAD).

O NUPAD tem por objetivos: apoiar e orientar o educando em sua trajetória

acadêmica, instrumentalizando-o para construção/ reconstrução do conhecimento e para formação de novos saberes, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação consciente do profissional junto ao mundo do trabalho; analisar e encaminhar as demandas dos alunos no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem e/ ou financeiras; implementar o programa de Nivelamento Acadêmico que possibilite ao educando condições de equidade e prosseguimento de estudos; orientar os alunos na organização dos diretórios estudantis ou acadêmicos; implementar ações que visem acompanhar os egressos dos cursos da instituição, e desses resultados retroalimentar as propostas pedagógicas dos cursos; fomentar a iniciação científica como princípio pedagógico e educativo dos discentes.

O NUPAD é coordenado por um profissional com formação na área de Pedagogia, que terá como suporte os Coordenadores de curso da Faculdade, assim como, dos professores do curso. O atendimento é realizado em horários disponibilizados para este fim.

As principais ações desenvolvidas e orientadas pelo NUPAD são as seguintes:

- A. Atendimento extraclasse - o atendimento extraclasse aos alunos é realizado pela coordenadoria de curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, assim como pelo NUPAD.
- B. Fomento a organização Estudantil - o corpo discente tem como órgão de representação o diretório acadêmico, regido por estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente. A representação estudantil tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento do IFES. Ao diretório acadêmico compete indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, junto aos órgãos colegiados do IFES, vedada a acumulação. Aplicam-se aos representantes estudantis nos órgãos colegiados as seguintes disposições:
 - São elegíveis os alunos regulares, matriculados em, pelo menos, 3 (três) disciplinas, importando a perda dessas condições em perda do mandato; e,
 - O exercício da representação não exige o aluno do cumprimento de suas obrigações escolares.
- C. Programa de Nivelamento acadêmico - O IFES busca minimizar as deficiências de formação dos alunos ingressantes na Faculdade por meio de cursos de nivelamento. O Programa de Nivelamento Acadêmico atua junto aos alunos ingressantes nos cursos de Graduação da IES que apresentam dificuldades diversas, detectadas por meio do processo seletivo de acesso ao ensino superior e durante as primeiras semanas de aula. Nesse sentido, são oferecidos cursos de Nivelamento nas áreas de Português,

Matemática e Química, disciplinas básicas que são apontadas pelas Coordenadorias e Docentes como fundamentais. Dentre as atividades que compõe o Programa de Nivelamento Acadêmico, destacam-se: Acompanhamento individualizado ao estudante em horários alternativos; Plantão tira dúvidas; Plano de trabalho direcionado as dificuldades detectadas, desenvolvido pelos docentes, com apoio da CAP; Intervenção psicopedagogia; Aulas de reforço em horário especial; Atendimento Extraclasse – realizado pela Coordenadoria de Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo NUPAD. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo aos alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e àqueles que necessitam de reforço dos conhecimentos básicos adquiridos no ensino médio. Além disso, serão desenvolvidas turmas de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso. De modo análogo, o IFES propiciará orientação aos alunos que apresentem dificuldades, detectadas por meio do processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas do núcleo básico de cada curso.

D. Programa de acompanhamento de Egressos (PAE) – O IFES compreende ser de grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de Graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos seus concluintes. Assim, a Instituição manterá o Programa de Educação Continuada em constante sintonia às necessidades de aperfeiçoamento e atualização encontradas na prática profissional dos egressos. Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois representa uma alternativa de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos. Para a Instituição, essa interação é também importante, pois traz enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto relevante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos, tanto por depoimentos, como pela resolução do questionário Comissão Própria de Avaliação (CPA), uma vez que, por meio do formulário, tem-se o diagnóstico da vida profissional do egresso, bem como seu desempenho em concursos, seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros. Tem-se, inclusive, pela resolução do questionário, o entendimento sobre o nível de satisfação dos egressos, a avaliação da qualidade do ensino e adequação dos currículos, nos

permitindo levantar e analisar trajetórias profissionais, bem como acompanhar o interesse por estudos de educação continuada (cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*).

Deste modo, o IFES, em concordância com o texto constitucional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/ 96), compreende que a educação superior tem como finalidade precípua a preparação para o trabalho. Nesse sentido, entende como uma dimensão fundamental na avaliação da qualidade de qualquer instituição educacional, a empregabilidade de seus egressos, ou seja, a qualidade da preparação para o trabalho que lhe foi ofertada na academia.

Ressalta-se que todas as contribuições prestadas pelos egressos serão valorizadas, inclusive com medidas de incentivo e apoio, como permissão para uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos e outros, vinculadas ao Programa de Formação Continuada.

Destaca-se que o contato direto e permanente com os egressos é desenvolvido por um sistema *on-line* (site e redes sociais), através do PAE.

Por meio do PAE, o egresso é informado sobre notícias da sua área de formação, do âmbito científico-técnico, de eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), de atividades de formação continuada, oportunidades de emprego e pós-graduação. A Instituição pretende ainda criar ambientes virtuais de aprendizagem e intercâmbio de informações, como *chats*, listas de discussão e *sites* interativos.

2.17 Nivelamento

O IFES, como Instituição de Ensino Superior, proporciona atenção integral ao corpo discente, flexibilizando o atendimento individual quanto a fragilidades de conteúdos que não foram potencializados na formação de Educação Básica, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Química. Tais conteúdos, mostram-se fundamentais na aquisição dos saberes curriculares vislumbrados na formação.

Assim é que o Programa de Nivelamento Acadêmico, ofertado pela CAP – Coordenação de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes, tem por meta identificar os discentes com formação frágil nas áreas de conhecimento aqui evidenciadas, sistematizando um atendimento, aos sábados, capaz de equalizar saberes em sala de aula, com vistas a superar os obstáculos intelectuais, que são inibidores do pleno desenvolvimento do processo

de formação/ educacional, garantindo permanência e socialização na IES.

O Programa oportuniza a interface entre o conhecimento teórico e a prática, utilizando-se da metodologia ativa para problematizar, por desafios, os saberes curriculares das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Química, seguindo o modelo ENADE de questões. O que proporciona apoio às atividades de sala de aula, denotando crescimento na participação discente em suas experiências acadêmicas convencionais.

O Programa é ofertado gratuitamente aos alunos matriculados no 1º período de cada Curso Superior da IES. Ao final das atividades de Nivelamento, o aluno recebe certificado das horas trabalhadas, podendo ser usadas para abono de horas complementares.

3 INFRAESTRUTURA FÍSICA

3.1. Instalações Gerais

O IFES dispõe de uma área com cerca de, 6.756,45 m², localizado no endereço Rua Rio Branco 216, Centro – São Luís – MA. Todas as dependências do imóvel foram adequadas em seus acessos e áreas internas para melhor atender ao Decreto 5.296/04, facilitando o acesso e uso das instalações por portadores de necessidades especiais. Nas proximidades da instituição já se encontra instalado um bom setor de serviços, contando com lanchonetes, livrarias, papelarias, restaurantes e *self-service*.

Todas as dependências do IFES estão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas curriculares dos cursos da instituição.

As especificações de serventias obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências são de uso privativo do corpo docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

Os ambientes atendem as exigências específicas do ensino superior, são amplos e com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades dos cursos

projetados pelo IFES. No que diz respeito à dimensão providenciou-se espaço físico adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividades desenvolvidas na instituição.

O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se equipamentos, sempre que necessário.

O Instituto prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira e móveis sem poeira.

Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca, nas salas de estudo etc.

As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso a instituição mantém pessoal adequado e material de limpeza disponível.

As plantas das instalações encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais.

3.2. Instalações administrativas

Para realizar o atendimento de alunos e visitantes foi destinada uma sala de secretaria Geral com cerca de 36,70m², uma secretaria de apoio com 18,00m² e outra sala contígua, mas de acesso restrito, com cerca de 23m², para registro de notas e arquivos administrativos e pedagógicos.

São destinadas 03 (três) salas com cerca de 10,20m² cada, sendo uma disponível para atendimentos psicopedagógicos, outra para reuniões com a Comissão Própria de Avaliação – conforme exigência do INEP -, e outra para o técnico de informática.

A IES dispõe ainda de salas específicas para o diretor geral, diretor acadêmico e diretor administrativo-financeiro, conforme quadro abaixo:

Quadro 6: Demonstrativo das Instalações Administrativas do IFES

DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Secretaria Geral	36,70	8:00 às 22:00
Secretaria de apoio	18,00	8:00 às 22:00
Sala para registro de notas e arquivos	23,00	8:00 às 22:00
Biblioteca	368,25	8:00 às 22:00
Tesouraria/Protocolo	12,20	8:00 às 22:00
Sala de espera/recepção	41,20	8:00 às 22:00

Sala para atendimentos psicopedagógicos	10,20	8:00 às 12 e 16:00 às 20:00
Sala de Reuniões	30,65	
Sala para o Técnico de Informática / NTI	35,29	8:00 às 22:00
01 – Sala climatizada para o Diretor Geral	26.50	8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00
01 – Sala climatizada para o Diretor Administrativo e Financeiro	15.90	8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00
01 – Sala climatizada para o Diretor Acadêmico	15.60	8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00

Fonte: Direção Administrativa/IFES (2016)

3.3. Instalações para docentes e Coordenação do Curso

Visando proporcionar um ambiente de trabalho favorável e confortável, o quadro docente dispõe de uma sala reservada, com 92,19 m², que será expandida à medida das necessidades e em função do crescimento da Faculdade, devidamente climatizada, e equipada com computador de última geração com acesso a Internet banda larga (*Wireless*), sofás de apoio, mesas para reuniões em grupo e 08 (oito) salas menores para trabalho e atendimentos individuais (gabinete de trabalho). São destinados também 02 (dois) banheiros para uso exclusivo dos professores, sendo um masculino e um feminino.

A infraestrutura da Faculdade está formatada para abranger as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme necessidades específicas dessas atividades. Portanto, dispõe de 05 (cinco) Gabinetes de trabalho para Professores Tempo Integral, equipados com mobiliários de apoio como Computadores, aparelhos de ar condicionado, 04 Mesas redondas, uma mesa grande de reunião, sofá, frigobar, 20 cadeiras. Estes espaços contam ainda com limpeza, boa iluminação, acessibilidade para pacientes portadores de necessidades especiais, conservação e comodidade. O IFES assume a responsabilidade pela constante adequação destes gabinetes conforme necessidade que decorrerá com o andamento do curso.

A faculdade dispõe de salas específicas para coordenação de curso. Para o Curso de Ciências Contábeis, a sala da coordenação dispõe de uma área com cerca de 17,69m², devidamente instalada e equipada de forma a subsidiar as atividades administrativas e o atendimento a docentes, discentes e visitantes da instituição de ensino, seja individualmente, ou em reuniões.

A IES conta ainda com sala de reuniões para o NDE, com ambiente climatizado e equipada com mesa de reuniões, cadeiras, armários para guarda de arquivos, documentos e materiais de expediente.

Quadro 7: Sala de reunião do NDE

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
01 – Sala climatizada	92,19m ²	7:30 às 22:00
01 – Gabinete de trabalho	5.40	7:30 às 22:00
02 – Banheiros exclusivos	3.60	
01 – Sala climatizada para o Coordenador	17.69	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
1 – Sala para o Núcleo Docente Estruturante – NDE	10.20	
08 - Gabinetes para Professores em TI	8.40	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00

Fonte: Direção Administrativa/IFES (2016)

3.4. Salas de aula

A infraestrutura da Faculdade está formatada especificamente para atividades de ensino, dispondo inicialmente de 35 salas de aula com área média entre 54m² e 70m² cada, devidamente climatizadas, com iluminação adequada e com quadros brancos. Os alunos dispõem de carteiras individuais, reservado o espaço de 1m² por aluno, dispondo também de acesso à Internet banda-larga via rede Wireless, além do acesso através da intranet do IFES, aos bancos de dados, artigos eletrônicos e ao acervo da biblioteca.

Ao professor reserva-se uma mesa de trabalho, cadeira acolchoada tipo Diretor, quadro branco e data show fixo.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A IES conta com quatro laboratórios de informática, divididos da seguinte forma:

- Laboratório 01: com 38 computadores com internet banda larga;
- Laboratório 02: com 15 computadores também com banda larga;
- Laboratório 03: com 10 terminais, com acesso a internet banda larga.
- Laboratório 04: com 25 computadores, específico para os alunos de Ciências Contábeis, com software específico da área como: Software Contábil Sage, Calima ERP Contábil.

Além destes, a IES conta com outros terminais para consulta de atendimento ao aluno, localizados na biblioteca, totalizando 67 terminais. A IES disponibiliza ainda acesso a

rede wifi em suas instalações para todos os estudantes, que, deste modo, podem acessar a rede de qualquer ponto da IES, por meio de dispositivos móveis e notebooks.

Quadro 8: Especificação da Informática

ESPECIFICAÇÃO	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
LABORATÓRIO PRINCIPAL (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	COMPUTADORES	36
	LICENÇAS WIN VISTA HOME	27
	LICENÇAS WIN SEVEN HOME	6
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	27
	OFFICE 2010 HOME STUDENT	6
LABORATÓRIO 2 (1º ANDAR) (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	COMPUTADORES	15
	LICENÇAS WIN SEVEN HOME	15
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	15
LABORATÓRIO 4	<u>Software Contábil FORTIS.</u>	50
LABORATÓRIO 3 BIBLIOTECA (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	COMPUTADORES	10
	O. S. LINUX - UBUNTU	6
	LICENÇAS WIN SEVEN HOME	4
	BR OFFICE	6
	OFFICE 2010 HOME STUDENT	4
TERMINAL CONSULTA BIBLIOTECA	COMPUTADORES	3
	O.S. LINUX - UBUNTU	3
BIBLIOTECA ATENDIMENTO AO ALUNO	COMPUTADORES	3
	LICENÇA WINXP	1
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	1
	BR OFFICE 2	
	O.S. LINUX - UBUNTU	2
	PONTOS DE REDE WIFI	4
	DATASHOW (comp/tc/ms/som/DVD-RW)	20
	TELEVISÕES 29"	3
	TELEVISÕES 42"	1
	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	2
	MICROFONE	2
	APARELHO DE DVD	2
	SERVIDOR SISTEMA ACADÊMICO	1
	SERVIDOR DE E-MAIL	1
	SERVIDOR DE ARQUIVO/DHCP	1
	CFTV	1
	LINK FAULT 4MB	1
	LINK FAULT 1MB (administrativo)	1
	COMPUTADORES ADMINISTRATIVO	44
	IMPRESSORAS COLOR	6
IMPRESSORA LASER	11	
PARQUE TOTAL DE COMPUTADORES EM REDE	111	

Fonte: Direção Administrativa/IFES (2016)

3.6. Biblioteca

Para armazenar e disponibilizar o acervo bibliográfico da instituição, reserva-se uma área de biblioteca apropriada a atividades de estudo individual, à pesquisa e à reunião de grupos de estudo, com cerca de 368,25 m², dispondo internamente de uma área (balcão fechado) para atendimento técnico-administrativo referente à recepção e entrega de livros, devidamente catalogados e cadastrados pela bibliotecária em sistema gerencial específico com código de barras.

Serão disponibilizados, inicialmente, 22 computadores para a consulta à base de dados do acervo da biblioteca por parte dos alunos, os quais terão livre acesso ao mesmo, que irá contar, inicialmente, com 9.775 livros (dispostos em estantes adequadas), 274 revistas/periódicos científicos e 192 CDS, fitas de vídeo/DVD

À biblioteca reserva-se, também, 02 bancadas de estudos individuais com 06 posições (bairas) cada, 06 salas fechadas para estudos em grupo, 18 mesas de quatro lugares para estudos em grupo na área comum da biblioteca.

A expansão do acervo será feita na proporção de pelo menos 01 (um) livro da bibliografia básica para cada 9 (nove) alunos e a atualização será feita anualmente, de acordo com solicitação formal do corpo docente.

No tocante ao plano de expansão da IES, a biblioteca passará por ampliação do seu espaço físico a fim de atender a demanda de alunos e ascensão da faculdade em razão da grande procura por seus cursos. As ampliações fazem parte do plano de expansão institucional elaborado para atender as metas especificadas no PDI no período de 2016 a 2019.

Quadro 9: Infraestrutura da Biblioteca

INFRAESTRUTURA	Área	Capacidade
Disponibilização do Acervo	26 m ²	10.000 livros
Leitura	74 m ²	60 alunos
Estudo individual	12 m ²	12 alunos
Estudo em grupo	12 m ²	04 alunos/sala
Acesso a Internet	3m ²	11 comp.
Circulação	9m ²	-

Fonte: Diretoria Administrativa/IFES (2016)

O acervo da biblioteca do IFES é totalmente disponibilizado ao usuário, sendo que todo acervo classificado, uma vez tombado, é disponibilizado aos usuários da biblioteca. Disponibiliza aos discentes um ambiente adequado ao estudo individual, num total de 12 unidades e previsão de expansão de mais quinze posições para estudos individuais.

Analogamente, a biblioteca do instituto conta com instalações específicas adequadas para estudos de grupos, num total de 06 salas e previsão de expansão de mais cinco ambientes. Funcionará de segunda a sexta-feira em horário integral, das 08:00h às 22:00h, e aos sábados, das 08:00h às 12:00h.

3.6.1. Política de atualização do acervo

A ampliação e atualização do acervo de livros e periódicos é feita através de orçamento anual e desembolso mensal, mediante a informação do corpo docente e demandas específicas, centralizadas através da bibliotecária, que promove a aquisição e renovação periódica do acervo. O IFES conta, em seu orçamento, com uma rubrica que possibilita a reposição mensal, à qual se soma a aquisição semestral.

O aspecto qualitativo dos acervos é avaliado pelos especialistas das áreas na Instituição, com o acompanhamento da literatura especializada existente e produzida, adaptando-se às características do curso, às condições de acesso dos estudantes a esta literatura quanto ao domínio de conhecimentos e terminologias mais atualizadas na área.

A política de aquisição de acervos determinar-se-á pelos aspectos qualitativos e quantitativos, possibilitando acesso à bibliografia básica do curso, em número e conteúdo.

A ampliação do acervo ocorre gradativamente de acordo com o crescimento do número de alunos e a necessidade de atualização do acervo da área, com planejamento de expansão anual, em títulos novos, edições novas e número de exemplares complementares.

Com a política de aquisição, o número de exemplares define-se a partir dos parâmetros estabelecidos pelo MEC para cada curso de graduação, além de livros mais especializados para os professores e para os alunos de pós-graduação, quando houver.

O acervo bibliográfico é constantemente atualizado, por indicação dos professores, por solicitação dos NDE's ou colegiado dos cursos ou por sugestão de alunos, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos das disciplinas que compõem as diretrizes curriculares dos cursos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de

extensão e de iniciação científica.

3.6.2. Acervo Geral

A biblioteca oferece aos alunos do Curso de Ciências Contábeis acesso a periódicos impressos e on-line e indexados a bases de dados gratuitas que podem ser acessadas dos terminais da biblioteca ou por meio do site do Instituto no link da biblioteca. Os periódicos especializados disponíveis para a área de Administração encontram-se listados abaixo:

Acesso gratuito

- ConTexto: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade
- BASE: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos
- RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia
- Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade
- Revista Contabilidade da UFBA
- Revista Contemporânea em Contabilidade
- Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace
- Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade
- Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade
- Revista de Contabilidade & Controladoria
- Revista Mineira de Contabilidade
- Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão
- TAC: Tecnologias de Administração e Contabilidade
- Revista Administração em Diálogo
- Revista de Administração da USP – RAUSP
- Revista de Administração de Empresa – FGV
- Revista de Administração e Inovação – RAI
- Revista de Administração Mackenzie
- Revista de Administração Pública – RAP
- Revista Gestão Organizacional
- Faces: Revista de Administração
- Contabilidade, Gestão e Governança
- RAC Eletrônica
- Revista Gestão & Tecnologia
- Revista de Gestão- REGE

b) Revista impressas

- Revista Síntese- Dir. Administrativo
- Revista Síntese- Estudos Tributários
- Revista Síntese- Direito Previdenciário
- Revista Síntese- Direito Público

Abaixo, quadro demonstrativo com o quantitativo de periódicos especializados disponíveis na biblioteca por curso:

Quadro 10 - Acervos de Periódicos

CURSO	ACERVO DE PERIÓDICOS			Total
	Impressos	Online	Base gratuita	
Ciências Contábeis	4	25		29

Fonte: Diretoria Administrativa/IFES (2016)

3.6.3. Informatização da biblioteca e serviços

A biblioteca encontra-se totalmente informatizada e integrada com o sistema de processamento de dados do Instituto. Nas dependências da biblioteca encontram-se onze equipamentos disponíveis aos usuários para consultar o acervo e realizar pesquisas associadas.

A biblioteca oferece aos seus usuários bases de dados de acesso livre, estando previsto em seu orçamento a aquisição de novas bases, ao longo do curso de graduação.

Podem inscrever-se na biblioteca os alunos, professores e funcionários do Instituto.

A inscrição é feita na Recepção da Biblioteca, mediante a apresentação do cartão de matrícula, carteira funcional ou carteira de identidade.

A biblioteca oferece os seguintes serviços de acesso à informação:

- Serviço de referência – Atendimento direto ao usuário: orientação no uso do sistema de bibliotecas, disseminação seletiva da informação, orientação na elaboração de referências bibliográficas e na apresentação normativa de trabalhos acadêmicos, produção de ficha catalográfica para trabalhos de conclusão de curso.
- Empréstimo – local e domiciliar
- Serviço de comutação bibliográfica – Possibilita o fornecimento de cópias de artigos de periódicos existentes em outras Bibliotecas do território nacional.
- Internet – onze computadores para acesso à Internet.
- Acesso a base de dados.

Para consulta, pesquisa ou empréstimo, o usuário deverá utilizar-se dos terminais

de consulta e dirigir-se ao balcão para solicitar o material selecionado. O acesso às estantes é fechado, somente os docentes e pessoal técnico da biblioteca tem acesso direto. O usuário poderá solicitar renovação do empréstimo, caso não haja reserva do material.

O acervo de livros está agrupado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Os periódicos estão agrupados em ordem alfabética de título. Os multimeios (CD-ROM, Fitas de vídeo e DVDs) devem ser solicitados no balcão. A biblioteca disponibiliza de serviço de orientação bibliográfica, além de suporte para digitação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT.

3.6.4. Pessoal Técnico-administrativo

A biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior conta com 01 bibliotecária contratada em regime de tempo integral, 01 bibliotecária auxiliar em regime parcial e 02 auxiliares de biblioteca. Compete à bibliotecária-chefe, a administração e atualização da biblioteca, de seu acervo, bem como a integração da unidade com os seus usuários, discentes, docentes e/ou pessoal técnico e administrativo.

3.7. Condições de acesso para pessoas com necessidades especiais

Atendendo às exigências da Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que revoga a Portaria nº 1.679/99, e dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e, de credenciamento de instituições, o Instituto Florence de Ensino Superior tem como uma de suas prioridades, a integração da pessoa com deficiência, garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços que oferece à comunidade.

Preocupada em garantir aos alunos com necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a instituição está cuidando para que suas instalações físicas sejam pertinentes a tal objetivo.

Tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída, está adaptada de acordo com as seguintes preocupações básicas:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para permitir o acesso do estudante com necessidades especiais aos espaços de uso coletivo da Faculdade;
- Vagas em estacionamentos nas proximidades da Faculdade e em estacionamento próprio;
- Banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;

Além disso, a instituição se compromete em prover infraestrutura para proporcionar, caso seja solicitado pela pessoa com deficiência, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para alunos com deficiência visual e auditiva, nas seguintes condições:

- Para alunos com deficiência visual:
 - ✓ Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz;
 - ✓ Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
 - ✓ Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
 - ✓ Software de ampliação de tela do computador;
 - ✓ Lupas e régua de leitura;
 - ✓ Scanner acoplado a computador; e
 - ✓ Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.
- Para alunos com deficiência auditiva:
 - ✓ Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
 - ✓ Flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
 - ✓ Iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa; e
 - ✓ Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

De forma a propiciar um atendimento diferenciado a pessoas com deficiência física, em conformidade com o Decreto 5.296/04, serão reservados aos mesmos um banheiro específico, áreas especiais para acesso às instalações da instituição (através de rampas e/ou elevadores) e divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas

com deficiência ou com mobilidade reduzida. Abaixo, quadro com instalações voltadas para pessoas com deficiências físicas.

Quadro 11 - Instalações e Equipamentos para portadores de Necessidades Especiais/Física

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Banheiro específico para portadores de deficiência física/05 (banheiros)	4,0
EQUIPAMENTOS	ÁREA (M²)
01 – Elevador	3,79

Fonte: Diretoria Administrativa/IFES (2016)

3.8. Instalações e infraestrutura de serviços

3.8.1. Instalações sanitárias e vestiários

Reserva-se banheiros para alunos (07 conjuntos femininos com 8.5m² cada, e 07 masculinos, com 8.5m² cada), além de 02 vestiários masculinos com 04 cabines de 22.50m² e feminino com 05 cabines de 22.50m² e lavatórios para o pessoal de apoio e serviços gerais, conforme quadro abaixo:

Quadro 12: Instalações – Banheiros e Vestiário

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Banheiros para alunos – Conjunto masculino (06 banheiros)	8.50
Banheiros para alunos – Conjunto masculino (02 banheiros)	9,50
Banheiros para alunos – Conjunto feminino (07 banheiros)	8.50
Banheiros para alunos – Conjunto feminino (02 banheiros)	9,50
Vestiário Masculino -04 cabines/banheiro	22.50
Vestiário Feminino – 05 cabines/banheiro	22.50
Banheiros/lavatórios para apoio e serviços gerais	5.00

Fonte: Diretoria Administrativa/IFES (2016)

3.8.2. Áreas de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais

A Faculdade conta com área de convivência, com cerca de 111,50m², arejado e, decorado de forma a proporcionar um ambiente de descontração e sociabilização por parte de alunos, professores e funcionários da instituição.

3.8.3. Infraestruturas de alimentação e de outros serviços

O Instituto Florence de Ensino Superior conta com serviços próprios e terceirizados para a manutenção e conservação das instalações físicas e conservação dos equipamentos. Disponibiliza para toda a comunidade acadêmica serviços terceirizados de reprografia (com respeito às leis de propriedade intelectual), lanchonete e telefones públicos, áreas para depósito e almoxarifado e elevadores para pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, conforme quadro abaixo:

Quadro 13: Alimentação e outros serviços

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Lanchonete	41.76
Reprografia (06 máquinas)	41.70
Telefones Públicos	79.73
Área de depósitos	11.19
Almoxarifado/estoque	8.81
Elevador/plataforma	3.79
Elevador/comum	1,50

Fonte: Diretoria Administrativa/IFES (2016)

3.9. Resumo geral das instalações

Quadro 14: Resumos das Instalações

INFRAESTRUTURA FÍSICA	QUANTIDADE	ÁREA (M²)
ÁREA DE LAZER	1	111.50
BANHEIROS FEMININOS	7	8.5 (cada)
BANHEIROS MASCULINOS	7	8.5 (cada)

BIBLIOTECA	1	368,25
INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	10	18.22 (cada)
SALAS DE AULA	43	54 (cada)
SALA DE COORDENAÇÃO	4	10 (cada)
SALA DE DOCENTE	1	30
SALA DE NDE/ CONSEP/ CONSUP	4	10.20 (cada)
SALA DO NUPES/ SALA DA COORD. DE MONOGRAFIA	1	10.20
SALA DA CPA/ SALA DA CAP	1	10.20
SALA DA OUVIDORIA	1	10.20
SALA DO NPD	1	35.29
SALA DE DIREÇÃO	4	10.00 (cada)
LANCHONETE	1	41.76
REPROGRAFIA	1	41.70
VESTIÁRIO FEMININO (5 CABINES)	1	22.50
VESTIÁRIO MASCULINO (4 CABINES)	1	22.50
DEPÓSITOS	4	11.19 (cada)
ALMOXARIFADO	1	8.81
ELEVADOR	1	3.79
LAVATÓRIOS PARA O PESSOAL DE APOIO E SERVIÇOS GERAIS	1	5.0
TELEFONES PÚBLICOS	1	79.73

APÊNDICES 1

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1 APRESENTAÇÃO

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação das competências e habilidades profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, por meio de práticas supervisionada em ambiente e situações reais de trabalho, e integra o itinerário formativo do estudante.

Cumpra salientar que observa-se a distinção entre *estágio curricular obrigatório*, que se constitui como componente curricular obrigatório no âmbito do currículo pleno do curso, sendo sua oferta de responsabilidade da instituição de ensino, e o *estágio curricular não-obrigatório*, de natureza opcional, que compreende atividades de inserção profissional supervisionada. Os estágios não-obrigatórios, por sua vez, podem ser aproveitados como atividades complementares, desde que respeitadas as normas do curso de graduação em Ciências Contábeis.

Para início, desenvolvimento e término do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, faz-se necessário observar aspectos pedagógicos, administrativos e legais que fazem parte da constituição da disciplina de estágio, pois a não observância acarretará prejuízos na formação discente e mesmo à própria IES.

2 ASPECTOS LEGAIS DO ESTÁGIO

2.1.1 LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II - DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III - DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV - DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

2 ASPECTOS ACADÊMICOS DO ESTÁGIO

CAPITULO V – DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Art. 15. Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, determina no Art. 7º, que o Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Neste sentido, os estágios curriculares supervisionados, serão realizados, sob a supervisão de profissionais habilitados/docentes do curso, em Instituições conveniadas, sendo requisito obrigatório para a conclusão do curso de graduação.

Art. 16. No caso específico do Curso de Ciências Contábeis do IFES, terá a duração de 670 horas e ocorrerá a partir do 7º semestre do curso, ocupando pelo menos 20% da carga horária letiva.

Quadro 3 – Estruturação do Estágio Supervisionado

PERÍODO	CH	DISCIPLINA	ÁREA	LOCAL
7º	330	Estágio Supervisionado I	Contabilidade Pública	Em instituições públicas conveniadas com o IFES.
8º	340	Estágio Supervisionado II	Contabilidade Privada	Em instituições privadas conveniadas com o IFES, ou na própria instituição.

Art. 17. O estágio curricular tem como princípio proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário, assim como:

- Somar ao processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e fomentar a busca do aprimoramento pessoal e profissional.

- Atenuar o impacto da transição da vida acadêmica para a vida profissional, abrindo ao estágio mais oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade.
- Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às conteúdos inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas.
- Incentivar o desenvolvimento das potencialidades coletivas e individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externo, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.
- Promover a integração do Instituto Florence/Curso - Mercado de Trabalho – Comunidade.
- Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino – (aprender e ensinar).
- Compreender e conhecer o grau de flexibilidade permitida entre teoria e prática.
- Oportunizar ao aluno, contatos profissionais que permitam seu ingresso no mercado de trabalho.

Art. 18 Nos Estágios Supervisionados I e II, visando melhor acompanhamento e direcionamento das atividades os alunos serão divididos em grupos. E após cronograma serão direcionados para instituições específicas previamente selecionadas e setores específicos da administração de acordo com a estrutura organizacional de cada instituição/campo de estágio.

Art. 19 O estágio supervisionado será realizado em estabelecimentos públicos e privados, conveniados com o Instituto Florence de Ensino Superior, que ofereçam em suas dependências plenas condições de oferta e acompanhamento das atividades de estágio, em termos de infraestrutura e pessoal e em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e a legislação vigente, e mediante a assinatura de termo de compromisso entre o estagiário, a coordenação do curso e a instituição concedente, definindo as garantias e responsabilidades de cada ente. O estagiário será acompanhado por um supervisor docente, pertencente ao quadro de professores do curso, e por um supervisor técnico, pertencente ao quadro de pessoal do estabelecimento em que será realizado o estágio.

Art. 20 As atividades de estágio do curso, assim como a elaboração de instrumentos de acompanhamento e avaliação, serão de responsabilidade da coordenação do curso, em conjunto com os professores do curso, responsáveis pela supervisão de estágio. Dentre os professores do curso, será indicado um coordenador de estágio, responsável por articular e acompanhar diretamente as atividades de estágio, junto à coordenação do curso.

§ 1º Compete à supervisão acompanhar todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário, garantindo-lhes plenas condições de aprendizagem por meio do exercício da prática profissional em ambiente real e em situações simuladas, assim como o cumprimento integral do seu plano de atividades. Ao término de cada etapa do estágio supervisionado, o estagiário deverá produzir relatório reflexivo das atividades desenvolvidas em campo, demonstrando articulação das atividades práticas com os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso, demonstrando o desenvolvimento das competências técnico-profissionais em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso, o qual deverá ser encaminhado para a avaliação do supervisor docente, assim como todo o instrumental de acompanhamento e avaliação do supervisor técnico.

§ 2º A avaliação do estágio levará em conta o desempenho do estagiário em campo, atestado por meio de avaliação do supervisor técnico, e do desenvolvimento das competências técnico-profissionais, atestadas pelo supervisor docente por meio da análise do relatório de estágio e das fichas de acompanhamento e avaliação, assim como da observação do estagiário in loco, incidindo, principalmente, sobre os seguintes aspectos: Conhecimento técnico-científico, qualidade e produtividade, interesse, tomada de decisão, pontualidade, assiduidade, apresentação pessoal e responsabilidade.

§ 3º Para ser considerado aprovado, o estagiário deve obter nota final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades de estágio, conforme a carga horária prevista em cada etapa. Em caso de não aprovação, o aluno deverá repetir integralmente a etapa do estágio correspondente, sendo submetido a nova avaliação.

Art. 21 O NDE deverá elaborar normas específicas para o estágio supervisionado em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e a legislação vigente, assim como o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento deste componente curricular ao longo do curso. Caberá ao Colegiado do Curso aprovar as normas complementares de estágio curricular do Curso de Ciências Contábeis e pelo Conselho de ensino, pesquisa e Extensão (CONSEPE), em conformidade com o PDI e o Regimento Interno da Instituição.

Documentos necessários realização do Estágio:

TERMO DE CONVÊNIO: este documento é providenciado em três vias e obrigatório na oferta de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

TERMO DE COMPROMISSO: este documento é providenciado em três vias. Diz respeito, especialmente, ao compromisso assumido pelo (a) estagiário (a) e Instituição Formadora com Campo Concedente de Estágio;

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO (a) ESTAGIÁRIO (a): documento elaborado pela Coordenadoria Geral de Estágio, tendo como finalidade a apresentação do (a) estagiário (a) ao campo concedente de estágio;

APÓLICE DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS: certificado, com número específico, gerado pelo banco conveniado com o Instituto Florence de Ensino Superior, assegurando financeiramente o (a) estagiário (a) quanto aos acidentes pessoais, em meio à atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, bem como assegurando à sua família em caso de óbito;

TERMO DE DESISTÊNCIA DE ESTÁGIO: documento que deve ser preenchido pelo (a) estagiário (a) que receber encaminhamento de estágio pela Coordenadoria de Estágio do Instituto Florence de Ensino Superior e não puder, por qualquer razão, prosseguir, no período de oferta, com a atividade curricular;

MANUAL DE ESTÁGIO: guia elaborado pela Coordenação de Estágio do curso, tendo como objetivo nortear a ação discente no estágio;

PLANO DE ESTÁGIO: documento elaborado pelo (a) estagiário (a), com orientação da Coordenadoria de Estágio do Curso e Supervisor (a) de Estágio, constando o planejamento das atividades de estágio, respeitando a carga horária prevista para a atividade. Nele deve ser sistematizada a proposta de trabalho a ser desenvolvida pelo (a) estagiário (a);

AValiação DE ESTÁGIO: o (a) professor (a) supervisor (a) aplicará avaliação do desempenho discente através de ficha específica, valorizando toda a sistemática de estágio daquele período de oferta;

RELATÓRIO FINAL: constitui a última atividade de estágio. Segue o modelo ABNT de **NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.**

APENDICE 2

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC

Dispõe sobre normas da elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, do Instituto Florence de Ensino Superior.

A DIREÇÃO GERAL DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR, no uso das atribuições, em conformidade com a legislação em vigor e objetivando regulamentar os procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Instituto Florence de Ensino Superior, requisito indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Contábeis.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC consiste em uma pesquisa individual, orientada e apresentada sob forma de um trabalho (em formato de artigo científico), na área do curso de Contábeis escolhido pelo aluno.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tem por finalidade propiciar aos alunos do Curso de Contábeis a oportunidade de demonstrar o grau de conhecimento adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à pesquisa bibliográfica especializada e o aprimoramento da sua área específica.

Art. 4º São objetivos gerais do TCC:

- a) Ampliar o domínio específico dos alunos sobre um determinado tema relacionado a sua área de estudo;
- b) Favorecer a realização de uma síntese integradora de conhecimentos teóricos e práticos;
- c) Desenvolver e ampliar o espírito investigativo;
- d) Favorecer a reflexão sobre a prática profissional;
- e) Desenvolver habilidades que favoreçam a busca de alternativas criadoras no exercício da profissão;
- f) Desenvolver estudos e projetos interdisciplinares.
- g) Desenvolver a capacidade de escrever, como também de submeter e/ou publicar artigos nacionais e internacionais de acordo com as áreas do conhecimento.

CAPÍTULO II DO ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º O acompanhamento do TCC será feito pela comissão responsável, composta pelo Coordenador do Curso e Professor Responsável pela orientação, indicado pelo Coordenador do Curso de Contábeis.

- a) O TCC conforme decisão do NDE e aprovação do Colegiado do Curso ficaram definidas como sendo artigo científico.
- b) O TCC será orientado na disciplina de TCC no 6º período do curso correspondente à matriz vigente, e sua defesa será realizada no 8º período;
- c) O TCC será apresentado sob a forma de artigo científico, a ser elaborado pelo aluno sob orientação de um professor.

Art. 6º Compete aos professores de TCC:

- a) Acompanhar todas as atividades inerentes à realização dos trabalhos;
- b) Responsabilizar-se pelos trâmites perante a Secretaria da Coordenação do Curso, mantendo sempre informados a Comissão de artigo ou professores responsáveis pelo TCC;
- c) Atender aos alunos, individualmente ou em grupos, no que se refere às orientações de caráter geral, prazos, normas ou regulamentos;
- d) Organizar o processo de realização do TCC, elaborando o respectivo cronograma;

Art. 7º São atividades burocráticas de acompanhamento do TCC: comissão de artigo

- a) Abrir e manter atualizados o cadastro dos orientandos e orientadores;
- b) Providenciar as listagens de orientandos para fins de controle de presença às aulas de acompanhamento da disciplina TCC;
- c) Fazer Convocações e agendar reuniões.
- d) Elaborar a listagem dos orientadores credenciados;
- e) Encaminhar aos orientadores as relações dos alunos que lhes forem destinados;
- f) Manter diálogo com os orientadores, para discussão das atividades inerentes ao processo de orientação e ao adequado desenvolvimento do TCC;
- g) Garantir o processo de orientação dos alunos, inclusive no que tange à observância pelos orientadores, das reuniões presenciais com os orientandos;
- h) Garantir o cumprimento deste regulamento pelos orientadores e alunos;
- i) Decidir os casos omissos.

CAPÍTULO III

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 8º O processo de orientação para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido por professores do Curso de Graduação em Contábeis.

Art.9º Pode o orientador permitir que seus orientandos contem, excepcionalmente, com a colaboração, sem remuneração, de outro professor do Curso, ou de um docente de outra IES, que atuará como consultor e/ou co-orientador.

Art. 10º Cada professor, individualmente, deve orientar no máximo cinco (05) alunos, ressalvados o disposto no Art. 21 do presente regulamento.

Art. 11º A mudança de orientador, quando justificadamente requerida pelo orientando, implicando ou não mudança de tema, só será permitida quando outro docente aceitar formalmente a orientação, observando o disposto nos artigos 11 deste regulamento.

Parágrafo Único – A mudança de orientador poderá ocorrer, no prazo máximo de noventa dias antes da data prevista para a apresentação do trabalho, com as observâncias das restrições do caput do presente, sujeitando-se o orientando à realização de todas as etapas anteriormente realizadas, devidamente aceitas pelo novo orientador.

Art. 12º Compete ao orientador:

- a) Comparecer às reuniões convocadas pelo Coordenador do Curso ou pelo Professor responsável pela disciplina TCC;
- b) Convocar seus orientandos para reuniões de orientação geral, quando entender necessário, em horário previamente fixado, que não seja contemplado pela disciplina ministrada;
- c) Convocar reuniões individuais ou em grupos, quando os projetos enfocarem pontos em comuns, for conveniente o atendimento em grupo;
- d) Atender aos orientandos regularmente, conforme cronograma de reuniões;
- e) Comunicar através de comunicação oficial a Comissão de artigo os casos dos alunos que não atendem às convocações ou não cumpram prazos e tarefas;
- f) Revisar os trabalhos, recomendando as correções e complementações necessárias;
- g) Apresentar ao Coordenador do Curso e a Comissão de artigo a relação dos projetos e temas desenvolvidos, bem como eventuais alterações.

Art. 13º A responsabilidade pela elaboração do processo de TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar, adequadamente, conforme as normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

CAPÍTULO V DOS ORIENTANDOS

Art. 14º Considera-se orientando o aluno em processo de orientação para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Art. 15º Cabe ao aluno escolher o professor orientador entre os docentes do seu Curso de Graduação para essa tarefa.

Art. 16º O orientando poderá requerer, desde que devidamente fundamentado, até 180 (cento e oitenta) dias antes da data final de entrega do TCC, mudança de área, conforme o art. 13.

Art. 17º Compete ao orientando:

- a) Estar regularmente matriculado nas disciplinas de TCC, comparecer às reuniões convocadas por seu orientador, Coordenador do Curso ou comissão de artigo, devendo apresentar documento comprobatório para justificar eventuais faltas;
- b) Manter contato com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, quando convocado ou quando necessário;
- c) Cumprir o calendário acadêmico elaborado pelo setor responsável pelo artigo, Coordenação de Curso ou professor responsável para entrega de projeto, relatórios e versão final do Trabalho de Conclusão de Curso;
- d) Entregar, quando solicitado, ao orientador, relatórios sobre atividades desenvolvidas;

- e) Submeter todo o processo de constituição do TCC à revisão do orientador, tantas vezes quantas necessárias, assim como providenciar as modificações e acréscimos recomendados;
- f) Elaborar a versão final de seu Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo científico, de acordo com o presente Regulamento, as instruções de seu orientador, do Coordenador do Curso, do Setor responsável pelo artigo e/ou do Professor Responsável atendendo às normas estabelecidas, submetendo-o à revisão final.
- g) O aluno terá um prazo de 15(quinze) dias a contar da data da defesa do artigo para fazer as correções solicitadas pela banca.
- h) Entregar na Secretaria das Coordenações de Curso, 01 (uma) cópia em CD-ROM com arquivo em PDF do artigo a ser entregue na Biblioteca, após a aprovação final do Professor de TCC.

CAPÍTULO VI DOS PRÉ – REQUISITOS E DAS VAGAS

Art. 18 O número total de vagas, obrigatoriamente oferecidas para a orientação, com vistas à elaboração do TCC, deve ser igual ao número de alunos matriculados no último semestre dos cursos, tanto no período diurno como noturno, incluindo aqueles que ainda não obtiveram aprovação nesse componente curricular.

Art.19 O número de vagas para cada área e orientador obedecerá ao estabelecido no artigo 11, podendo o Coordenador do Curso, em situações especiais e justificadas, estabelecer, excepcionalmente, número maior de vagas para um orientador, nunca superior a 10(dez).

Parágrafo Único – O aumento excepcional de vagas não poderá ser imposto ao orientador, dependendo sempre de sua expressa concordância.

Art. 20 A designação dos orientadores pelo Coordenador do Curso observará a ordem de preferência dos alunos, até o preenchimento das vagas para cada orientador, adotando, para tanto, o critério da observância do aproveitamento escolar geral dos mesmos.

§ 1º Havendo empate, observar-se-á a maior média específica obtida na disciplina correlata ao tema escolhido pelo aluno.

§ 2º Consoante o critério acima exposto, o aluno que não for atendido em sua opção, poderá ser atendido através de designação do Coordenador do Curso entre orientadores disponíveis.

CAPÍTULO VII DO PROJETO DE TCC

Art. 21 O orientando elaborará seu projeto de acordo com este Regulamento e com as recomendações do seu professor orientador.

Parágrafo Único – A estrutura formal do projeto seguirá os critérios técnicos estabelecidos pelas normas vigentes da ABNT.

Art. 22 O projeto concluído será entregue ao professor orientador no prazo estipulado pelo cronograma que examinará, aprovando-o ou recomendando as mudanças que julguem pertinentes.

Art. 23 Aprovado o projeto, será vedada qualquer mudança de área e de tema, salvo nos casos e na forma prevista neste regulamento.

§ 1º Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo orientador.

§ 2º Situações supervenientes, que recomendem a mudança de tema ou de área, serão analisadas pela Comissão de artigo.

CAPÍTULO VIII DOS RELATÓRIOS PARCIAIS

Art. 24 Sempre que solicitado, o orientando deve entregar ao orientador, na forma e no prazo previamente definidos por este, relatórios parciais sobre o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, os quais devem conter informações detalhadas acerca das pesquisas, leituras e estudos realizados no período respectivo.

CAPÍTULO IX DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 25 O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser elaborado considerando-se:

- a) Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos pelas Normas vigentes da ABNT sobre documentação, ou outra quando a Instituição vier adotar e forem aplicáveis;
- b) No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 2º deste regulamento e a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área de eleição.

Art. 26 A estrutura do ARTIGO compõe-se de:

- a) Capa.
- b) Folha de rosto;
- c) Folha da Banca e aprovação;
- d) Agradecimentos (não obrigatórios);
- e) Dedicatória (opcional);
- f) Resumo em língua portuguesa e estrangeira;
- g) Sumário (índice);
- h) Introdução (que deverá conter: justificativa, relevância do tema, objeto e objetivo, método e recursos utilizados e etapas do trabalho);
- i) Desenvolvimento, contendo, necessariamente, a revisão bibliográfica e análise dos dados;
- j) Considerações Finais;
- k) Anexos (quando for o caso);
- l) Apêndices (quando for o caso);
- m) Referências Bibliográficas (bibliografia).

CAPÍTULO X DA BANCA DE TCC

Art. 27 Compete ao orientando entregar as 03 (três) vias do artigo, que deverão estar encadernadas, aos respectivos membros da banca examinadora (orientador, 1º examinador e 2º examinador), 10(dez) dias antes da defesa.

Art. 28 A banca examinadora será constituída pelo professor orientador e por dois outros professores indicados pela comissão de artigo, sendo que todos devem estar na linha de pesquisa do artigo.

Art. 29 Toda programação relativa à defesa do artigo será afixada nos murais da Instituição 30 dias antes da defesa, respondendo às tramitações legais desta IES.

DA AVALIAÇÃO

Art. 30 A nota final do TCC será a média aritmética entre as notas atribuídas ao processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, somada à média da Banca examinadora, dividido por dois. O aluno que não obtiver média final sete (07) será considerado reprovado.

Art. 31 A nota final do TCC será enviada ao Setor Responsável pelo ARTIGO que enviará à Secretaria Acadêmica para as respectivas anotações, com vistas à elaboração do histórico escolar do aluno.

Art. 32 Quando se tratar de alunos transferidos de outras IES, para efeito de adaptação curricular e possibilidade de matrícula na disciplina TCC, o aluno poderá fazer aproveitamento de estudos com disciplina equivalente em seu currículo de origem, desde que apresente ementário semelhante e, como resultado da disciplina, um projeto com plena consistência e possibilidade de orientação pré-determinados e julgados em nível de continuidade de processo pela Coordenação do Curso.

Art. 33 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso e/ou Colegiado do Curso, ouvida a Diretoria Acadêmica, observados, no que couberem, as demais normas institucionais.

Art. 34 O presente regulamento entrará em vigor, a partir da data da homologação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão – CONSEP.

APENDICE 3

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre Normas de Atividades Complementares do Instituto Florence de Ensino Superior.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este regulamento disciplina a realização dos Estudos Independentes, previstas no art. 4º da Portaria MEC nº 1.886/94, e incluídas no currículo pleno dos cursos de graduação, fazendo parte do Regimento da Faculdade, como anexo.

Art. 2º. Os Estudos Independentes, a serem ajustadas entre o aluno e a coordenação do curso de graduação, são oferecidas em todos os períodos letivos, constando de pesquisas, cursos e serviços de extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

Art 3º As atividades complementares são regidas por normas que disciplinam a oferta, o funcionamento e o registro de atividades inerentes à parte flexível do curso de Ciências Contábeis. Tem por finalidade propiciar aos discentes a oportunidade de buscar em consonância com o currículo pleno do curso, uma trajetória autônoma e particular com conteúdos extracurriculares, que lhe permitam enriquecer os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Art. 4º As Atividades Complementares são de cumprimento obrigatório para o corpo discente, devendo compor o currículo vigente do curso, com carga horaria de 150 horas cumpridas ao longo de oito semestres.

Parágrafo Único: Seu integral cumprimento é condição indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e compreende atividades não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas. As atividades são de caráter obrigatório e compõem o currículo do curso, desde que contribua para a formação acadêmica e aprimoramento profissional do discente.

Art 5º Estas normas estão de acordo com a Resolução do CNE/CES de 02 de fevereiro de 2002, e Resolução do Conselho Superior do Instituto Florence de Ensino-CONSUP.

Art. 6º São distribuídas entre as seguintes atividades: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão e Representação Estudantil.

Art. 7º A carga horária das Atividades Complementares deverá ser contabilizada quando

realizadas em período de integralização curricular, em casos de alunos transferidos importando a carga horária da IES de origem ou em intervalos provocados por trancamentos de curso.

Art. 8º Estas atividades deverão ser adequadas e de relevância acadêmico científica à formação do discente, devendo ser de caráter interdisciplinar envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, através do desenvolvimento de projetos e programas de ações socioeducativas, jornadas acadêmicas, seminários, ciclos de palestras, e projetos de pesquisa.;

Art. 9º A participação nessas atividades busca desenvolver no discente a integração de saberes em diversas áreas do conhecimento, bem como o aprimoramento de conhecimentos nas atividades práticas de cunho técnico científico.

Art. 10º Todas as atividades complementares devem ser comprovadas pelo discente ao Coordenador do Curso, através de solicitação via Secretaria Acadêmica da IES. Após análise e deferimento pelo Coordenador, as comprovações serão encaminhadas à Secretaria Acadêmica para registro no histórico escolar do discente.

Art. 11. As Normas de Atividades Complementares do curso de Ciências Contábeis são normatizadas pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberadas pelo Colegiado do Curso em consonância com as normas gerais e Diretrizes Curriculares Nacionais. As atividades realizadas serão computadas em horas e registradas no histórico escolar do discente.

Ficará a cargo da Coordenação do curso a divulgação das atividades complementares, facultando ao aluno sua livre escolha, devendo obedecer às normas que a disciplinam.

GRUPO 1 –ATIVIDADES DE ENSINO

Nº	Grupo 1 – ENSINO máximo de 90 horas	Característica	CH mínima Da unidade (hs)	CH máxima Da unidade (hs)
1	Disciplinas ou cursos não incluídos no currículo do curso de graduação do aluno.	Por curso ou Semestre.	12	48
2	Curso de aperfeiçoamento ou atualização relacionado ao Curso de Ciências Contábeis	Por semestre	12	40
3	Estágio extracurricular na área em entidade pública ou privada credenciada a IFES	Por semestre	20	60
4	Monitoria	Por semestre /disciplina.	12	40
5	Atividade extraclasse (seminários, temas livres, simpósios, debates e eventos similares).	Por evento	04	32

6	Atividade profissional relacionada ao Curso, desde que não concomitante com as horas referentes à grade curricular.	Por tempo	04	12
7	Ligas Acadêmicas	Por Liga	8	40

Para as Atividades de Ensino, serão lançadas no histórico escolar as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

GRUPO 2 – ATIVIDADES DE PESQUISA

Nº	Atividades de Pesquisa Máximo de 60 horas	Característica	CH mínima Da unidade (h)	CH máxima Da unidade (h)
1	Participação em projeto de pesquisa institucionalizado no IFES como bolsista em órgãos de fomento.	Por projeto	20	60
2	Participação em projeto de pesquisa institucionalizado no IFES como voluntário	Por projeto	20	40
3	Participação como ouvinte em bancas de TCC, de especialização, dissertações de mestrado ou teses de doutorado	Por banca	02	18
4	Publicação de artigos em revistas especializadas: Em revista indexada internacional; Em revista indexada nacional. Em revista não indexada com corpo editorial.	Por publicação	15 20 15 10	45 60 60 40
5	Publicação em anais de congressos internacionais de área relacionada ao curso	Por publicação	6	30
6	Publicação em anais de congressos nacionais de área relacionada ao curso	Por publicação	5	25
7	Publicação em anais de Mostras de Iniciação Científica de área relacionada ao curso	Por publicação	4	20
8	Publicação em anais de semanas acadêmicas de área relacionada ao curso	Por publicação	5	25
9	Artigos, resenhas ou textos de opinião publicados em jornais e revistas gerais.	Por publicação	3	15

Para as atividades de Pesquisa, serão lançadas no histórico escolar, as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

GRUPO 3 – EXTENSÃO:

Nº	Atividades de Extensão Máximo de 60 horas	Característica	CH mínima da unidade (h)	CH Máxima da unidade (h)
1	Participação em eventos científico nacional/ internacional relacionado ao curso	Por participação	4	20
2	Premiação em eventos científicos nacional/internacional relacionados ao curso	Por premiação	10	40
3	Participação em encontros, jornadas, seminários, simpósios e outros na área de Contábeis.	Por evento a) <i>local</i> b) <i>estadual/regional</i> c) <i>nacional</i> d) <i>internacional</i>	2 4 6 8	10 20 30 40
4	Participação em Semanas Acadêmicas de Ciências Contábeis do IFES; Outras Instituições	Por evento	4 4	20 12
5	Apresentação de trabalhos em eventos científico-culturais - <i>Internacional</i> - <i>Nacional</i>	Por apresentação	10 8	40 30
6	Realização de mini-cursos ou cursos de curta duração dentro ou fora do IFES relacionados aos objetivos do curso	Por curso	2	4
7	Apresentação de trabalho ou atuação em exposição, feiras e mostras nacionais /internacionais,	Por apresentação	4	12
8	Programas de intercâmbio institucional	Nacional / Internacional	10	60
9	Participação em cursos de idiomas, comunicação e expressão, e de Informática realizados durante o curso de graduação.	Por curso	20	40
10	Participações em projetos de extensão extracurriculares propostos pelo IFES	Por projeto	20	40

Para as atividades de Extensão, serão lançadas no histórico escolar, as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

GRUPO 4 – REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL:

Nº	Atividades de Representação Estudantil: Máximo de 60 horas	Característica	CH mínima Da unidade ((h)	CH máxima Da unidade ((h)
----	--	----------------	------------------------------	------------------------------

1 – Exercício de cargo de representação estudantil (período mínimo de 12 meses)		Por gestão		
1.1	Presidente do DCE;	Por gestão	15	30
1.2	Membro da Diretoria do DCE;	Por gestão	10	20
1.3	Presidente do CA;	Por gestão	10	20
1.4	Membro da diretoria do CA;	Por gestão	8	16
1.5	Representante discente no conselho de curso;	Por gestão	8	16
1.6	Representante discente no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;	Por gestão	10	20
1.7	Representante discente no Conselho Universitário – CONSUP;	Por gestão	10	20
1.8	Representante discente na Comissão Própria de Avaliação – CPA;	Por gestão	8	16
1.9	Representante discente na Comissão de Ética;	Por gestão	8	16

Para as atividades de Representação Estudantil, são lançadas no histórico escolar, as cargas horárias até o limite máximo estipulado acima, correspondendo ao cômputo total do curso.

São Luís, 04/04/2017